

“
“
CULTURA
DE PAZ:

a circulação de uma fórmula
discursiva (2001-2010)

Helena Boschi

Helena Boschi

““
CULTURA
DE PAZ:

a circulação de uma fórmula
discursiva (2001-2010)

Com prefácio de Luciana Salazar Salgado
e posfácio de Ana Raquel Motta

Araraquara
Letraria
2023

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Boschi, Helena

"Cultura de paz" [livro eletrônico] : a circulação de uma fórmula discursiva (2001- 2010) / Helena Boschi ; com prefácio Luciana Salazar Salgado; posfácio Ana Raquel Motta. - Araraquara, SP: Letraria, 2023.

PDF.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5434-057-1

1. Análise de discurso 2. Comunicação 3. Cultura de paz 4. Discursos 5. Linguística I. Salgado, Luciana Salazar. II. Motta, Ana Raquel. III. Título.

23-183974

CDD-401.41

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise de discurso : Comunicação: Linguística 401.41
Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Conselho editorial

Aline Fernandes de Azevedo Bocchi – UNIFRAN

Anderson Salvaterra Magalhães – UNIFESP

Claudia Zavaglia – UNESP/Ibilce – *Campus* São José do Rio Preto-SP

Luiz Francisco Dias – UFMG

Marcelo Concário – UNESP – *Campus* Bauru

Pois um termo, uma conotação ou um valor linguístico só adquire vida dentro de uma língua, só existe, de fato, quando seu sentido consegue se inserir na linguagem de um grupo ou de uma coletividade, nela adquirindo identidade própria.

(Victor Klemperer, *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*)

sumário

a quem tem olhos para ver	9
introdução	13
1. pesquisar uma fórmula: considerações metodológicas	20
1.1. a noção de <i>percurso</i> em trabalhos sobre <i>fórmulas discursivas</i>	21
1.2. coleta de dados: ferramentas, decisões e <i>cópus</i>	23
1.3. pesquisa nos acervos digitais dos jornais	25
1.4. <i>google search</i>: uma ferramenta “neutra”?	29
1.5. do acesso às informações no período técnico-científico informacional	31
1.6. ferramentas auxiliares para pesquisas sobre fórmulas	32
projetos de lei na câmara dos deputados	33
google trends	33
alertas do google	35
o software lexico3	36
2. substratos da gênese da fórmula	39
2.1. condições de produção dos discursos “de paz”	40
2.2. organizações internacionais e seu papel como produtoras de documentos	45
3. o funcionamento de “cultura de paz” como <i>fórmula discursiva</i>	54
3.1. o caráter cristalizado	57
3.2. a dimensão discursiva	59
3.3. o funcionamento como <i>referente social</i>	60
3.4. o caráter polêmico	66
convivência entre pessoas: cultura de paz e segurança	68
convivência com a natureza: cultura de paz, desenvolvimento sustentável e direitos animais	69
convivência consigo mesmo: cultura de paz, autoajuda e horóscopos	71
convivência com/entre religiões: cultura de paz, inter-religiosidade e liberdade de crença	74
convivência entre parceiros sexuais: cultura da paz e do amor e sexo seguro	76
cultura de paz e comunicação	78
uma cultura de paz “verdadeira”	81
4. a consagração da fórmula via mercado editorial	84
4.1. mercado editorial e espaço público	85
4.2. falando “de paz”: um código linguageiro	87

5. contextos discursivos da fórmula	96
nomes próprios	97
textos-chave	99
citações de autoridade	99
dimensão temporal	100
estrato gráfico e icônico	100
gêneros e tipos de textos	101
tags e hashtags	101
6. considerações finais	103
6.1. cultura de paz, consenso e fábula	104
6.2. encaminhamentos futuros	106
uma hiperfórmula?	106
“cultura de paz”, “de paz”, “da paz”	108
“cultura de paz” e seus caminhos	109
referências	112
livros sobre “cultura de paz”	120
sobre a premiação	123

a quem tem olhos para ver

Escrevo numa linda manhã de sol. É Dia Mundial da Paz, Dia da Confraternização Universal, nos termos da ONU, essa instituição tão poderosa quanto peculiar, que aproxima países e avaliza guerras.

Ainda agora corre uma dessas na modalidade híbrida, típica destes tempos em que um aparelho celular vale tanto quanto um tanque capaz de passar por cima de qualquer coisa.

Mesmo assim, nesta manhã, há um largo horizonte diante de meus olhos, estamos retomando a possibilidade de rumos democráticos e políticas progressistas no Brasil. Pelos aplicativos, chegam notícias: as do jornalismo conservador, as dos portais progressistas e registros de amigos que caminham pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília, onde a força policial apareceu para zelar pelo espaço público. As notícias que chegam são de uma confraternização que é, sim, universal, e que aqui se desenha numa expressão local inédita, manhã afora.

Horas mais tarde, Lula, já empossado, e Janja, como primeira-dama, subirão a rampa do Palácio do Planalto acompanhados de representantes da diversidade brasileira e também de Resistência, a cachorrinha abandonada que virou mascote da Vigília Lula Livre, em Curitiba, e foi adotada pelo casal. A fraternidade que celebramos neste dia 1º de janeiro está aí constelada.

Os discursos de Lula, nas diferentes etapas da cerimônia de posse, girarão em torno dos temas /união/, /reconstrução/ e /pacificação/, em referência tanto à fratura social que se produziu no país, semeada por ódios induzidos, quanto às condições de vida de cada um. Não há paz onde grassam discórdia e destruição.

Outras falas, de outros atores desse ritual, mencionarão *paz*. Destaco a do ministro da Casa Civil, Rui Costa, em seu discurso de posse: “o mundo espera a volta de um Brasil pacificador”. Aqui, a paz aparece na designação de uma capacidade, precisamente a de um Estado articulador de redes internacionais de negociação. E a referência a uma *esperada volta* sugere o triunfo de algo precioso que parecia apartado...

Não podia haver dia melhor para eu me reencontrar com esse texto de Helena Boschi, que conheço de outros carnavais. A primeira versão, de 2013, resultou de

uma pesquisa que pude acompanhar de perto, como interlocutora. Era um tempo em que nossas lutas no Brasil iam na direção da ampliação de direitos e também da consolidação de imaginários que lhes dessem sustentação.

Nessa altura, Helena se perguntava o que era a “cultura de paz” que aparecia em diversos documentos, livros, cartilhas de boas práticas, muitos deles estimulados pela ONU, com sua Década Internacional de uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo (2001-2010). Essa cultura era critério em editais para ONGs e outras entidades, convocada em políticas públicas de diversos segmentos, citada por corporações que, mobilizando o termo, declaravam sua “responsabilidade social”, seu interesse em contribuir para um “desenvolvimento sustentável”, etc.

Nessa época, em seu dia a dia de trabalho, Helena tinha de responder ao chamado: havia uma cultura de paz nos projetos de que participava?

Logo a seguir, coube perguntar-se: há *uma* cultura de paz?

Os dados que colhia mostravam que não. Por exemplo, quando considerava operações de segurança como a que se deu em comunidades no Rio de Janeiro, referida como “Choque de Paz”, ou ações dos EUA destinadas a levar a paz a países carentes dela. Aqui, *levar a paz* parecia coincidir com a destituição da autonomia de Estados e da soberania de povos; lá, *pacificar* supunha silenciar um ruidoso nó do narcotráfico internacional.

“Paz” podia designar algo violentamente imposto. A pergunta de Helena se refinava, então: que práticas se cultivam para que possa haver o que se reconhecerá como “cultura de paz”?

Neste livro, vemos que corresponde ao que se designa por *pacificação* de territórios uma espécie de *apaziguamento* de consciências: em nome da “paz”, faz-se o que se faz. A opacidade do termo aparece sob seu manto de um bem evidente: quem negaria qualquer coisa que contribui para a “paz”, valor peremptório? Trata-se, porém, de um apaziguamento insustentável, como pudemos constatar no Brasil, por exemplo, desde a cooptação dos primeiros movimentos de junho de 2013, que passaram rapidamente da objetiva pauta sobre o preço do transporte público a um difuso posicionamento contra “a corrupção”, que se desdobrou em ferocidade ideológica e, logo a seguir, em necropolítica institucionalizada.

Sabemos que os deslizamentos de sentido servem à manutenção de um estado de coisas, mas também à transformação de um estado de coisas, disputar o valor de um termo é disputar uma descrição do real, como diz Alice Krieg-Planque, referência fundamental nessa reflexão sobre o sintagma “cultura de paz”.

Se assim entendemos como um dito se amarra decisivamente a um dizer, logo podemos entender o que se quer dizer com “um real”: da perspectiva discursiva, o real é tessitura social, com suas dimensões tácitas e doutrinas edificantes; com as resistências que atritam, organizadas ou espontâneas; com as resiliências históricas, as revoluções comportamentais, os cortes e as continuidades – um real é uma dinâmica sistêmica da qual também escapam coisas, uma conjuntura que deriva ou se refaz.

Neste caso, o texto de Helena nos mostra como uma expressão linguística cristalizada pode guardar agitação, disrupção, engendramentos variados em sua forma aparentemente estável, uma forma em que cabem diversos conteúdos. Os estudos do discurso mostram isso mesmo, que o sentido de uma palavra não está nela, mas no modo como aparece ali onde aparece, rodeada por outras e por práticas não propriamente linguísticas que a elas se conjugam, e aí, então, um enunciado faz sentido.

Importante lembrar que faz sentido porque aparece no interdiscurso, que lhe antecede. Sua gênese se dá na relação com outros discursos em circulação, na seleção de coisas já ditas, na articulação conjuntural do que foi selecionado. No caso do sintagma “cultura de paz”, Helena se deparou com uma suposta ausência do contradiscurso, da disputa, da polêmica: ninguém falava em uma “cultura de guerra” ou de violência ou de turbulência ou de desassossego... Ainda assim, os indícios colhidos a partir do operador /cultura de paz/ apontavam, naquele momento, para o que vimos mais claramente nos anos que se seguiram, nos quais se estabeleceu não só uma cultura de guerra, mas também a explosão de uma nova série de dizeres hipostasiados, que, por exemplo, sob a rubrica “coleccionador de armas”, autorizaram moral e juridicamente o armamento massivo da população com poder aquisitivo.

Por isso, este livro pode soar um tanto profético. É fruto de um percurso de dedicada observação do debate público, que intuiu o que estava prestes a arrebentar como organização (ou desorganização?) social. Retomando Milton Santos numa de suas menções ao trabalho intelectual, acho que podemos dizer que é um trabalho analítico que antevê, enxerga ali adiante o que os viventes ocupados não têm olhos para ver.

A comunicação social, pedra de toque de toda vida política, muito marcadamente no atual período, está apoiada em imaginários que residem em certos termos e expressões aparentemente apaziguados no seu modo de aparecimento no espaço público, como se fossem óbvios. A rigor, não há palavras óbvias, mas usos fartamente consensuados. Só que consensos são socialmente instituídos, politicamente construídos, culturalmente viabilizados, por isso em toda palavra cabe movimento e até dissensão. Nada do que se diz é cristalino *per se*. O efeito de transparência é, ele próprio, opacificação – do que não deve ser dito? Do que não pode ser dito? Do que não se diz até que, numa dada conjuntura, irrompe dizendo-se.

Em 2023, está a pleno vapor o contradiscurso que não se explicitava quando Helena ia colhendo os enunciados que analisou. Coisas como *fake news*, desinformação, estruturas como gabinetes do ódio e redes de alienação ganharam terreno. É um fato. E o que este livro nos mostra é como essa produção estratégica do contradiscurso já se engendrava na opacidade do termo “paz”.

E aqui vale uma nota especial sobre a metodologia de trabalho que registrou essa antevisão. Helena apresenta e discute a metodologia, incluindo os descaminhos, sempre pedagógicos, e a problematização das soluções assumidas. Mostra, assim, que acompanhar a circulação de uma estrutura linguística cristalizada por usos, recusas e interdições é um modo produtivo de descrever um debate público, delimitando as balizas semânticas que autorizam as hipóteses interpretativas.

Nesta bela manhã em que reencontro esse texto dessa grande companheira, só posso pensar que o caminho se faz caminhando, etc. Ao que acrescento: é preciso, para *fazer* um caminho – e não apenas ser conduzido por veredas dadas –, andar com quem tem olhos para ver o que nesse caminho vai se mostrando.

No fim das contas, talvez todo livro seja, em alguma medida, um objeto técnico que encarna isso, pode ser um grande companheiro de jornada ao partilhar o que colhe nas andanças. Seja como for, este livro aqui é.

Luciana Salazar Salgado
São Carlos, 1º de janeiro de 2023

introdução

Impulsionada por um evento, uma palavra se impõe. E se impõe a todos como um remédio [...]. Ela simboliza uma solução. Mas, paralelamente a essa retomada massiva na superfície dos enunciados, a palavra vê seu sentido se dispersar (Krieg-Planque, 2010, p. 26).

O elemento disparador da pesquisa em que este livro se baseia, realizada entre 2012 e 2014, foi o Encontro Internacional “En Pie de Paz – Cultura de paz, políticas públicas e desenvolvimento cultural”¹, que aconteceu em São Paulo nos dias 25 a 27 de abril de 2011 pelo Centro Cultural da Espanha em parceria com o Instituto Pólis. Lá, como representante de um instituto cultural em que trabalhava como voluntária, pude constatar a pluralidade das entidades que realizavam ações relacionadas à cultura de paz e, conseqüentemente, das práticas daí advindas: Associação Palas Athena, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SP), Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (SP), Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz (SP), Umapaz (Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz), Instituto Sou da Paz, União de Mulheres, Rede de Artistas da Cidade Tiradentes, ONG Se Essa Rua Fosse Minha...

O ponto de convergência, como se pode notar, estava na superfície linguística do sintagma “cultura de paz”, recorrentemente retomado no emaranhado de enunciados em circulação naquele momento. As relações parafrásticas que se estabeleciam entre as comunicações realizadas no evento, chamadas “falas inspiradoras”, teciam uma rede – já dada no interdiscurso, de cujas memórias o evento é apenas uma materialização – em que esse sintagma “colava” em outros: “desenvolvimento cultural e sustentável”, “direitos humanos e políticas públicas”, “gênero”, “diversidade cultural”, “arte”, “segurança” e “educação de crianças em risco social”²:

1 O nome do evento recuperava da memória discursiva a expressão “em pé de guerra”, retomando a oposição “guerra” x “paz” (da qual “cultura de paz” nasce, como veremos).

2 A programação em formato digital ainda pode ser encontrada no site do evento. Disponível em: <http://enpiedepaz.wordpress.com/programacao/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

<p>+25 de abril</p> <p>19h. Mesa institucional.</p> <ul style="list-style-type: none"> Ana Tomé. Centro Cultural da Espanha em São Paulo/ AECID. SP. Hamilton Faria. Instituto Pólis. SP. Lia Diskin. Palas Athena. SP. Eduardo Jorge. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. SP. <p>19h30. Falas inspiradoras.</p> <p>Tema : A Cultura de paz e os desafios do desenvolvimento cultural e sustentável</p> <p>Coordenadora: Ana Tomé. Centro Cultural da Espanha em SP.</p> <ul style="list-style-type: none"> Lia Diskin. Palas Athena. SP. Manuel Dios Diz. Seminário Galego de Educação para a Paz. Santiago de Compostela. Espanha. 	<ul style="list-style-type: none"> Rose Marie Inojosa. Umapaz (Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz). SP. Luis Claudio Galhardi. Conselho de Cultura de Paz. Londrina. Melina Risso. Instituto Sou da Paz. SP. Naiara Imedio Larrinaga. Oficina Técnica de Cooperação. AECID. Bogotá. Colômbia. <p>Eixo 3: Gênero e cultura de paz</p> <p>Mediadora: Júlia Mello Neiva. Logolink América Latina.</p> <ul style="list-style-type: none"> Carmen Magallón. Fundación SIP (Seminario de Investigación para la Paz) Zaragoza. Espanha. Mariana Arantes Nasser. União de Mulheres. SP. Vera Vieira. Mulheres pela Paz. SP. <p>Plenária: Relatos dos grupos.</p>
<p>+ 26 de abril</p> <p>9h às 10.30h e 11h às 12h. Falas inspiradoras.</p> <p>Tema: Cultura de paz, direitos humanos e políticas públicas</p> <p>Coordenador: Hamilton Faria. Instituto Pólis. SP.</p> <ul style="list-style-type: none"> Eduardo Jorge. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. SP. Carmen Magallón. Fundación SIP (Seminario de Investigación para la Paz. Zaragoza. Espanha. <p>14h às 16h e 16.30h às 18h. Trocas de experiências. Eixos simultâneos.</p> <p>Eixo 1: Cultura de paz e participação política e cultural</p> <p>Mediadora: Helena Abramo. Secretaria Municipal de Cultural. SP.</p> <ul style="list-style-type: none"> Sílvia Puppim. Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo. SP. Lucia Benfatti. Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz. SP. Yesid Henao Salazar. Sub-secretaria de Metrojuventud. Secretaria de Cultura Cidadã. Medellín. Colômbia. <p>Eixo 2: Cultura de paz e implementação de políticas públicas</p> <p>Mediador: Toninho Macedo. Revelando SP.</p>	<p>+ 27 de abril</p> <p>9h às 10.30h e 11h às 12h. Falas inspiradoras.</p> <p>Tema: Diversidade cultural, arte e cultura de paz</p> <p>Coordenador: Valmir de Souza. Instituto Pólis. SP.</p> <ul style="list-style-type: none"> Luiz Roberto Alves. Universidade de São Paulo e Universidade Metodista. SP. José Antonio Mac Gregor. Práxis Gestión Especializada A.C. Cidade do México. México. <p>14h às 17h. Trocas de experiências.</p> <p>Mediadora: Martha Lemos. Pontão de Convivência e cultura de Paz. SP.</p> <ul style="list-style-type: none"> Daniel Hilário. Rede de Artistas da Cidade Tiradentes. SP. Marie Ange Bordas. Artista. SP. Karen Worcman. Museu da Pessoa. SP. César Marques. Se essa rua fosse minha. Rio de Janeiro. <p>Plenária: Comentários finais.</p> <p>Celebração final.</p>

figura 1. programação do Encontro Internacional En Pie de Paz: Cultura de Paz, Políticas Públicas e Desenvolvimento Cultural (São Paulo, 2011)

fonte: <http://enpiedepaz.wordpress.com/programacao/>.

A efervescência sob a unicidade da etiqueta “cultura de paz” evidenciava as diferentes leituras dos enunciados, condicionadas pelas grades semânticas de cada instituição e construídas, como sabido, pela circulação dos discursos nas comunidades discursivas às quais pertenciam – e, conseqüentemente, pelos posicionamentos e práticas que compartilhavam ou rejeitavam.

Além disso, a aglutinação de “cultura” com a locução adjetiva “de/da paz” intensificava a deriva semântica na medida em que ambos os substantivos são conceitos “universais”, que fazem parte do mundo partilhado. Todos temos uma ideia mais ou menos definida do que sejam “cultura” e “paz”, e era essa sensação de estabilidade e de consenso que permitia a circulação do sintagma nos espaços sociais os mais diversos, como se pode notar em entrevista concedida pela diretora do Centro Cultural da Espanha naquele mesmo ano³:

³ “Ana Tomé, diretora do Centro Cultural da Espanha fala sobre cultura de paz”. Instituto Pólis, 2011. Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/ana-tome-diretora-do-centro-cultural-da-espanha-fala-sobre-cultura-de-paz/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

Eu sei que Cultura de Paz é um termo carimbado, que já possui um significado internacional. Mas eu diria de Cultura de Paz o mesmo que de Cultura: dependendo de quem fala tem um significado, uma orientação. Por exemplo, eu acho que Cultura também significa educação e valores, e em valores que têm a ver com direitos humanos. A cultura e os direitos culturais são direitos humanos. Obviamente a Cultura de Paz é o principal direito humano, o direito à vida, não é? Sendo Cultura um termo transversal, que a gente pode usar em muitas circunstâncias que às vezes não tem muito a ver entre si, levar este conceito transversal a tudo que fazemos, é vital: através da prática e da discussão, dos produtos culturais, mas também na mudança de ideologia e de mentalidade.

Interessada nessa dispersão de um ponto de vista linguístico e discursivo, decidi tomá-la como objeto de minha pesquisa de mestrado. Para analisar a circulação e a produção de sentidos de “cultura de paz”, me apoiei no quadro teórico da análise do discurso francesa de base enunciativa, que vê a língua como constitutivamente opaca e polissêmica e os discursos como práticas discursivas que se estabelecem e se materializam nos dizeres e nas ações, obedecendo a sistemas semânticos histórica e socialmente definidos (cf. Maingueneau, 2008 [1984]). Mais especificamente, adotei como base principal a proposta teórico-metodológica de Alice Krieg-Planque (2010) acerca da noção *fórmula discursiva*, por viabilizar o estudo de sintagmas que parecem linguisticamente cristalizados e mostram-se, em seus usos, como lugar de tensão, ponto de convergência de questões sociais diversas debatidas no espaço público. De maneira complementar, contribuíram para a análise e a interpretação dos dados leituras paralelas de outras disciplinas, dentre as quais destaco aquelas referentes à Geografia Nova de Milton Santos (1994, 2000) no que tange ao *período técnico-científico informacional* e à importância das técnicas e das práticas em nossa concepção de tempo, de espaço e, enfim, de sociedade.

Rastreei o percurso de “cultura de paz” no espaço público brasileiro desde sua gênese institucional, passando pelas condições de produção que permitiram sua emergência em 1989, no Congresso Internacional sobre a Paz na Mente dos Homens, organizado pela Unesco em Yamoussoukro (Costa do Marfim), e verificando sua consolidação e seu funcionamento como *fórmula discursiva* nos anos subsequentes, até o momento de realização da pesquisa (2012-2014).

Estabeleci então como principais bases documentais da construção discursiva da fórmula “cultura de paz” e do início de sua circulação (de forma ampla) no espaço público a proclamação do ano 2000 como “Ano Internacional por uma Cultura de Paz”

e da década 2001-2010⁴ como a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo” pela Assembleia Geral das Nações Unidas – Onu (Resolução de 20 de novembro de 1997 e Resolução de 10 de novembro de 1998, respectivamente). No que dizia respeito especificamente ao Brasil, o relatório sobre essa década (Adams *et al.*, 2011) mostrava que o Brasil era o país da América Latina com maior número de entidades que realizavam atividades em nome desse “lema”⁵, promovendo fóruns nacionais e internacionais e produzindo inclusive regulações e políticas baseadas na construção semântica dada por esses encontros de caráter institucionalizante.

Fiz um levantamento das ocorrências desse termo nos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Brasil de Fato*, de abrangência nacional. Posteriormente, notando uma circulação mais expressiva do sintagma nas redes, expandi o *córpus* a partir de dados encontrados por meio de buscadores, dentre os quais, destacadamente, o Google Search, decisão que implicou considerações de ordem metodológica, de que tratarei de forma sucinta. Cabe enfatizar que considerei mais importante a diversidade de fontes do que a quantidade e a repetição de ocorrências, entendendo os casos de maior dispersão como indícios importantes do espraiamento semântico de “cultura de paz” no interdiscurso e, portanto, de sua condição de *fórmula discursiva*.

Segundo Krieg-Planque (2010), para funcionar como fórmula, um sintagma deve manifestar, em maior ou menor grau, quatro propriedades, que resumidamente são: ter uma *superfície linguística cristalizada*, que permita sua circulação e seu rastreamento no espaço público; se inscrever em uma *dimensão discursiva*, sendo ponto de convergência de questões sociais em um dado momento histórico; funcionar como um *referente social*, de maneira que seu uso se torne imperativo num determinado meio e objeto de avaliação (positiva ou negativa) dos atores sociais; e ter uma *dimensão polêmica*, de forma que o sintagma seja também um lugar de tensão, manifestada nos usos que se fazem dele.

Das quatro propriedades, somente a última não se concretizava de maneira mais evidente no *córpus* que eu havia começado a reunir. Os discursos sobre “cultura de paz” não encontravam opositores diretos no espaço público naquele momento. Mais que uma polêmica, eu constatava um largo espaço de deslizamento semântico ligado

4 Que deixou como um dos maiores legados a “guerra ao terrorismo” ao redor do mundo (em nome “da paz”, cabe frisar), inaugurada pelos Estados Unidos após o atentado às torres gêmeas em 2001.

5 Segundo o relatório da sociedade civil para a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo” (Adams *et al.*, 2011), dentre os países da América Latina e Caribe que colaboraram com informações sobre atividades em prol da Cultura de Paz, o maior número de entidades colaboradoras estava no Brasil, com 95 organizações, seguido pela Argentina, com 48, e pela Colômbia, com 23.

a esse sintagma, consequência tanto da diversidade de leituras decorrentes quanto da abrangência dos temas convocados nos primeiros documentos emitidos por órgãos internacionais.

A esse respeito, veja-se a definição construída por Adams⁶ (2005a) por meio da combinação de duas resoluções das Nações Unidas, o “Programa de Ação” e a “Resolução das Nações Unidas de 1998 sobre a Cultura de Paz”⁷:

Uma cultura de paz é uma abordagem integral para prevenir a violência e os conflitos violentos, e uma alternativa à cultura da guerra e da violência, baseada na educação para a paz, na promoção da economia sustentável e do desenvolvimento social, no respeito pelos direitos humanos, na igualdade entre mulheres e homens, na participação democrática, na tolerância, no livre fluxo de informações e no desarmamento.⁸

Para cada um dos oito pontos estabelecidos por Adams, havia, na versão inicial do programa de ação e da resolução enviados pela Unesco para as Nações Unidas, um contraponto para a “Cultura da Guerra e da Violência”, eliminada da versão final por pressão da União Europeia – o que indiciava a disputa pelos sentidos atribuíveis e/ou atribuídos ao sintagma que aqui nos interessa. Segundo notas de Adams (2005b) sobre encontro informal em maio de 1999,

O representante alemão, em nome da União Européia... explicou o porquê de ele ter deletado a frase “rápida transição de uma cultura de guerra e de violência para uma cultura de paz”. Segundo ele, não existe uma cultura de guerra e de violência no mundo.⁹

6 David Adams é um dos principais representantes da cultura de paz no âmbito internacional, tendo sido responsável pelo desenvolvimento do “Culture of Peace Programme” da Unesco, em 1992, e diretor da “Unit for the International Year for the Culture of Peace” até 2001. É também o coordenador do *site* “Culture of Peace News Network” (<https://cpnn-world.org/new/>), que traz informações e documentações sobre a cultura de paz.

7 O “Programa de Ação” de 1999 pode ser encontrado no *site* da Culture of Peace News Network (Cpnn) (Resolutions, 1999). A “Resolução de 1998 sobre a Cultura de Paz” está linkada no *site* do pesquisador (Adams, 2005), mas não leva diretamente ao documento, que não foi possível encontrar. No entanto, parece ser o mesmo da “Declaração para uma Cultura de Paz”, também disponível no *site* da Cpnn (Resolutions, 1999).

8 No original: “A culture of peace is an integral approach to preventing violence and violent conflicts, and an alternative to the culture of war and violence based on education for peace, the promotion of sustainable economic and social development, respect for human rights, equality between women and men, democratic participation, tolerance, the free flow of information and disarmament” (Adams, 2005, tradução nossa).

9 No original: “The German representative, on behalf of the EU... explained why he deleted the phrase ‘speedy transition from a culture of war and violence to a culture of peace’. According to him, there is no culture of war and violence in the world” (Adams, 2005, tradução nossa).

O apagamento desse contradiscurso era evidente, portanto, na própria história da gênese do sintagma “cultura de paz”, e evidenciava os esforços para que o discurso “de paz” se tornasse hegemônico nos órgãos internacionais. Mas, ainda que o discurso “de guerra e de violência” não fosse parte do verbalmente enunciável naquele período¹⁰, como mostram as palavras do porta-voz da Alemanha, a tensão já era facilmente observável nas práticas cotidianas: câmeras de segurança, muros altos e cercas elétricas, por exemplo, materializavam no próprio espaço urbano a psicofera do medo e da violência que dominava o espaço público (cf. Melgaço, 2010); desocupações e “pacificações” altamente militarizadas eram impetradas e apoiadas por grande parte da opinião pública, ao mesmo tempo em que notícias contínuas de crimes violentos e de confrontos da polícia militar brasileira eram transmitidas... em **nível internacional**, intervenções, sob a designação do “direito de ingerência”/“dever de ingerência” (cf., por exemplo, Krieg-Planque, 2011, p. 37), se desdobravam em guerras, com um número elevado de morte de civis.

Tudo isso fazia com que a busca por “paz” se mostrasse, então, como um ponto imperioso de aparente consenso e aprovação na sociedade. Com base nos dados coletados e na análise da manifestação das propriedades formulaicas de *crystalização*, *discursividade*, *referência social* e *polêmica*, observei as diferentes interpretações que caracterizavam os discursos de atores sociais que, naquele período, mobilizaram o sintagma “cultura de paz”, amplamente utilizado em encontros e documentos internacionais e nacionais para tratar de questões políticas e sociais diversas.

Cada vez mais parecia se configurar o que considere, na esteira de Milton Santos (1994, p. 21, grifo nosso), uma das “fábulas” do mundo globalizado:

10 Considero, aqui, a alusão direta ao “fazer a guerra”/“promover a violência” como práticas positivas; cabe notar, entretanto, que, no período de realização da pesquisa (2012-2014), já derivavam desses discursos paráfrases e modalizações largamente utilizadas: combater o terrorismo, promover a segurança, fazer intervenções militares etc. No período retratado aqui, o que era ou não era enunciável a esse respeito já tinha começado a mudar no Brasil. Um exemplo disso foram os acontecimentos relacionados aos ditos “justiceiros” e a declarações como as da repórter Raquel Sheherazade, que, em rede nacional, ao comentar notícias de atos de violência extrema de civis contra supostos “bandidos”, afirmou, por exemplo, que “a atitude dos vingadores é até compreensível”, obtendo um apoio considerável da população. Em nível internacional, também, os discursos de ódio aumentavam, juntamente com a aprovação eleitoral de partidos da extrema-direita na Europa (cf., por exemplo, “Discurso de Sheherazade prospera: crescem os linchamentos”, Pragmatismo Político, 20 de fevereiro de 2014, disponível em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/02/rachel-sheherazade-linchamentos-proprias-maos.html>, e “O Big-Bang da extrema-direita européia”, Carta Maior, 26 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/O-big-bang-da-extrema-direita-europeia/6/31017>. Acesso em: 20 jun. 2014).

Vivemos em um mundo exigente de um discurso, necessário à inteligência das coisas e das ações. É um discurso dos objetos, indispensável ao seu uso, e um discurso das ações, indispensável à sua legitimação. [...] diante de nós, temos, hoje, possível (e frequente), com a falsificação do evento, o *triunfo da apresentação sobre a significação*, ainda que reclamando uma ancoragem.¹¹

Mostro neste livro, então, como os discursos “de paz” (cuja materialização nevrálgica era a fórmula “cultura de paz”) postos em circulação na Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo se tornaram indispensáveis na manutenção da sociedade porque majoritariamente apaziguadores das materializações de “guerra e de violência” que se concretizavam de formas variadas nas práticas cotidianas, condições de produção constitutivas da gênese da fórmula.

¹¹ Algo que, a título de ilustração, foi levado ao extremo por Orwell em sua obra *1984*, na qual um país, governado por um partido totalitário que tem como líder o afamado “Grande Irmão” (*Big Brother*), tem como Ministérios o “Ministério do Amor”, que mantém a população sob controle emocional e psicológico, o “Ministério da Paz”, responsável pela manutenção da guerra, e o “Ministério da Verdade”, que censura e manipula toda informação destinada a circular no espaço público.

1

Pesquisar
uma fórmula:
considerações
metodológicas

1.1. a noção de *percurso* em trabalhos sobre *fórmulas discursivas*

No primeiro capítulo da obra *Cenas da Enunciação* (2008 [2006]), “Unidades tópicas e não tópicas”, Maingueneau discute a problemática do estatuto do conceito *formação discursiva* (FD) dentro das diferentes linhas de pesquisa da Análise do Discurso, a fim de distinguir novas unidades que permitam dar maior clareza às categorias trabalhadas nessa área, entre as quais a FD é fundamental.

O autor considera que essa noção “sofre e se beneficia simultaneamente de uma dupla paternidade” (Maingueneau, 2008 [2006], p. 12), tendo sido inicialmente mobilizada por Foucault, na *Arqueologia do saber* (2008 [1969]), para designar um “sistema de dispersão” – denominação paradoxal que gera diferenças de interpretação entre os pesquisadores – e, posteriormente, por Pêcheux e seu grupo (Pêcheux, 1995, p. 160), que, inscritos em uma vertente marxista, a definiram como “aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)”.

Maingueneau (2008 [2006], p. 12) frisa a opacidade do conceito nessas acepções especialmente no que tange às questões de “posicionamento”, “da construção e da gestão de uma identidade em um campo discursivo”, e de “gênero”, “dispositivos de comunicação verbal em cada sociedade”, que não ocupam lugares específicos no procedimento de categorização. Enquanto Foucault propõe abarcar um “todo” disperso na busca pela regularidade – englobando fatores diversos, como “os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas” (Foucault, 2013 [1969], p. 47) –, Pêcheux dá maior relevo à questão da *posição* ocupada na luta de classes, em uma chave de leitura althusseriana, de forma que “[...] o gênero do discurso parece ser exatamente o lugar onde se manifesta alguma coisa que, por essência, está escondido, seguindo nesse aspecto o modelo psicanalítico dominante na época” (Maingueneau, 2008 [2006], p. 14).

Constatando essa flutuação teórica em diversos trabalhos, que ora enfatizam um aspecto como fator de categorização das FDs, ora outro, ou utilizam o termo sem definição explícita, Maingueneau propõe uma distinção entre dois grandes tipos de unidades de trabalho dentro da Análise do Discurso: as *unidades tópicas*, que se

dividem entre *unidades territoriais*, ancoradas em “espaços já ‘pré-delineados’ pelas práticas verbais” (Maingueneau, 2008 [2006], p. 16) – os “tipos de discurso”, conforme definição do autor –, e *unidades transversas*, que passam por gêneros diversos do discurso – registros linguísticos, funcionais ou comunicacionais –; e as *unidades não tópicas*, que “são construídas pelos pesquisadores independentemente de fronteiras preestabelecidas [...] [e] agrupam enunciados profundamente inscritos na história” (Maingueneau, 2008 [2006], p. 18), e que se distinguem entre *formações discursivas*, mobilizadas em casos de córpus historicamente especificados e de gêneros diversos unificados por um ou mais “focos” (FDs unifocais ou plurifocais, respectivamente), e *percursos*. Devido ao caráter desta pesquisa, interessa-nos aqui sobretudo esta última categoria, sobre a qual nos debruçaremos.

Como já mostrado em trabalhos anteriores (Possenti, 2010; Benites, 2011; Voss, 2011; Oliveira, 2013), a noção de *percurso* proposta por Maingueneau (2008 [2006], p. 23) é importante para pesquisas sobre fórmulas discursivas porque auxilia e embasa teoricamente a prática metodológica desse tipo de estudo. Segundo o autor, um *percurso* é constituído pela rede interdiscursiva estabelecida por um determinado sintagma linguístico (que pode ser uma unidade lexical, proposicional ou mesmo um fragmento de texto), de forma que o pesquisador consiga “[...] desestruturar as unidades instituídas, definindo percursos não esperados: a interpretação apóia-se, assim, sob a atualização de relações insuspeitas no interior do interdiscurso” (Maingueneau, 2008 [2006], p. 23). A pesquisa de Krieg-Planque (2003) é inserida nessa categoria por ser um trabalho em que “tratava-se, antes de tudo, de explorar uma dispersão, uma circulação, e não de relacionar uma sequência verbal a uma fonte enunciativa” (Maingueneau, 2008 [2006], p. 23).

A fórmula funciona, então, como um meio de “entrar” no córpus. Conforme Maingueneau (2009) afirma em uma entrevista, em trecho destacado também por Possenti (2010, p. 105),

Uma pesquisa boa é aquela que transforma as hipóteses iniciais, que descobre coisas novas, e isso implica uma entrada, achar uma entrada e muitas vezes uma entrada modesta, através de uma fórmula, de um conector, de uma metáfora, de uma frase, não sei, da tipografia, não sei, uma coisa que parece humilde, pode ser muito mais rentável, porque é uma maneira de ver o texto não através do conteúdo, porque senão o conteúdo sempre vai ter interpretação.

No entanto, Maingueneau lembra também que esse tipo de trabalho impõe algumas dificuldades. No curso da pesquisa sobre a circulação de “cultura de paz”, nos deparamos com aquilo que ele chamou de o “reverso da moeda” de atravessar múltiplas fronteiras: justificar as escolhas operadas (Maingueneau, 2008 [2006], p. 23).

1.2. coleta de dados: ferramentas, decisões e córpis

Confirmando o posicionamento de Guilhaumou e Maldidier (1994 [1986], p. 164) de que “o arquivo nunca é dado *a priori*”, com o andamento da pesquisa notamos, resumidamente, que:

- a) a utilização dos dois jornais de maior circulação no Brasil, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, como parte do córpis da pesquisa, embora tivesse sido tomada como uma coleta de dados numa fonte “óbvia” no início do trabalho, mostrou-se um tanto difícil no que diz respeito ao acesso às informações, configurando-se em um dado discursivo de interesse, que expomos de forma mais detalhada no final do tópico 1.3 – pesquisa nos acervos digitais dos jornais;
- b) a restrição a documentos e jornais impressos na composição do córpis não seria suficiente para abranger a efetiva circulação da fórmula, que tinha como característica intrínseca a dispersão por diferentes dispositivos e posicionamentos, além de uma farta frequência em documentos digitais bastante variados;
- c) a saída a campo para a coleta de dados mostrou, portanto, que há questões de ordem técnica e de ordem institucional, com implicações recíprocas, que tornam a discussão metodológica necessária e interessante, na medida em que desautomatiza esse procedimento e revela que o estudo da circulação de materiais linguísticos, sobretudo na internet, não pode prescindir da reflexão sobre como se busca e como funcionam as plataformas, os acervos etc. dos quais se faz uso.

Dada a imensidade de possibilidades de difusão da informação no atual período, definido pelo geógrafo Milton Santos como período técnico-científico informacional¹²

¹² Para Mattelart (2005, p. 10), também, as tecnologias da informação e da comunicação são consideradas como uma das duas principais revoluções do terceiro milênio, colocadas lado a lado com a engenharia genética e tidas como “instrumento de reordenação do mundo”.

(2008, 2011), e considerando que “o mundo globalizado se funda numa ‘imprescindibilidade do discurso’, da qual o ciberespaço é uma materialização expressiva” (Salgado; Antas Júnior, 2011, p. 259), sentimos a necessidade de realizar pesquisas também no âmbito da Web 2.0, que permitiu, desde sua instauração em 2004, uma maior inserção de pessoas e instituições como produtoras e difusoras de informações na rede (Cf. Castells, 2003; Johnson, 2001). O fato de esse ambiente virtual interativo estar cada vez mais naturalizado como parte do cotidiano de grande parte da população brasileira torna, a nosso ver, cada vez mais premente que os estudos acadêmicos o levem em consideração.

Segundo notícia do portal Tele.síntese (2012) que tinha como base relatórios do Ibope Media, no terceiro semestre de 2012, o total de pessoas que tinha acesso à internet no Brasil era de 94,2 milhões. Considerando aqueles que tinham o acesso disponível em casa, inclusive crianças e adolescentes, eram 85,3 milhões de pessoas, “representando crescimento de 2,4% sobre os 83,4 milhões do trimestre anterior e de 8,8% sobre os 78,5 milhões do terceiro trimestre de 2011”.

Guilhaumou e Maldidier (1994 [1986], p. 164) talvez vislumbrassem esse aspecto da constituição do arquivo quando refletiam sobre esse ponto no interior do próprio desenvolvimento da Análise do Discurso – ainda que não pudessem, à época, estimar a dimensão que essa questão tomaria:

Inicialmente presa ao gênero do discurso político, a análise do discurso clássica não tinha nenhuma necessidade de diversificação do arquivo. No entanto, a partir da busca por aquilo que instala o social no interior do político, não pudemos mais ignorar a multiplicidade de dispositivos textuais disponíveis. Vemos que a análise do discurso ampliou seu campo de investigação: do interesse pelo discurso doutrinário ou institucional, ela passou ao que poderíamos chamar a história social dos textos.

Para dar cabo de preencher essa lacuna em nosso córpus, decidimos realizar pesquisas por meio do buscador Google Search, utilizando como “dispositivos de arquivo” (Guilhaumou; Maldidier, 1994 [1986]) os sintagmas “cultura de paz”, “cultura da paz” e “cultura para a paz”, considerando outras ocorrências que não somente as entidades e os projetos indicados pela obra *Cultura de paz: da reflexão à ação – Balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo* (Diskin; Noletto, 2010), buscando assim contemplar mobilizações da fórmula nas situações mais diversas.

Essa decisão implicou questionamentos principalmente de ordem metodológica, sobre os quais nos debruçamos a seguir.

1.3. pesquisa nos acervos digitais dos jornais¹³

Logo no início da pesquisa, nos deparamos com uma dificuldade inesperada: a restrição do acesso aos acervos de dois dos jornais que estavam propostos como *córpus* inicial, *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (ESP).

No período de realização da pesquisa (2012-2014), a FSP já disponibilizava o acervo *on-line* por período determinado, mas os dados eram mostrados página a página, o que impossibilitava o acesso à totalidade de cada número editado. Entramos em contato com o banco de dados do jornal para verificar se haveria a possibilidade de conseguir as edições completas, e recebemos como resposta a informação de que o acesso ao acervo era cobrado por hora de pesquisa (caso o pesquisador fosse ao local) ou pelo serviço de busca (caso realizado pela equipe do jornal), custos aos quais seria acrescentada a taxa de impressão de cada página do jornal selecionada.

O acesso ao material completo de uma pesquisa mais extensa, com qualidade de impressão e em formato compatível com ferramentas de análise textual, era, portanto, praticamente impossibilitado devido ao custo elevado. Foi necessário, então, fazer a busca via acervo digital e imprimir manualmente somente as páginas nas quais as ocorrências apareciam no único formato disponibilizado (.pdf), que, por importar o texto como imagem, inviabilizava o uso de diversas ferramentas de análise textual.

A “busca detalhada” na plataforma disponibilizada pelo *site* em edições lançadas até 31 de dezembro de 2010 mostrou um total de 37 ocorrências do sintagma “cultura de paz”, em 31 edições diferentes; 28 ocorrências de “cultura da paz”, em 28 edições; e nenhuma ocorrência de “cultura para a paz”.

O acervo do ESP, da mesma forma, embora tivesse ficado durante um tempo disponível ao público, no momento da pesquisa estava restrito aos assinantes. Não-pagantes podiam fazer buscas, ver a quantidade de resultados e ter acesso a alguns gráficos de ocorrências por ano (que mostraremos mais adiante), mas o acesso à

¹³ Os resultados de todas essas buscas podem ser encontrados em formato de tabela na dissertação que originou esta obra (Silva, 2014).

página completa era restrito, sendo disponibilizado somente um recorte bem pequeno do local em que o sintagma buscado se encontrava.

Clicando no *zoom*, para viabilizar a leitura de toda a página, surgia uma tela pedindo o *login* do usuário. Não conseguimos entrar em contato com a equipe do periódico para saber se haveria a possibilidade de realizar uma consulta direta ao acervo, pois sucessivos *e-mails* enviados tanto ao endereço do Banco de Dados indicado pelo *site* (arquivo.ae@grupoestado.com.br) quanto ao *e-mail* da Agência Estado (midiaae@grupoestado.com.br), indicado pelo serviço de atendimento (falecom.estado@grupoestado.com.br), retornaram automaticamente. Para conseguir acessar as edições dos anos a pesquisar, decidimos, então, pela assinatura digital do jornal, que também apresentou falhas técnicas e demora no período de ativação.

Na etapa inicial da busca, havíamos encontrado, inicialmente (maio de 2012), um total de 151 ocorrências, assim distribuídas¹⁴:



figura 2. resultado da busca por “cultura de paz” em todo o acervo

fonte: *Estado de S. Paulo*, maio de 2012, especificações em vermelho acrescentadas pela autora.

Em um segundo momento (final de julho de 2012), retornando às buscas por conta do acesso à edição integral das edições, encontramos, inesperadamente, um resultado diferente com a mesma pesquisa:

14 Gráfico acessível a não pagantes.

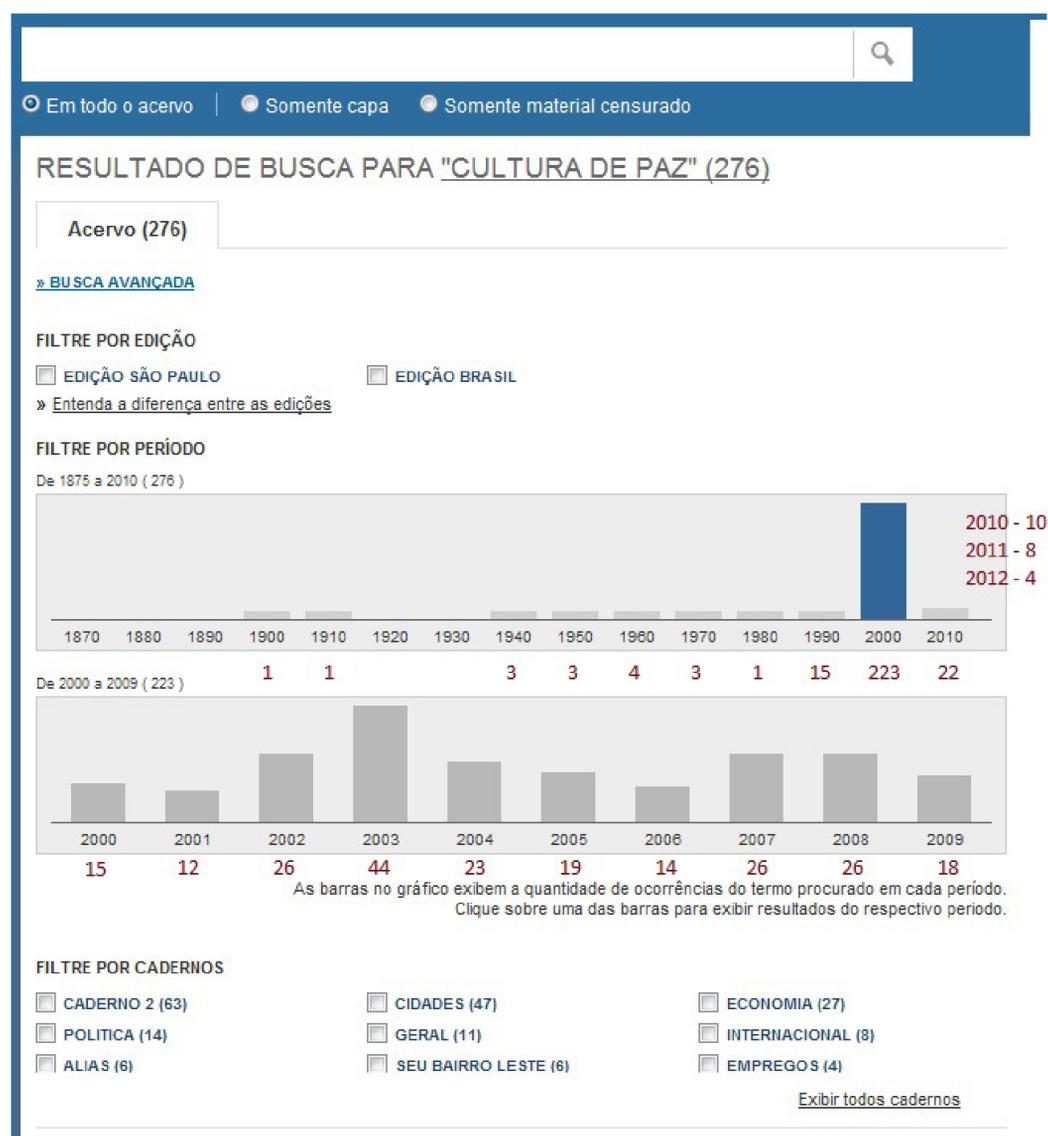


figura 3. resultado da busca por “cultura de paz” em todo o acervo

fonte: *Estado de S. Paulo*, julho de 2012, especificações em vermelho acrescentadas pela autora.

Como se vê, houve uma flutuação nos resultados das pesquisas do acervo. Ao mesmo tempo em que isso impunha uma dificuldade para trabalhos como o nosso, era interessante do ponto de vista discursivo, pois indicava um provável refinamento técnico implantado na plataforma no período, possibilitando uma melhor detecção de sequências linguísticas. Refazendo a busca posteriormente, a fim de averiguar se haveria novas mudanças, não encontramos diferença nos resultados (somente 4 ocorrências a mais em 2012, em edições que não entraram para o recorte da pesquisa).

No entanto, mesmo com a diferença dos resultados obtidos, a concentração das ocorrências no período de 2000 a 2009 mostrava que houve, realmente, um aumento da circulação do sintagma em questão nesse período, reforçando a nossa hipótese de seu funcionamento como fórmula discursiva.

Tínhamos nesse momento, então, um total de 276 ocorrências, mas notamos que a plataforma de busca desse jornal não diferenciava os sintagmas “cultura de

paz”, “cultura da paz” e “cultura para a paz” e trazia matérias repetidas em edições diferentes, de forma que se tornou necessário um refinamento desse resultado.

Optamos, então, por selecionar somente as edições “Brasil”, que, conforme explicação do jornal (então consultável no *link* “entenda a diferença entre as edições”), eram as que circulavam nacionalmente, e que tinham, portanto, a mesma abrangência dos dois outros jornais que selecionamos para esta pesquisa.

Com esse filtro, ficamos com a seguinte distribuição num total de 141 ocorrências iniciais:



figura 4. resultado da busca por “cultura de paz” somente na Edição Brasil

fonte: *Estado de S. Paulo*, julho de 2012, especificações em vermelho acrescentadas pela autora.

Observamos também que o buscador desse jornal era menos preciso que o da FSP, de maneira que várias ocorrências eram indicadas pela proximidade entre as palavras “cultura” e “paz”, e não necessariamente pelo sintagma “cultura de paz”. Mantivemos aquelas que poderiam funcionar como formulações concorrentes da fórmula em questão e obtivemos, assim, um total de 128 ocorrências em 125 edições.

Tanto na FSP quanto no ESP, obtivemos somente as imagens das edições, o que gerou uma segunda dificuldade: não havia como processar os dados desses jornais em *softwares* de análise textual. Tornou-se necessário, portanto, trabalhar “a olho nu” com esse material.

Somente o terceiro jornal indicado no projeto, *Brasil de Fato* (BF), tinha acervo aberto e consentiu no acesso irrestrito, desde sua primeira edição, de janeiro de 2003, até o momento da pesquisa. Embora todas as edições estivessem disponíveis no *site*, não havia como fazer a busca no acervo por um termo específico; entramos em contato com a equipe e, em visita à sua sede em São Paulo, pudemos acessar todos os exemplares no formato pdf. Foram contabilizadas 23 ocorrências do sintagma “cultura de paz” num total de 18 edições diferentes, e 0 ocorrências para “cultura da paz” e “cultura para a paz”. A busca foi realizada com o *software* Adobe Reader X a partir da busca avançada pelo sintagma na pasta do acervo.

1.4. *google search*: uma ferramenta “neutra”?

A monopolização dos meios de informação foi discutida por Tim Wu em sua obra *Impérios da comunicação* (2012), que considerava o Google como um dos principais atores desse processo no que diz respeito à internet – ainda que a empresa já levantasse a bandeira pelo “acesso à informação”. Como questiona o autor (Wu, 2012, p. 356),

[...] mais controverso é o fato de que, desde os anos 2010, muitas das buscas no Google nos levam diretamente a propriedades suas, o que pode ser útil, mas também uma forma de desviar os usuários de sites concorrentes em nome da conveniência. É difícil dizer se tudo isso é para defender o monopólio ou apenas para atender às demandas dos consumidores.

Pensamos que esse é um dado essencial no que diz respeito à metodologia utilizada em pesquisas com fórmulas discursivas. Com o andamento de nosso trabalho, constatamos que a maneira tradicional de formação de *córpus* na história da análise do discurso, muitas vezes vinculada a jornais e revistas de uma dada época, precisava ser repensada para contemplar o espalhamento de informações intrínseco à circulação de uma fórmula desde a Web 2.0 – passando, conseqüentemente, pela utilização de ferramentas de busca como o Google Search.

O condicionamento das buscas nessa plataforma já havia sido discutido também por Donizeti Batista (2007, p. 39-40), que elencava pelo menos três fatores limitadores principais desse tipo de pesquisa:

- Das características técnicas da ferramenta: limitação devido ao distanciamento entre a quantidade de informações disponíveis na *Web* e a capacidade física de *hardware* e o *design* do *software* dos Mecanismos de Busca de catalogá-las e apresentá-las ao usuário de forma acessível. Com o crescimento explosivo da Internet e, principalmente, da *Web*, os mecanismos de busca que indexavam até 95% das 19 milhões de páginas existentes em 1996 (Chu e Rosenthal, 1996), não indexavam mais de 42%, das 800 milhões de páginas disponíveis na *Web* em 1999, segundo estudos estatísticos feitos por Lawrence e Gilles (Introna e Nissenbaum, 2000). Para se ter uma idéia da dificuldade de catalogar estas informações e disponibilizá-las, cabe acrescentar que em 2005 o número de páginas acessíveis na *Web* ultrapassou a cifra de 9 bilhões.
- Do usuário: desconhecimento das técnicas de funcionamento dos Mecanismos de Busca e do universo de informações disponível. O usuário, normalmente, tem poucos dados sobre o tema que está buscando neste espaço virtual e não tem informações suficientes sobre o funcionamento da ferramenta. Isto faz com que ele não seja capaz de reconhecer o fato da busca frequentemente se distanciar dos seus objetivos, obtendo resultados parciais, resultados equivocados ou nenhum resultado.
- Da influência dos interesses econômicos e empresariais frutos das relações de parcerias comerciais comuns neste setor: os interesses comerciais da empresa proprietária da ferramenta ou seus parceiros e instituições associadas podem estar em contradição com os interesses dos usuários.

No entanto, consideramos que a utilização dessa ferramenta – conjugada, necessariamente, ao questionamento e à compreensão de seu funcionamento – era indispensável, uma vez que se tornava, a cada dia, mais naturalizada no cotidiano da maioria das pessoas que utilizavam a internet para buscar informações acerca de um determinado assunto (por exemplo, o que seria “cultura de paz”).

Isso se confirmou em uma busca realizada no *site* da empresa Alexa (2012) – uma das principais na área de medição e análise de estatísticas da Web no período desta pesquisa – no dia 14 de dezembro de 2012, por meio da qual encontramos o seguinte dado:

O Google foi classificado como o primeiro do mundo de acordo com o ranking de três meses de tráfego [de informações na Internet] da Alexa. [...] aproximadamente 19% das visitas do Google consistem apenas em uma exibição de página (isto é, são “saltos”). O tempo gasto em uma visita típica a esse site é de cerca de quinze minutos, com 29 segundos gastos em cada exibição de página¹⁵.

15 No original: “Google is ranked #1 in the world according to the three-month Alexa traffic rankings. [...] roughly 19% of visits to Google consist of only one pageview (i.e., are bounces). The time spent in a typical visit to the site is about fifteen minutes, with 29 seconds spent on each pageview” (Alexa, 2012, tradução nossa).

Procurando levar essas questões em consideração e, ao mesmo tempo, colher informações acessíveis a usuários comuns da Web acerca de “cultura de paz”, fizemos diversas buscas na plataforma Google Search em quatro máquinas diferentes que pertenciam a usuários de perfis distintos¹⁶, a fim de evitar condicionamentos de buscas anteriores – fenômeno que pode ser constatado, por exemplo, pela recorrência de anúncios comerciais de itens procurados recentemente em buscadores nas laterais das páginas. Por meio da ferramenta “Busca avançada”, utilizamos como dispositivo de arquivo os sintagmas “cultura de paz”, “cultura da paz” e “cultura para a paz” no período de tempo restrito ao Ano Internacional para a Cultura de Paz (2000) e à Década para a Cultura de Paz (1 de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2010), conforme imagem a seguir:

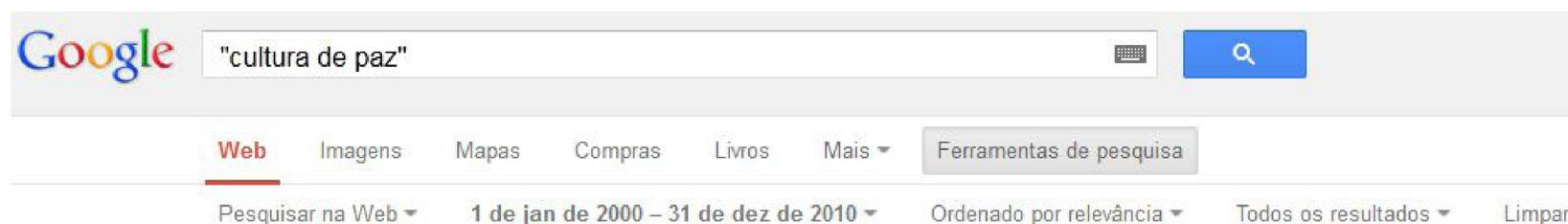


figura 5. busca avançada do sintagma “cultura de paz”

fonte: plataforma Google Search.

As páginas foram salvas no formato pdf., de maneira que seria possível selecionar a superfície textual e prepará-la para o processamento em *softwares* de análise estatística textual, como o Léxico 3, caso necessário (cf. tópico 1.6), e foram feitos *screenshots* a fim de se preservar a disposição dos componentes verbovisuais e do *layout* do site, consideradas essenciais à análise.

1.5. do acesso às informações no período técnico-científico informacional

A etapa de coleta dos dados se mostrou interessante na medida em que desconstruiu a aparente transparência do acesso à informação no *período técnico-científico informacional*. Para Milton Santos (1994), o meio técnico-científico informacional se constitui no imbricamento das técnicas efetivamente presentes em um determinado espaço com as crenças que aí determinam as práticas sociais e as relações interpessoais, ambas permeadas pela ciência, pela tecnologia e pela informação.

¹⁶ Utilizamos para as buscas o nosso computador de uso pessoal, o computador de um engenheiro de produção, o de um cientista da computação e uma máquina de um laboratório de uso público.

Uma não reflete, necessariamente, a realidade objetiva da outra, de forma que, por exemplo, enquanto a ideia de “aldeia global” é amplamente difundida, fazendo parecer que todas as pessoas estão conectadas e informadas pela possibilidade de difusão instantânea de notícias, nem as técnicas que permitem o acesso às redes são efetivamente democratizadas nem a forma de distribuição da informação é neutra como pode parecer (cf. Santos, 2012 [2000]). Em outras palavras,

A ideologia de um mundo só e da aldeia global considera o tempo real como um patrimônio coletivo da humanidade. Mas ainda estamos longe desse ideal, todavia alcançável. A história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e os autores do discurso ideológico. Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excludente e assegura exclusividades, ou, pelo menos, privilégios de uso. Como ele é utilizado por um número reduzido de atores, devemos distinguir entre a noção de fluidez potencial e a noção de fluidez efetiva. Se a técnica cria aparentemente para todos a noção da fluidez, quem, todavia, é fluido realmente? Que empresas são realmente fluidas? Que pessoas? [...] Quem pode e quem não pode? (Santos, 2012 [2000], p. 28-29)

Nessa conjuntura, o procedimento de busca nos acervos dos jornais e na plataforma do Google Search descrito neste capítulo evidencia, ao menos, duas dimensões a serem levadas em consideração. A primeira é de ordem técnica: a restrição ao acesso das bases de dados não se dá pela ausência de tecnologia que o viabilize; ele é propositalmente dificultado ou direcionado. Essa dimensão se amarra, portanto, a uma segunda, de ordem político-ideológica: o acesso à informação se submete aos interesses econômicos daqueles que medeiam sua produção e sua circulação.

1.6. ferramentas auxiliares para pesquisas sobre fórmulas

A pesquisa sobre fórmulas exige um mapeamento amplo da circulação do sintagma estudado, uma vez que é sua presença em diferentes contextos que indicia seu funcionamento como referente social. Listamos aqui algumas ferramentas que podem ser úteis para esse levantamento de dados.

projetos de lei na câmara dos deputados

No *site* da Câmara dos Deputados, é possível fazer buscas por “projetos de leis e outras proposições”¹⁷ com a sequência linguística que se deseja rastrear como “assunto”. Essa ferramenta torna possível acompanhar o estabelecimento da fórmula como referente social no espaço público e a deriva de sentidos produzida pelos seus usos conforme práticas estabelecidas pela lei, gênero que materializa o grau de institucionalização atingido do que se pode conjecturar ser fórmula discursiva.

Em nosso caso, a busca realizada, em 2012, tendo como critério as entradas “cultura de paz” *ou* “cultura da paz” *ou* “cultura para a paz” resultou em 17 ocorrências, que são apresentadas no tópico 3.3 deste trabalho: 2 Requerimentos (REQ), 3 Emendas na comissão (EMC), 8 projetos de lei (PL), 1 indicação de projeto (INC), 1 sugestão (SUG), 1 Projeto de Resolução de Alteração do Regimento e outros (PRC) e 1 Substitutivo (SBT).

Google Trends

O Google Trends é uma ferramenta que permite visualizar o “interesse” em um determinado assunto em termos de buscas realizadas no Google Search. Trata-se de um dado interessante para pesquisas sobre fórmulas discursivas porque permite um certo rastreamento da circulação da sequência linguística, uma vez que os dados são distribuídos numérica e geograficamente.

Pesquisando “cultura de paz” no período de 2004 (mínimo permitido), ao final de 2011, limitando os resultados ao Brasil, obtivemos o seguinte resultado:

17 Disponível em: <http://www.camara.leg.br/sileg/default.asp>. Acesso em: 20 jan. 2023.

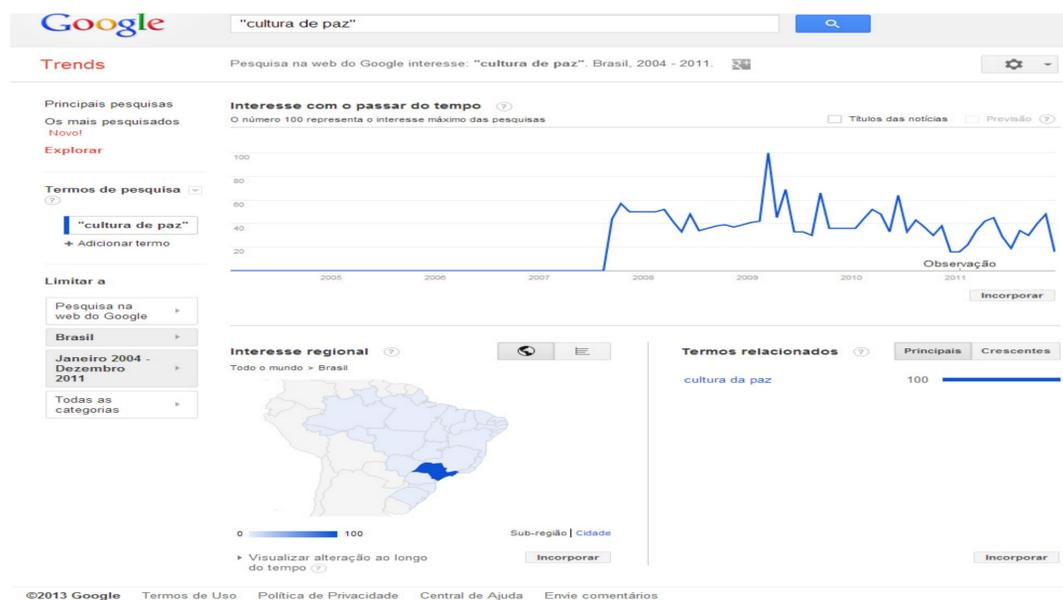


figura 6. busca “cultura de paz” na plataforma Google Trends 2004-2011 – “interesse com o passar do tempo”

fonte: Google (2013).

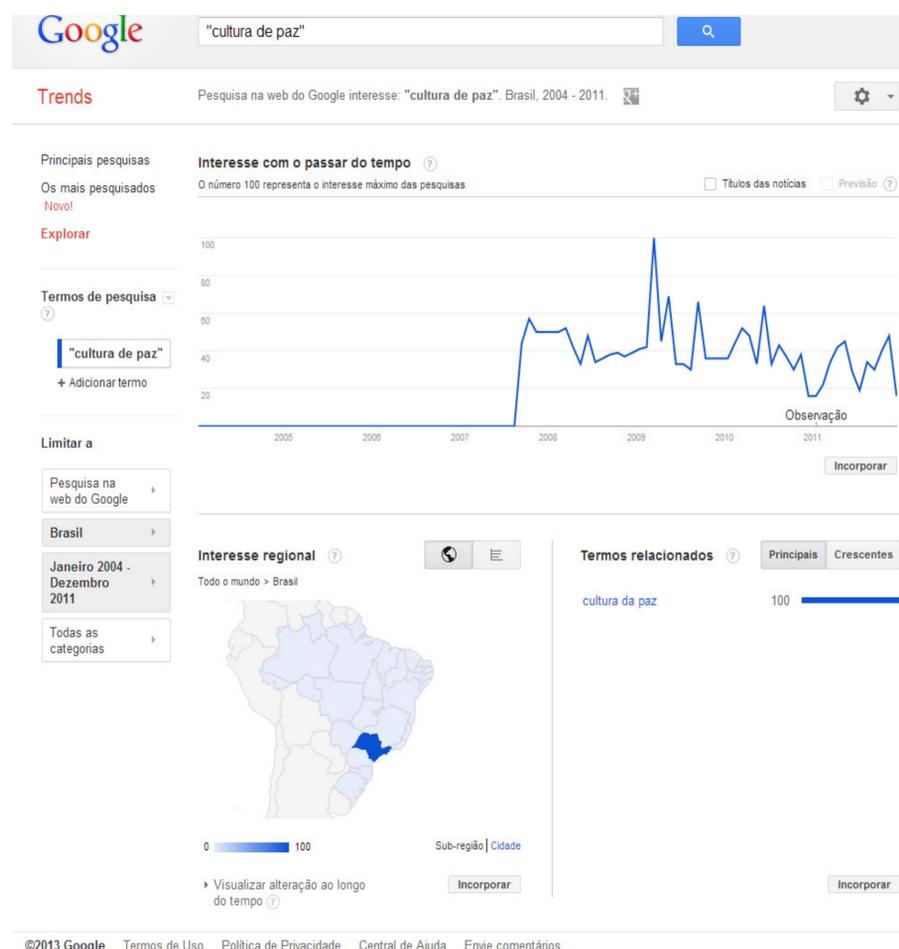


figura 7. busca “cultura de paz” na plataforma Google Trends 2004 - 2011– “interesse regional”

fonte: Google (2013).

Segundo esses resultados, “cultura de paz” teve uma circulação efetiva restrita ao estado de São Paulo nesse período (com o interesse máximo expresso no índice “100” de pesquisas, valor máximo que “representa o pico de popularidade de um termo”, segundo a plataforma), e as buscas foram expressivas somente na segunda metade da Década Internacional da Cultura de Paz, com o maior pico em março de 2009.

A fim de testar a ferramenta com entradas de dados diferentes, estendemos a busca até o período atual e obtivemos a seguinte distribuição regional:



figura 8. busca “cultura de paz” na plataforma Google Trends 2004 – atual – “interesse regional”
fonte: Google (2013).

Esse resultado é interessante por indicar uma migração recente do “interesse” pela fórmula em questão do Sudeste para o Nordeste, com índices altos nos estados do Ceará (76) e de Pernambuco (100). De acordo com esse critério de buscas, a abrangência regional da fórmula parece ser menor do que supúnhamos. No entanto, a análise dos dados obtidos no cópulo demonstrou o funcionamento do sintagma como referente social em âmbito nacional, o que se materializa, por exemplo, na criação de projetos de lei e na circulação de objetos editoriais, de forma que se confirma ser imprescindível, em pesquisas sobre fórmulas, a variedade das fontes de busca e a observação de materialidades diversas.

Alertas do Google

Embora não fosse o foco da pesquisa, acionamos também a ferramenta Alertas do Google para receber diariamente ocorrências de “cultura de paz” e de suas variações localizadas pelo Google Search. Elas não entraram na composição do cópulo, mas permitiram acompanhar a circulação da fórmula no período atual.



figura 9. exemplo de e-mail diário recebido da ferramenta Alertas do Google
fonte: Google.

Registramos tratar-se de uma ferramenta complementar de interesse para pesquisas que dizem respeito a fórmulas ainda em período de circulação.

o software lexico3

Embora tivesse sido prevista no projeto inicial, o desenvolvimento da pesquisa impôs uma inflexão a respeito da utilização de análises automatizadas do córpus.

O uso de *softwares* textuais torna possível que se trabalhe com um córpus maior, ajudando a evidenciar relações e estatísticas que não seriam visualizadas sem uma ferramenta específica para esse tipo de análise. Segundo o manual do Lexico3^{18,19} (Kuncova; Maisondieu, 2003, p. 2),

18 A primeira versão do Lexico3 (Syled-Cla²t, 2001), nomeada somente *Lexico*, foi desenvolvida em 1990 por André Salem no Institut de Linguistique et Phonétique Générales et Appliquées (ILPGA) da Université la Sorbonne Nouvelle – Paris 3. Hoje o *software* é mantido e atualizado pelo *Centre de Lexicométrie et d'Analyse Automatique des Textes* (Syled-Cla²t) dessa mesma universidade e, embora em seus lançamentos mais recentes seja pago, pode ser utilizado gratuitamente por estudantes ou pesquisadores independentes nas versões 3.6 e 5.beta, disponíveis para *download* em <https://lexi-co.com/index.html>.

19 Havíamos escolhido esse *software* específico por diversos fatores: a disponibilidade gratuita; a variedade e a utilidade das ferramentas de estatística e de análise; e o contato possível com o Prof. Dr. Dirceu Cleber Conde (Departamento de Letras – UFSCar), tradutor do manual para o português, que gentilmente nos introduziu à lida com o programa.

A facilidade de visualizar os dados e de criar diferentes composições, desde a mais simples análise estatística até os cruzamentos de dados fatoriais, permite ao pesquisador, cujo objeto é o texto, avançar sobre hipóteses quantificando e qualificando seus dados.

Para fazer uso de suas funções, no entanto, é preciso, primeiramente, preparar o *cópus*, fazendo sua segmentação de acordo com o código do programa e definindo os melhores critérios possíveis de balizamento. No nosso caso, eles precisariam referir a data das ocorrências, o local *on-line* em que as ocorrências foram encontradas, o suporte textual e/ou gênero textual e a localização geográfica, a fim de facilitar a visualização estatística da circulação da fórmula²⁰.

As limitações que se impuseram ao uso dessa ferramenta foram de ordem técnica e teórico-metodológica: técnica, pois, como mostrado na coleta de dados dos jornais, boa parte dos arquivos foi obtida na forma de imagem, o que dificultou sua importação em formato de texto para o processamento automatizado; teórico-metodológica, pois, ao mesmo tempo em que coloca o material linguístico em evidência, ignora uma dimensão da materialização do discurso que nos pareceu essencial nos materiais que coletamos no decorrer da pesquisa: a relação do verbal com o não verbal, do suporte textual com a produção dos sentidos. Cabe notar que, diferentemente do *cópus* recolhido, por exemplo, por Krieg-Planque (2003), essencialmente um *cópus* de enunciados, o nosso constituiu-se por *textos*, com a análise direcionada à formulação de uma semântica global (Maingueneau, 2008 [1984]) do funcionamento da fórmula materializada na multiplicidade de suas dimensões.

Esse *modus operandi* não se afasta essencialmente da metodologia proposta por Krieg-Planque (2010), uma vez que a pesquisadora considera necessária a leitura do material na definição de um recorte interessante para a análise com a participação de um “interpretante razoável”,

[...] aquele que não é nem inteiramente invadido pelo já-dito de toda palavra, aturdido pelo dialogismo no qual cada palavra se produz, sufocado pela memória interdiscursiva de que o mais singelo dos discursos é depositário (esse interpretante veria a fórmula “purificação étnica” ao passar por uma tinturaria: “lavagem a seco”), nem inteiramente preso aos grilhões do dicionário e da gramática mais tradicional, que ele reconhece como parâmetros de representação de uma língua “correta” (esse interpretante não veria a fórmula “purificação étnica” senão na conformidade da ocorrência encontrada com uma lista prévia fechada (Krieg-Planque *apud* Motta; Salgado, 2011, p. 30).

20 Posteriormente, é possível estabelecer relações intertextuais de diversas ordens, como concordâncias, estatísticas por partes (por recorte temporal, por suporte, por gênero...), grupos de formas (procurando ocorrências a partir de um determinado radical), mapas de seções (mapeando ocorrências delimitadas por tipos de delimitadores, por exemplo, parágrafos (§)), inventário de segmentos repetidos (levantando as sequências linguísticas recorrentes do texto) e diversas outras estatísticas.

Esse papel, cumprido pelo analista, é imprescindível porque, embora importantes para o descobrimento de relações invisíveis a “olho nu”, os *softwares* lexicais por si só não dão conta de todas as nuances da produção dos sentidos, tendo restrições inerentes a toda análise automatizada e sendo incapazes de substituir a interpretação humana no tratamento dos dados.

2

Substratos da gênese da fórmula

2.1. condições de produção dos discursos “de paz”



figura 10. câmeras, arames farpados e cercas elétricas, entrada do bairro Santa Marta, São Carlos (SP)
fonte: foto tirada pela autora em junho de 2014.

Este capítulo derivou de uma interrogação sobre os suportes materiais e imateriais que davam existência a um discurso aparentemente único sobre a “necessidade de paz” que se manifestava em diversas esferas – individual, social, religiosa, ecológica, mundial... –, como veremos quando tratarmos da circulação e da produção de sentidos da fórmula “cultura de paz”.

Sabendo que a disseminação de um discurso nunca se dá autonomamente, mas em uma relação constitutiva com seu Outro, tornou-se imperativo observar o avesso dos discursos “de paz”, que chamaremos, em consonância com os documentos que originam o sintagma estudado (como veremos mais detalhadamente no próximo tópico), discursos “de guerra e de violência”.

Em *Gênese dos discursos*, Maingueneau (2008 [1984], p. 38), dialogando com a tradição estabelecida pela AD, afirma que “[...] todo enunciado do discurso rejeita um enunciado, atestado ou virtual, de seu Outro do espaço discursivo”. Entretanto, enquanto discursos “de paz” eram cada vez mais bem-vindos, materializados em paráfrases de “cultura de paz” – como “vamos cultivar a paz” – fartamente encontradas em nosso corpúsculo, enunciados verbalmente atestados de “guerra” e de “violência” praticamente não existiam naquele momento numa alusão direta a “fazer a guerra” como prática aceita e socialmente desejada.

Para resolver esse aparente impasse, tornou-se necessário estender o olhar para além das práticas que já havíamos mapeado como práticas de “cultura de paz”, altamente institucionalizadas, e observar o banal (melhor seria dizer *banalizado*) das práticas cotidianas como materializações do *contradiscorso*, partindo, para isso, dos objetos técnicos em que se apoiam – igualmente interessantes do ponto de vista discursivo porque constituídos por injunções históricas e determinantes de nossa maneira de sentir, pensar e viver o mundo. Conforme Santos (1994, p. 42, grifo nosso),

Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições. [...] A *técnica* entra aqui como um traço-de-união, historicamente e epistemologicamente.

As técnicas, de um lado, nos dão a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham.

É desse ponto de vista que Melgaço (2010), por exemplo, analisou o processo de “securização urbana” brasileiro, que se materializa em formas variadas de racionalização do território por meio de estruturas arquitetônicas, objetos técnicos e condomínios fechados. Focando a investigação na cidade de Campinas, o pesquisador mostrou como a busca crescente por “segurança” se materializou na paisagem da cidade por meio da criação de “espaços exclusivos”, delimitados por muros, cercas elétricas, alarmes, câmeras de segurança e vigilância constante.

A esse respeito, gostaríamos de destacar e relacionar dois dados: o infográfico desenvolvido pelo *Estado de S.Paulo* com base no documento “Mapa da violência de 2010”²¹, que se apoiou no índice de homicídios em cidades brasileiras, e o mapa de vigilantes privados particulares²², indicador do processo de securização, elaborado por Melgaço (2010).

21 Elaborado por Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador da área de Estudos sobre Violência da FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Disponível em: <https://flacso.org.br/files/2020/03/MapaViolencia2010.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

22 Conforme esclarecido pelo autor (Melgaço, 2010, p. 82), a função de “vigilante” não deve ser confundida com a de “vigia”, que se ocupa da “manutenção rotineira de um imóvel” (como porteiros e zeladores). O “vigilante” tem formação específica regulamentada em lei e direito ao porte de arma quando em serviço.

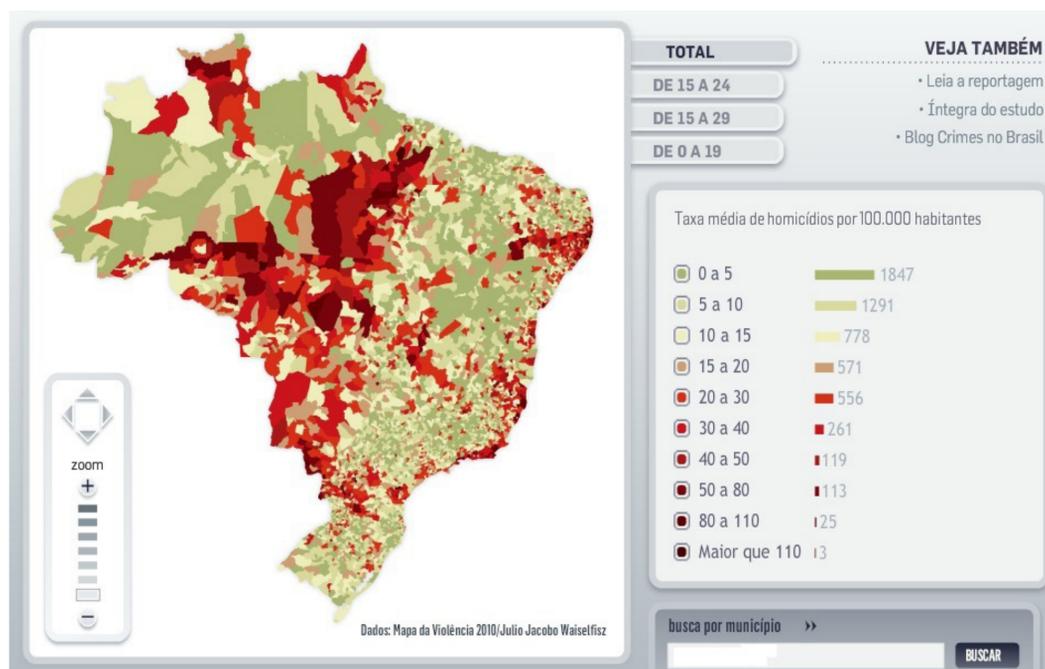


figura 11. mapa da violência com base em índice de homicídios (ESP, 2010)

fonte: <http://www.estadao.com.br/infograficos/mapa-da-violencia-no-brasil,94911.htm>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Como se pode observar, a maior concentração de homicídios violentos se dava nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, enquanto o processo de “securização”, conforme detectado por Melgaço (2010, p. 85), por sua vez, se concentrava muito destacadamente na região Sudeste:

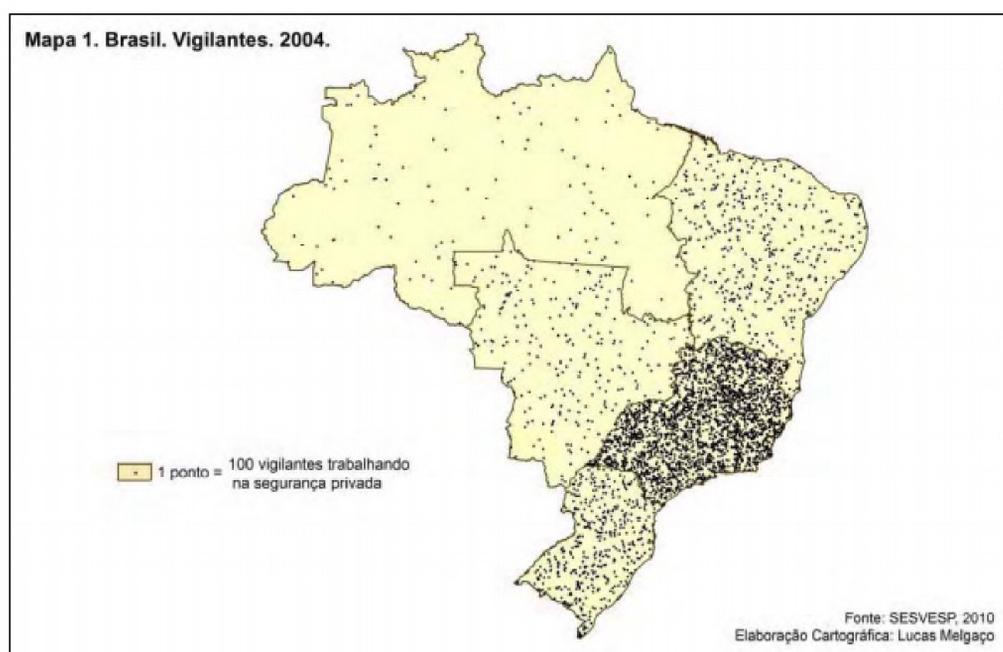


figura 12. mapa de “vigilantes” por região brasileira

fonte: elaborado por Melgaço (2010, p. 85) com base em dados do Sesvesp – Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo.

Esses dados foram importantes para a pesquisa porque indicavam o fato de que a região Sudeste, embora com índice menor de homicídios, lançava mão de forma

muito mais intensa de instrumentais de “securização” como forma de manutenção da ordem estabelecida e proteção dos bens materiais, sendo mais rica e desigual. É interessante observar que a cidade de São Paulo, por exemplo, tinha uma taxa média de 17.4 homicídios por 100.000 habitantes, número relativamente baixo que causava espanto quando confrontado com a crença generalizada de “extrema violência” da cidade. As regiões do Norte e do Centro-Oeste, por sua vez, embora com menor impregnação das práticas de “securização”, caracterizavam-se pelo alto índice de homicídios – fortemente atrelado aos resquícios do coronelismo como forma de manutenção dos privilégios de uma determinada elite.

Como consequência, a violência se impõe de diversas formas como “realidade” aos indivíduos: no cotidiano de populações marginalizadas, reduzidas a números e estatísticas que, por sua vez, são estrategicamente generalizadas e amplificadas em nível nacional pela mídia, nas técnicas decorrentes aplicadas a objetos de consumo que servem de “proteção” para aqueles que se sentem ameaçados e que têm condições de pagar por eles²³, nos espaços urbanos cada vez mais monitorados.

Entendidas aqui como constitutivas das condições de produção da fórmula “cultura de paz”, essas materialidades do “discurso de guerra e de violência” se associavam, por vezes, diretamente ao sintagma “de/da paz”. É o que pudemos constatar em visita realizada em 2012 ao “Mirante da Paz”, no Rio de Janeiro, edificação inaugurada em 2010 que dava acesso ao Morro do Cantagalo, “pacificado” em 2009:

23 Cf., por exemplo, notícia publicada no portal G1: “Número de carros blindados cresce com aumento da insegurança no país”. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/07/numero-de-carros-blindados-cresce-com-aumento-da-inseguranca-no-pais.html>. Acesso em: 12 jul. 2014.



figura 13. “Mirante da Paz”, Morro do Cantagalo (RJ)

fonte: fotos tiradas pela autora em novembro de 2012. O elevador da construção foi desativado alguns anos depois.

Além da construção linguística “da paz”, a imagem da pomba opera também como ativadora das redes de memória associadas à fórmula “cultura de paz” (cf. capítulo 5 – Contextos discursivos da fórmula). A edificação, cujo elevador integrava o metrô da Praça General Osório à comunidade, se destaca por sua estrutura colossal rodeada de vidros blindados, pela abundância de grades e de estruturas metálicas. Para Ana Luiza Nobre, arquiteta carioca doutora em História,

[...] ao criar uma bolha suspensa e isolada, de estrutura truculenta e hostil à realidade em que se insere, a arquitetura mais alimenta que reduz a desigualdade, e faz com que a espetacularização da miséria se sobreponha ao enfrentamento efetivo dos problemas fundamentais da cidade. Materializada na bolha-mirante-panóptico, a incomunicabilidade permanece. E o paradoxo da *paz armada*, enfim, encontra na arquitetura sua mais perfeita tradução (Nobre, 2012, p. 13).

Essa “paz armada” pode ser constatada também na esfera internacional, nos ostensivos gastos governamentais com armamentos de diversos tipos – materializações cabais do discurso “de guerra e de violência” – destinados a manter cada país em pé de igualdade em relação às outras nações e, assim, assegurar “a paz” e a soberania nacional²⁴.

Assim, embora não fossem alardeados como “remédio” para os males da sociedade, como algumas ocorrências de “cultura de paz”, esses discursos se institucionalizaram e se presentificaram no cotidiano de todas as camadas da sociedade por meio de práticas discursivas, e atuaram como substrato fértil para a idealização de paz preconizada por instituições internacionais como a Onu e a Unesco.

2.2. organizações internacionais e seu papel como produtoras de documentos

Passando por um apanhado de acontecimentos que deram início às grandes organizações mundiais, Mattelart (2005) narra as mudanças das relações entre os países com as possibilidades cada vez maiores de interação ao redor do mundo instauradas pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Retomando a origem e os diversos significados dos termos “mundialismo”, “internacionalização”, “internacionalismo”, “globalização” e “mundialização”, cunhados e mobilizados em diferentes conjunturas do debate acerca dos “vínculos transfonteiras” sócio-econômico-culturais entre os Estados-nação, o autor mostra como a noção de interdependência, oriunda do campo da biologia celular – e, por conseguinte, também as ideias de “ajuda mútua” e de “segurança comum”, por exemplo –, encontra-se imbricada em uma rede de disputa de poder que paira acima de qualquer representação utópica de unidade harmônica em nível mundial. Em outras palavras, “a imagem consensual evocada pelo vínculo universal tecido pela rede mundial das comunicações de longa distância negligencia a realidade das relações de força entre as grandes potências, entre elas e o resto do mundo” (Mattelart, 2005, p. 30).

24 Cf., por exemplo, entrevistas com Celso Amorim, então ministro da Defesa, e Michel Temer, então vice-presidente do Brasil, em feira internacional de segurança (abril de 2013): “Brasil precisa investir em defesa porque “mundo é imperfeito”, diz Amorim”, disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/04/09/brasil-precisa-investir-em-defesa-porque-mundo-e-imperfeito-diz-amorim.htm>. Acesso em: 12 jul. 2014.

Ainda segundo o autor (2005, p. 54-57), foi materializando esse ideal de “comunhão universal”, reforçado pela atmosfera pós-Segunda Guerra Mundial de busca pela paz, que representantes de alguns países (nomeadamente, França, Índia, México, Polônia, Reino Unido e Estados Unidos) se debruçaram sobre a redação do ato constitutivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco em 1945²⁵.

Parece-nos que foi com base nessa noção de interdependência, também, traduzida posteriormente em desdobramentos do sema “convivência”, como veremos, que se desenvolveu a ideia inicial de “cultura de paz” como pilar de uma “nova forma” de estar no mundo, num movimento que partiria dos atos individuais de cada pessoa até a agenda política dos países.

No que nos concerne aqui, a Onu e a Unesco, como outras instituições, se caracterizam por seu papel como “produtoras de documentos”, que lhes confere um lugar poderoso de produção e de distribuição dos discursos. Como afirma Krieg-Planque (2012, p. 23),

[...] a produção de textos é constitutiva da Assembléia Nacional ou da Onu (mas também de uma comunidade ou de uma universidade) como instituições. A esse respeito, pode-se dizer “comunidades discursivas” para designar os grupos sociais que não existem de maneira independente da enunciação dos textos que produzem e distribuem segundo regras muitas vezes altamente codificadas.²⁶

Os textos que elas produzem são documentos destinados a circular, a serem retomados e utilizados como referência por atores sociais variados, representando a instituição (e aqueles que aderem ao seu discurso) aos olhos da sociedade; é possível imaginar, portanto, o alto grau de preparação e de constrictões a que são submetidos, produtos da comunicação concebida como “conjunto de saberes e habilidades relativos à antecipação das práticas de retomada, de transformação e de reformulação dos enunciados e de seus conteúdos” (Krieg-Planque, 2011, p. 26). Pensamos, aqui, nas

25 Para Mattelart (2005), a recusa da união Soviética em participar desse grupo permite que a tese estadunidense do *free flow of information* prevaleça na interpretação da cláusula sobre a “livre circulação de ideias” e acabe sendo adotada também, por pressão da delegação norte-americana, na Conferência das Nações Unidas sobre a Liberdade da Informação em 1948 – a despeito da resistência de alguns membros quanto a projetos estadunidenses de estabelecimento de um sistema mundial de comunicação, que culmina, posteriormente, em acirrados debates no âmbito da Unesco acerca da troca desigual dos fluxos de informação e de comunicação. Nesse momento se confirmaria “o desejo [norte-americano] de instrumentalizar o organismo para fins políticos” (Mattelart, 2005, p. 56).

26 No original : “[...] la production de textes est constitutive de l’Assemblée Nationale ou de l’ONU (mais aussi d’une commune ou d’une université) en tant qu’institutions. On peut parler à ce sujet de ‘communautés discursives’, pour désigner les groupes sociaux qui n’existent pas indépendamment de l’énonciation des textes qu’ils produisent et diffusent selon des normes souvent fortement codifiées” (Krieg-Planque, 2012, p. 23, tradução nossa).

práticas profissionais de comunicação, que são constituintes do funcionamento da instituição e de seu estabelecimento (portanto, também, de suas práticas) como referente social no espaço público.

Essa questão é tratada no texto “Construction institutionnelle des discours : idéologies et pratiques dans une organisation supranationale” (Duchene, 2004), em que o pesquisador mostra, por meio da análise de atas de assembleias da Onu, como a maneira de escrever os documentos e transcrever as falas dos debates constroem uma “ideologia de objetividade” (“*idéologie d’objectivité*”) utilizando como recursos a homogeneização da linguagem, o apagamento dos atores políticos e a eliminação dos componentes emocionais do discurso. Segundo ele,

Trata-se de uma concepção objetivadora do pensamento e do sentido que se mostra fundamental para uma instituição burocrática que busca decidir de forma categórica sobre questões que emergem de perspectivas múltiplas e que são essencialmente polifônicas e heteroglóssicas (direitos das minorias, direitos do homem etc...) ²⁷.

Essa “ideologia de objetividade” é característica dos discursos institucionais na medida em que eles se situam no domínio do “mundo estabelecido”: tendo como locutores atores sociais os mais diversos e ocupando um lugar de destaque no espaço público, esses discursos têm como estratégia produzir um “efeito de transparência” (oposto à concepção da língua como constitutivamente opaca e polissêmica) e de consenso que facilite sua aceitação, circulação e legitimação o mais largamente possível na sociedade.

É nessa mesma direção que Krieg-Planque e Oger (2010) estabelecem o princípio duplo de formação dos discursos de autoridade: a estabilização dos enunciados e o apagamento da conflitualidade.

O primeiro aspecto deriva de regularidades linguísticas que restringem o leque de enunciados possíveis que circulam no espaço público, tanto no nível lexical, por meio de *slogans*, cristalizações, co-ocorrências e, principalmente, de fórmulas (como, em nosso caso, “cultura de paz”, e também outros sintagmas formulaicos que a ela se associavam, nutrindo sua carga semântica: desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, segurança pública etc.), quanto no nível textual, nos modos específicos e regrados de organização do discurso, nas modalidades de argumentação consideradas

²⁷ No original: “[...] il s’agit d’une conception objectivisante de la pensée et du sens qui apparaît comme fondamentale pour une institution bureaucratique qui cherche à trancher sur des questions qui relèvent de perspectives multiples et qui essentiellement sont polyphoniques et hétéroglossiques (droits des minorités, droits de l’homme etc...)” (Duchêne, 2004, p. 113, tradução nossa).

legítimas e nos formatos redacionais (tal como estudado por Duchêne, 2004) (Krieg-Planque; Oger, 2010, p. 92-93).

O segundo, constitutivamente ligado ao anterior, deve-se a essa necessidade de produzir o consenso – onde inextricavelmente existem conflitos – em nome de um certo “universalismo” (Krieg-Planque; Oger, 2010; Duchene, 2004) que permita o máximo possível de adesão ao discurso da instituição.

A gênese do sintagma “cultura de paz” se deu, justamente, no imbricamento dos pontos estudados por esses autores: trata-se do resultado de um esforço coletivo na produção de documentos altamente institucionalizados, emitidos por uma organização que funciona, essencialmente, como produtora de discursos de autoridade sobre os diversos assuntos que pautam a comunidade internacional.

Segundo a cartilha *Cultura de Paz: redes de convivência* (Diskin, 2009), sua primeira aparição aconteceu em 1989, no Congresso Internacional sobre a Paz na Mente dos Homens, realizado pela Unesco em Yamoussoukro, na Costa do Marfim, no documento que resultou do encontro: a “Declaração sobre a paz na mente dos homens” (Congresso Internacional sobre a Paz na Mente dos Homens, 1989). Este, para Diskin (2009, p. 19), é “um dos primeiros documentos internacionais a salientar a mudança conceitual da Paz e as implicações disso na formulação das agendas e prioridades dos governos”.

É no “Programa de paz” descrito nele que apareceu a sequência “cultura de paz”, logo no primeiro tópico:

O Congresso convida os Estados, organizações intergovernamentais e não-governamentais, as comunidades científica, educacional e cultural do mundo e ainda todos os indivíduos a:

- Ajudar **na construção de uma nova visão de paz**, desenvolvendo **uma cultura de paz baseada nos valores universais de respeito à vida, liberdade, justiça, solidariedade, tolerância, direitos humanos e igualdade entre mulheres e homens** (Congresso internacional sobre a paz na mente dos homens, 1989, grifo nosso).

A partir de então, começaram a surgir iniciativas que adotaram o sintagma “Cultura de Paz” como lema de suas atividades. Os marcos internacionais que consideramos como mais importantes são:

a) sua adoção pelo Programa da Unesco, em 1995. Segundo a publicação *Unesco and a Culture of Peace: promoting a global movement* (Unesco, 1995, p. 39²⁸), que registra o programa de ação de cultura de paz da entidade, os “princípios fundamentais de uma ‘cultura de paz’” são:

- não-violência e respeito pelos direitos humanos;
- diversidade cultural, tolerância e solidariedade;
- compartilhamento e livre fluxo de informações;
- participação plena e empoderamento das mulheres.

b) a proclamação do ano 2000 como “Ano Internacional por uma Cultura de Paz” e da década 2001-2010 como a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo” pela Assembleia Geral das Nações Unidas – Onu (Resolução de 20 de novembro de 1997 e Resolução de 10 de novembro de 1998, respectivamente);

c) o lançamento do “Manifesto 2000”, elaborado por ganhadores do Prêmio Nobel da Paz²⁹, tendo como mote a frase “A Paz está em Nossas Mãos”.

A logomarca criada para o Manifesto 2000, também utilizada na campanha mundial do Ano Internacional por uma Cultura de Paz, foi concebida com base nesse lema. Segundo explicação do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz, além de ser feita em “pigmentos naturais”, seguindo os princípios da ecologia, ela

[...] simboliza a Cultura de Paz com duas mãos entrelaçadas, que significa encontro, confiança mútua e suporte mútuo. Ao mesmo tempo a mão simboliza a Terra, sendo cada continente representado por um dos dedos (Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz, A logomarca).

28 No original: “non-violence and respect for human rights; intercultural understanding, tolerance and solidarity; sharing and free flow of information; full participation and empowerment of women” (Unesco, 1995, p. 39, tradução nossa).

29 Segundo o Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz, o grupo era composto por Norman Borlaug, Adolfo Perez Esquivel, Michail Gorbatchev, Mairead Maguire, Rigoberta Menchu Tum, Shimon Peres, José Ramos Horta, Joseph Rotblat, David Trimble, Desmond Tutu, Elie Wiesel, Carlos F. Ximenes Belo, Nelson Mandela e Dalai Lama, e se encontrou em Paris por conta do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Eles foram os primeiros signatários do Manifesto 2000 (Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz, Manifesto 2000).



figura 14. panfleto do Manifesto 2000

fonte: Adams (2005d).

Nos seis princípios do Manifesto 2000 (Unesco, 2000), a dimensão individual se impunha como determinante na construção de um mundo pacífico (aspecto que se manifestou, posteriormente, nos usos do sintagma “cultura de paz”):

- respeitar a vida;
- rejeitar a violência;
- ser generoso;
- ouvir para compreender;
- preservar o planeta;
- redescobrir a solidariedade.

Para Adams (2005), no entanto, como já mencionado, o significado de “cultura de paz” pode ser compreendido por meio da combinação de duas resoluções das Nações Unidas, o “Programa de Ação” e a “Resolução das Nações Unidas de 1998

sobre a Cultura de Paz”³⁰, a partir das quais ele construiu uma definição baseada em oito premissas:

Uma cultura de paz é uma abordagem integral para prevenir a violência e os conflitos violentos, e uma alternativa à cultura da guerra e da violência, baseada na educação para a paz, na promoção da economia sustentável e do desenvolvimento social, no respeito pelos direitos humanos, na igualdade entre mulheres e homens, na participação democrática, na tolerância, no livre fluxo de informações e no desarmamento.³¹

A gênese do sintagma “cultura de paz” se baseou, portanto, em uma oposição a uma “cultura da guerra e da violência” que, como vimos, se radicava nas práticas, nas técnicas e nos espaços, embora sem o reconhecimento da União Europeia. O pesquisador disponibiliza em seu *site* os dois documentos, fazendo notar a grande diferença entre eles e utilizando a seguinte tabela para contrapor as diferentes áreas dos programas da “Cultura da Guerra e da Violência” e da “Cultura de Paz” (Adams, 2005b³²):

Cultura da guerra e da Violência	Cultura da Paz e da não-violência
Crença no poder baseado na força	Educação para uma cultura de paz
Ter um inimigo	Compreensão, tolerância e solidariedade
Governo autoritário	Participação democrática
Sigilo e propaganda	Livre fluxo de informações
Armamento	Desarmamento
Exploração das pessoas	Direitos Humanos
Exploração da natureza	Desenvolvimento sustentável
Dominação masculina	—

tabela 1. as oito áreas programáticas da “Cultura da Guerra e da Violência” e da “Cultura da Paz e da Não-violência”

fonte: elaboração própria.

30 O “Programa de Ação” de 1999 pode ser encontrado no site da Culture of Peace News Network (Cpnn) (Resolutions, 1999). A “Resolução de 1998 sobre a Cultura de Paz” está linkada no site do pesquisador (Adams, 2005), mas não leva diretamente ao documento, que não foi possível encontrar. No entanto, parece ser o mesmo da “Declaração para uma Cultura de Paz”, também disponível no site da Cpnn (Resolutions, 1999).

31 No original: “A culture of peace is an integral approach to preventing violence and violent conflicts, and an alternative to the culture of war and violence based on education for peace, the promotion of sustainable economic and social development, respect for human rights, equality between women and men, democratic participation, tolerance, the free flow of information and disarmament” (Adams, 2005a, tradução nossa).

32 O quadro original em inglês pode ser acessado no *link* indicado nas referências (Adams, 2005a).

Cabe notar que, embora David Adams coloque o *desarmamento* como ponto da “Cultura de Paz”, no Programa de Ação elaborado pela Unesco (para o qual ele também colaborou) e no Programa da Década da Cultura de Paz, baseado naquele, este tópico foi substituído por outro, *paz e segurança internacional*; o desarmamento acabou sendo deixado como um de seus vários subitens. Os oito eixos desses dois programas tornaram-se, então:

1. Cultura de Paz através da educação;
2. economia sustentável e desenvolvimento social;
3. compromisso com todos os direitos humanos;
4. equidade entre os gêneros;
5. participação democrática;
6. compreensão, tolerância e solidariedade;
7. comunicação participativa e livre fluxo de informações e conhecimento;
8. paz e segurança internacional.

O oitavo ponto traz uma questão interessantíssima para o debate. Até então, não havia surgido a questão da *segurança* – termo que também assume interpretações diversas – nos preenchimentos semânticos possíveis de “cultura de paz”. Segundo o próprio Adams (2005c), falando sobre o oitavo ponto do programa,

Talvez não haja lugar em que as ironias sejam mais evidentes do que aqui. São os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China, que detêm a maioria das armas nucleares e que fazem a maior parte das vendas de armamentos do mundo. Talvez a maior contradição seja que essas grandes potências dominem o Reino Unido, potencialmente nosso maior aliado para a transição até uma cultura de paz. Não é de admirar que tenha sido tão difícil conseguir apoio do Secretariado da ONU para a cultura de paz.³³

33 No original: “Perhaps nowhere are the ironies more evident than here. It is the five permanent Member States of the Security Council, the United States, United Kingdom, France, Russia and China that hold most of the nuclear weapons and which make most of the sales of armaments in the world. The contradictions are many. On the one hand, in the case of nuclear weapons, the great powers emphasize non-proliferation in an attempt to maintain their “monopoly of terror” (given the history of Hiroshima and Nagasaki, how else should we characterize nuclear weapons?!). On the other hand, in the case of conventional weapons, they push proliferation to the point of bribing potential customers to purchase their weapons systems. Perhaps the greatest contradiction is that the great powers dominate the United Nations which is our greatest potential ally in a transition to a culture of peace. No wonder it has been so difficult to get support for the culture of peace from the UN secretariat” (2005b, tradução nossa).

Esse acontecimento não causa surpresa se pensarmos que todas as ações promovidas em prol da supostamente definida “cultura de paz” e suas prerrogativas seguem o fluxo da *mundialização*, tal como abordada por Mattelart (2005). Isto é, no âmbito da comunicação e da cultura, que tem permitido, por exemplo, às (auto)eleitas “nações civilizadoras” estender globalmente seu poder e seu entendimento do que sejam essas premissas. Fato que pode ser constatado visivelmente, por exemplo, “[...] nas novas práticas de intervenção territorial, que, em nome da *liberdade* e da *democracia*, transitarão pelo globo como forças expedicionárias que visam garantir o bom funcionamento local onde supostamente falham a *liberdade* e a *democracia* celebradas globalmente” (Salgado; Antas Júnior, 2011, p. 262).

Mas essa questão é interessante, em termos discursivos, por ser parte do funcionamento da fórmula nas diversas interpretações reivindicadas em cada ocorrência do sintagma “cultura de paz”. As alterações nos documentos expõem, na gênese da fórmula, as disputas ideológicas que se dão na redação dos textos institucionais, na medida em que ela torna obrigatório o apagamento da conflitualidade, intrínseco a toda atividade humana, em nome da unidade do posicionamento institucional. Conforme Krieg-Planque (2012, p. 41), “nas instituições, o discurso não exprime o consenso, ele se esforça para produzi-lo”³⁴.

Uma das dimensões da materialização desse apaziguamento se deu na criação de um código linguageiro associado a “cultura de paz”, como pudemos constatar nas ocorrências diversas que atestavam a circulação do sintagma como fórmula discursiva no espaço público e na análise de objetos editoriais (cf. capítulos 3 e 4) que a ele se referem; dentre suas consequências, podemos elencar a diversidade de práticas decorrentes das interpretações que esse linguajar possibilita e, numa via de mão dupla, os custos políticos decorrentes.

34 No original : «Dans les institutions, le discours n’exprime pas le consensus, il s’efforce de le produire» (Krieg-Planque, 2012, p. 41, tradução nossa).

3

O funcionamento de
“cultura de paz” como
fórmula discursiva

Como vimos no capítulo anterior, nos primeiros documentos em que o sintagma “cultura de paz” foi mobilizado, “se pensa o objeto do pensamento” (recuperando Pêcheux, 1997, p. 102-107), associando-o a nomes comuns conceituais como os ditos valores universais de “liberdade”, “justiça”, “tolerância”, “segurança” etc.³⁵. Podemos considerar que ocorrem ali os *textos primeiros (fontes)* (Maingueneau, 2008, p. 48-49) a respeito de “cultura de paz”, “os discursos que supostamente produzem os conteúdos em sua ‘pureza’”.

Pouco a pouco, conforme surgiram iniciativas que adotavam “cultura de paz” como tema de suas atividades, esse sintagma nominal adquiriu o funcionamento do que Pêcheux estudou em determinado período de sua trajetória acadêmica como um *pré-construído* (Pêcheux, 1997 [1983]): a expressão entrou para o “universo das coisas” e ganhou maior evidência no interdiscurso, adquirindo um sentido supostamente estável e compartilhado socialmente, integrando o enunciado muitas vezes “*como se esse elemento já se encontrasse aí*”; trata-se, para esse autor, da

[...] separação fundamental entre o pensamento e o objeto de pensamento, com a pré-existência deste último, marcado pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, pré-existe ao sujeito (Pêcheux, 1997, p. 102).

Esse “impensado preexistente” está diretamente ligado à memória discursiva, retomada e reconstruída nos diversos enunciados a cada vez que fazem uso do termo em questão. Como Courtine (2009, p. 104) afirma, recuperando Foucault, “toda formulação apresenta em seu ‘domínio associado’ outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega...”, dependendo da formação discursiva em que se encontra. Isso reforça a postulação do “primado do interdiscurso” de Maingueneau (2008, p. 31), segundo o qual existe uma “heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro”.

Com o aumento da circulação desse *pré-construído* e o aprofundamento de sua heterogeneidade semântica, verificável na memória discursiva estabelecida pelo interdiscurso e acionada/construída pelos usos que se fazem dele, ele passa a uma categoria que materializa, em seus usos, um grau mais complexo de funcionamento discursivo: a “fórmula discursiva”, conforme concebida por Alice Krieg-Planque (2010).

35 Que consideramos aqui como “temas”, “aquilo de que um discurso trata” (Maingueneau, 2008, p. 81).

A trajetória de estudos dessa pesquisadora partiu das Ciências da Informação e da Comunicação e buscou na Linguística, mais particularmente na Análise do Discurso de tradição francesa, um suporte teórico-metodológico para a análise de fatos comunicacionais, com ênfase nos discursos midiáticos, políticos e institucionais.

Em sua tese de doutorado, *Émergence et emplois de la formule “purification ethnique” dans la presse française (1980-1994)* (Krieg, 2000), Krieg-Planque estudou a circulação da fórmula “purificação étnica”, desdobrada também em outras variações sintagmáticas, como “limpeza étnica” e “depuração étnica”, nas mídias francesas e internacionais no período das guerras da ex-Iugoslávia. Essa pesquisa deu origem à obra *“Purification ethnique” : une formule et son histoire* (Krieg-Planque, 2003), que, segundo a autora,

[...] foi bem recebida tanto em análise do discurso, em lexicologia sociopolítica, em ciências da informação e da comunicação, em ciência política, em história contemporânea e imediata, em antropologia, em sociologia, quanto nos subcampos da pesquisa frequentemente marcados pela pluridisciplinaridade (Krieg-Planque, 2010, p. 10).

O interesse do meio acadêmico por sua análise se deve ao conceito *fórmula discursiva*, cuja definição objetiva, presente no primeiro capítulo de sua tese, levou ao lançamento do livro em que esta pesquisa se baseia, *La notion de “formule” en analyse du discours: cadre théorique et méthodologique* (Krieg-Planque, 2009), logo traduzido no Brasil (Krieg-Planque, 2010).

O termo *fórmula discursiva* foi recuperado de trabalhos sobre o uso sociopolítico do léxico, com ênfase nas obras de Marianne Ebel e Pierre Fiala (1983), sobre as fórmulas “Überfremdung” (traduzida como “influência e superpopulação estrangeiras”) e “xenofobia”, e de Jean-Pierre Faye (1972), sobre a fórmula “Estado Total” (Krieg-Planque, 2010, p. 51). No entanto, a autora frisa que o uso que ela faz desse conceito não é exatamente um empréstimo, mas, antes, um *descolamento referencial*, uma vez que o próprio Faye o toma do discurso dos atores que estuda³⁶ (Krieg-Planque, 2010, p. 36-37).

A noção de fórmula é definida por ela como “[...] um objeto descritível nas categorias da língua e cujo destino – ao mesmo tempo invasivo e continuamente questionado –

36 Segundo Ebel (*apud* Krieg-Planque, 2010, p. 37), a noção de fórmula “[...] não sai pronta de uma teoria da linguagem; Faye a toma dos próprios materiais, dos textos, narrações e discursos que, desde 1929, esboçam os contornos de um novo tipo de estado. Ele a encontra em Carl Schmitt, que a chama ora de ‘fórmula’, ora de ‘conceito’, e também em Ernst Forsthoff: ‘Der totale Staat ist eine Formel’ [O Estado total é uma fórmula]”.

no interior dos discursos é determinado pelas práticas languageiras e pelo estado das relações de opinião e de poder em um momento dado no seio do espaço público³⁷” (Krieg-Planque *in* Motta; Salgado, 2011, p. 12)³⁸.

Esse “objeto” é descrito como uma sequência linguística que deve manifestar *quatro propriedades interdependentes* que podem ocorrer em diferentes graus de intensidade. É importante notar que essas propriedades são condições *sine qua non* para o funcionamento do sintagma linguístico como fórmula, sobrepondo-se a possíveis características específicas que cada fórmula possa vir a manifestar. São elas:

1. assumir um caráter cristalizado;
2. se inscrever em uma dimensão discursiva;
3. funcionar como um referente social;
4. comportar um aspecto polêmico.

3.1. o caráter cristalizado

O caráter cristalizado da fórmula diz respeito a ela se materializar em “uma forma significativa relativamente estável” (Krieg-Planque, 2010, p. 61), seja ela um sintagma básico ou um sintagma derivado³⁹. Essa sequência cristalizada é necessária para tornar possível tanto a circulação da fórmula quanto o seu rastreamento pelo analista – o que não quer dizer que não possa condensar formas menos estáveis, na forma de paráfrases ou variantes dessa sequência mais cristalizada. Segundo a autora (Krieg-Planque, 2010, p. 71), “é a concisão que permite à fórmula circular, no sentido material do termo, é ela que permite à sequência ser integrada a enunciados que a sustentam, a incluem, a retomam, a reforçam, a reiteram ou a recusam”.

37 A autora trabalha com a noção de espaço público enquanto local fundamentalmente midiático de projeção dos diversos aspectos da sociedade, “por meio do qual os atores compartilham seus pontos de vista, expõem suas opiniões em praça pública, tornando-as, desse modo, visíveis a quaisquer outras pessoas, alimentando, assim, a possibilidade de um debate público e contraditório de suas opiniões” (Krieg-Planque, 2010, p. 114).

38 Trata-se de uma definição publicada originalmente no livro *Purification ethnique: une formule et son histoire* (Krieg-Planque, 2003), que é um recorte da tese de doutorado da pesquisadora. Ela é retomada na entrevista “‘Fórmulas’ e ‘lugares discursivos’: propostas para a análise do discurso político”, traduzida por Sírio Possenti e Luciana Salazar Salgado no livro referido.

39 Utilizamos aqui a classificação sintática de José Carlos de Azeredo na Gramática Houaiss (2011, p. 146; 296). Segundo ele, sintagmas básicos são aqueles “formados por uma classe de palavra apta a constituir por si só o respectivo sintagma”, enquanto sintagmas derivados são “criados por meio de transposição”, processo em que um sintagma deriva de outra unidade – caso da “cultura de paz”.

O caso do sintagma “cultura de paz” (com as variantes “cultura da paz”, “cultura para a paz”, menos utilizadas à época da coleta de dados⁴⁰), por exemplo, é de uma unidade lexical complexa que se cristalizou ao longo dos últimos 23 anos (desde seu surgimento em 1989), contando, por exemplo, com quase dois milhões de ocorrências na ferramenta de busca do Google em agosto de 2012⁴¹ e constando em verbetes na Wikipédia⁴² (embora ainda não nos dicionários tradicionais), tendo, portanto, uma forma identificável e possível de rastrear.

O lançamento da cartilha *Cultura de paz: redes de convivência* (Diskin, 2009) pelo Senac comprova também essa cristalização, pois evidencia uma necessidade de “ensinar” o que significaria essa sequência linguística “cultura de paz”. É interessante observar que, devido ao caráter de heterogeneidade semântica da fórmula, essa obra acaba extrapolando a rigidez conceitual típica de uma cartilha, como mostraremos no tópico 4.2.

A estabilidade “relativa” da superfície linguística dá margem justamente a possíveis variações que a fórmula possa vir a incorporar nos usos que se fazem dela. Krieg-Planque (2003), por exemplo, encontrou as formas significantes “depuração étnica” e “limpeza étnica” funcionando como alternativas à fórmula “purificação étnica”, com significados que podiam ou não estar em conflito. No caso de “cultura de paz”, localizamos a variante “cultura da paz”, que tem sua origem na tradução do inglês “culture of peace” acrescida do artigo definido antes de paz, e “cultura para a paz”, que se mostrou como a menos produtiva em termos de quantidade de ocorrências no corpus.

Além dessas variações, encontramos a associação de “cultura de paz” com o sintagma “paz e amor”, gerando a variante “cultura da paz e do amor [e não da guerra]”, de que trataremos mais detidamente na seção sobre a dimensão polêmica

40 Contrastando com a busca da sequência “cultura de paz”, que teve 2,07 milhões de resultados no buscador do Google, “cultura da paz” contou com 864 mil e “cultura para a paz” com 87,5 mil ocorrências em pesquisa realizada no dia 24 de agosto de 2012.

41 Curiosamente, em maio de 2013, esse número era aproximadamente metade do encontrado nas buscas realizadas em 2012 (que obtiveram uma média de 2.300.000 ocorrências), e atualmente, em junho de 2014, caiu para 465 mil resultados, o que pode indicar uma possível diminuição da circulação dessa variante da fórmula, ao menos no meio digital.

42 O verbete em português estava disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_de_paz até nosso último acesso em 13 de agosto de 2012. Procurando-o recentemente, notamos que ele foi apagado e redirecionado para “pacifismo”, ali definido como “uma filosofia de oposição à guerra”. “O termo cobre um amplo espectro de pontos de vista, desde a preferência por meios não-militares para a solução de conflitos até à oposição total ao uso da violência, ou mesmo força, em qualquer circunstância”. Ainda existem outros dados sobre a cultura de paz, como o verbete sobre o Ano Internacional da Cultura de Paz (disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ano_Internacional_da_Cultura_da_Paz. Acesso em: 20 maio 2013), o verbete sobre o Manifesto 2000 (disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_2000. Acesso em: 20 maio 2013) e o verbete sobre a “cultura de cooperação” (disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_da_coopera%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 20 maio 2013).

da fórmula, e também com a expressão “cultura da cooperação”, da seguinte maneira, na Wikipédia⁴³ (grifo nosso):

Cultura da cooperação é um termo novo e poucas são as citações encontradas tanto na literatura como na internet. O Sebrae de Minas Gerais trabalha com esta terminologia, utilizada pelos pesquisadores e praticantes dos jogos cooperativos. Para o Sebrae, a cultura da cooperação tem como objetivo facilitar o processo de desenvolvimento de um grupo para que ele alcance a capacidade de agir coletivamente, visando objetivos comuns, baseados nos princípios da cooperação entre os participantes. Definem o conceito desta forma: “Cultura da cooperação é resultado de um fazer humano pautado no diálogo das diferenças. Um diálogo que se dá numa relação de interdependência visando, invariavelmente, o bem coletivo, onde diferentes atores, em lugares diferentes, em interação, complementando-se, sem se opor ou se mesclar, experimentam o desafio de serem autônomos na ação e interdependentes na missão.” [...] **Vemos que a cultura da cooperação está intimamente ligada à cultura de paz, visto uma não viver sem a outra.**

Nesse caso, verificamos não só uma sequência linguística de estrutura próxima de “cultura de paz”, mas também a própria citação dessa fórmula como um referente social para o estabelecimento do novo termo.

3.2. a dimensão discursiva

A segunda propriedade da fórmula, a *dimensão discursiva*, deve-se ao fato de ela ser uma materialidade linguística que “não existe sem os usos que a tornam uma fórmula” (Krieg-Planque, 2010, p. 81). Dessa maneira, nenhum sintagma verbal está destinado a ser formulaico, sendo necessária a análise de sua circulação em um determinado recorte temporal para se verificar se alcança essa condição.

Cabe notar que a sequência pode tanto surgir já com o *status* de fórmula, como é o caso de “cultura de paz”, quanto desenvolver esse caráter em meio a sua trajetória, devido a algum uso particular (ou uma série de usos), como ocorre na maioria das vezes (Krieg-Planque, 2010, p. 82). A pesquisadora mostra como exemplo desse acontecimento o sintagma “sem-documento” (“sans-papiers”), que, segundo ela, parece ter se tornado uma fórmula na segunda metade de 1996, quando ocorreu “o caso dos sem-documento da igreja Saint-Bernard” e passou a ter uma aparição expressiva no espaço público⁴⁴ (Krieg-Planque, 2010, p. 85).

43 Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_da_coopera%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 23 maio 2013.

44 Nesse caso, a sequência “sem documento” (“sans-papiers”), que já existia no interdiscurso, torna-se representativa de disputas no espaço público quando passa a funcionar como substituta do termo “clandestinos” (“clandestins”), ressignificando, assim, a própria condição dos atores sociais aos quais dava nome.

A potencialidade do sintagma “cultura de paz” como fórmula discursiva devia-se, em primeiro lugar, ao próprio campo discursivo em que surgiu, tendo sido cunhado em documentos institucionais com um poder elevado de irradiância, como vimos. Em segundo lugar, ao fato de ser constituído pela aglutinação de dois substantivos que, diferentemente, por exemplo, de “árvore” ou “lápis”, não têm referentes diretos no mundo real, de modo que seu significado passa, necessariamente, por construções discursivas. Soma-se a isso o grande número e, ao mesmo tempo, a opacidade dos *temas* aos quais ele se associa já em sua gênese, fazendo com que ele esteja, necessariamente, sujeito às disputas pelos sentidos atribuídos ao que seriam, por exemplo, a “sustentabilidade”, o “desenvolvimento social”, o “livre fluxo de informações” para os diversos posicionamentos discursivos. Isso ficou evidente quando, ao passar para o Programa de Ação da Unesco, o “desarmamento”, que estava entre os oito temas definidos por David Adams (2005b), foi substituído por “paz e segurança internacional”, o que abre espaço para as diversas reivindicações discursivas do que sejam essa “paz” e essa “segurança” (militarizadas, desarmadas, etc.).

Esse funcionamento discursivo ficará ainda mais evidente quando tratarmos da polêmica inerente à condição de fórmula.

3.3. o funcionamento como *referente social*

O funcionamento como um *referente social*, terceira condição para que um sintagma cristalizado seja classificado como fórmula, deve-se, segundo Pierre Fiala e Marianne Ebel (citados por Krieg-Planque em Motta; Salgado, 2011, p. 18), ao fato de que “[...] surgem fórmulas na linguagem em relação às quais o conjunto de forças sociais e o conjunto dos locutores são obrigados a tomar posições, a defini-las, a combatê-las ou a aprová-las, mas, em qualquer caso, a fazê-las circular de uma maneira ou de outra”.

Em outras palavras, isso acontece quando a sequência torna-se presença obrigatória para além dos contextos sociais em que surge, transcendendo o lugar discursivo de origem e podendo, inclusive, “[...] funcionar como índice de reconhecimento que permite ‘estigmatizar’ – positivamente ou negativamente – seus usuários” (Krieg-Planque, 2010, p. 74). É exatamente o que Bonnafous (*apud* Krieg-Planque, 2010, p. 25-26) expressa ao dizer que a “palavra” “torna-se um *slogan*”, “uma palavra de ordem”.

A instauração e a mobilização de uma fórmula estão diretamente ligadas, então, à definição de *comunicação* proposta por Krieg-Planque (2009, p. 14) no âmbito dos discursos institucionais: “conjunto de saberes e habilidades relativos à antecipação das práticas de retomada, de transformação e de reformulação dos enunciados e de seus conteúdos”. Assim como no caso de pequenas frases e *slogans*, para que a transformação do sintagma em um *referente social* possa ocorrer, a fórmula deve ser constituída por uma estrutura linguística pregnante, que favoreça sua circulação e a constituição de uma memória discursiva. Não é casual que boa parte das potenciais fórmulas sejam constituídas por sintagmas complexos, cadenciados e, como notamos, geralmente compostos por um determinante e um determinado, que potencializam a possibilidade da instauração de uma polêmica discursiva pela interpretação da “qualidade” atribuída ao núcleo da sequência (por exemplo, o que seja “desenvolvimento sustentável”, ou “cultura de paz”).

Um indício forte desse acontecimento e do funcionamento como um *referente social* na fórmula em questão foi sua extensa adoção por universidades, associações e ONGs, além de sua presença em regras de concursos e em instâncias legislativas, muitas vezes devido ao reconhecimento e à visibilidade que seu uso conferia às instituições – já que atitudes que se encaixariam perfeitamente dentro das concepções da “cultura de paz”, como delineadas por Adams (2005a) e citadas anteriormente, muitas vezes não seriam vistas e reconhecidas como tal se não utilizassem explicitamente essa denominação.

Foi o caso, por exemplo, da seção “Saber o sabor da experiência” da Cartilha *Cultura de Paz: Redes de Convivência* (Diskin, 2009, p. 30). Os dez projetos selecionados para representar didaticamente (trata-se de uma cartilha) algumas das “ações em prol da cultura de paz” não tiveram necessariamente o desenvolvimento de suas atividades analisado; a presença de “cultura de paz” entre seus objetivos era o fator primeiro de avaliação.

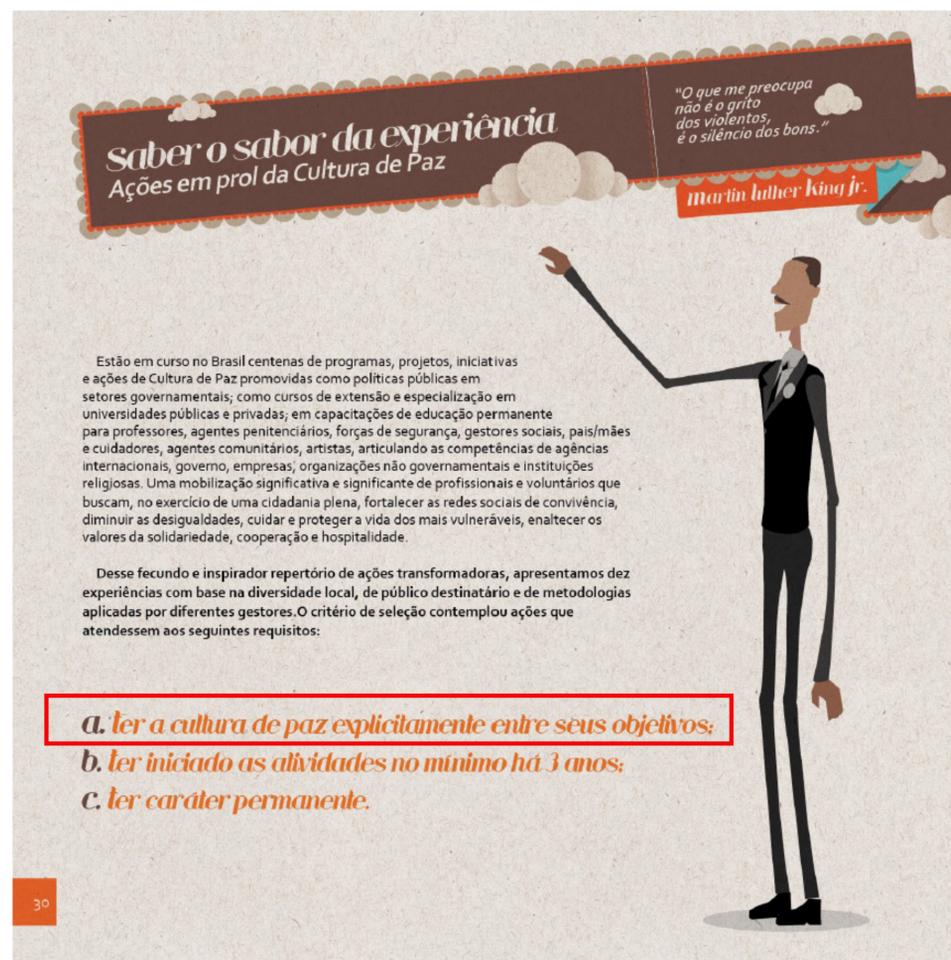


figura 15. “cultura de paz” como índice de reconhecimento na *Cartilha Cultura de Paz: redes de convivência*

fonte: Diskin (2009, p. 30, ênfase nossa em vermelho).

O fato de a fórmula se tornar “passagem obrigatória” nos discursos se materializou também no âmbito legislativo com a mobilização de “cultura de paz” em projetos de lei, requerimentos e sugestões, refletindo a importância e ao mesmo tempo a diversidade que ela assumiu no espaço público, passando pelas áreas da educação, da religião e do “bem-estar”, como podemos ver nas ementas a seguir:

PL 1477/2011 – trata da “**disseminação da ‘cultura de paz’** no ambiente escolar”, por meio de adição de um parágrafo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (PL 1477/2011):

Art. 1º. O art. 22 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar acrescido do seguinte Parágrafo único:

Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino deverão atuar para disseminar o respeito, a solidariedade e a resolução pacífica de conflitos no ambiente escolar, promovendo ações educativas transdisciplinares orientadas para **a construção de uma cultura de paz.**

REQ 126/2011 – “Requer a realização pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em parceria com a Frente Parlamentar da Educação, de Seminário Internacional sobre Meditação Transcendental na Educação, que procurará divulgar os benefícios que essa prática traz para a melhoria

do rendimento escolar e para a **criação de uma cultura de paz** nas escolas e no meio social”.

INC 5417-2009 – “Sugere ao Ministro da Educação a implantação de projeto para alunos na faixa de seis a oito anos de idade. Explicação: Projeto em todas as escolas públicas para alunos na faixa de seis a oito anos de idade, **objetivando instalar uma cultura de paz** nas escolas”.

A desestruturação da família é uma das principais razões para ocorrência de episódios violentos no ambiente escolar. Quando as brincadeiras se transformam em brigas entre colegas é hora de a escola canalizar as energias das crianças e, dessa forma, evitar criar espaço para violência em sala de aula.

A exemplo do que está sendo desenvolvido na Escola Classe 403 Norte, Brasília (DF), onde **o recreio é utilizado como aula de relaxamento** e tem por finalidade promover a participação no processo de aprendizagem e na luta contra a violência.

Com base no exposto, solicitamos providências no sentido de incentivar a implantação do projeto em todas as escolas públicas para alunos na faixa de seis a oito anos de idade, **objetivando instalar uma cultura de paz** nas escolas.

PL 5612/2009 - “inclusão da disciplina ‘**CULTURA DE PAZ**’, no currículo das escolas de Educação Básica, Profissional e de Ensino Superior, como matéria obrigatória”:

§ 1º A disciplina “**CULTURA DE PAZ**” terá como objetivo primordial a **construção de uma genuína cultura de aceitação da diversidade, de tolerância com as diferenças, de compreensão, compaixão e de solidariedade entre os seres humanos.**

§ 2º O conteúdo programático da disciplina a que se refere o “caput” deste artigo deverá ser organizado de modo a introduzir o estudo gradual e sistemático dos fatores intervenientes no processo de **construção da paz**, tais como o estudo das emoções e dos sentimentos, dos conflitos e das suas formas de solução.

SUG 119/2008 CLP – “Sugere a realização de uma Semana por ocasião do centenário da Umbanda no Brasil. Constam da programação a realização de Sessão Solene ‘Homenagem à Matriz Religiosa Brasileira; de um **Seminário ‘Matriz Religiosa Brasileira: Espiritualidade, Diversidade e Cultura de Paz’**; e de uma exposição ‘Centenário da Matriz Religiosa Brasileira: Por Dentro do seu Imaginário”.

PL 4228/2004 - “Dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para **promoção da cultura de paz** e dá outras providências. NOVA EMENTA: Dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública **para promoção da cultura de paz** e dá outras providências - Estatuto da Paz”.

PL 759/2006 – “**Institui o Dia Nacional da Cultura de Paz** nas escolas públicas e privadas, e dá outras providências. Explicação: A ser comemorado no dia 9 (nove) de agosto de cada ano”.

(Brasil, 2013, grifo nosso)

Assim como ocorreu no estudo sobre “desenvolvimento sustentável”, feito por Krieg-Planque (2010), os dados acima evidenciam, por um lado, a debilidade jurídica de “cultura de paz” como noção aplicada em leis e, por outro, sua importância política como legitimadora de práticas.

Outra amostra do funcionamento de “cultura de paz” como índice de reconhecimento social no período analisado foi o fato de instituições terem utilizado a fórmula como *slogan*: em 2011, a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação da Prefeitura de São Paulo estabeleceu “cultura de paz” como “política pública deste governo”, ação divulgada por meio do mote “Cultura de Paz: passe esta bola para frente!”⁴⁵.

Na esteira dessa campanha, pudemos atestar a fórmula em faixa afixada no Estádio do Pacaembu no dia 7 de junho de 2011, durante o jogo de despedida do jogador Ronaldinho, acompanhada, em faixa idêntica ao lado, pelo brasão da Prefeitura de São Paulo e pelo dizer “A segurança que você vê”:



figura 16. *slogan* da Prefeitura de São Paulo em jogo de despedida do Ronaldinho, 7 de junho de 2011

fonte: https://www.youtube.com/watch?v=Y4u3VP_T8nk. Acesso em: 27 maio 2013.

45 Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/cultura_de_paz/index.php?p=8588. Acesso em: 1 ago. 2011.

Esse é um exemplo claro do extrapolamento da fórmula para além da conjuntura de sua gênese: de convenções e acordos entre os países, a fórmula passa a circular no espaço público como algo “positivo” a que se quer atrelar o nome da instituição. Mais além, aponta para uma das interpretações possíveis de “cultura de paz” no contexto de violência entre as torcidas nos estádios: o policiamento intensivo, abonado pelo Estado, que garante “a segurança” em grandes jogos⁴⁶.

No rol de enunciados que consideravam “cultura de paz” como algo a ser realizado, promovido, disseminado, encontramos a seguinte postagem na página de Facebook de uma associação de surfistas que “busca empoderar os surfistas para a atuação em causas públicas, proteção das praias, ondas, rios e oceanos”:



figura 17. página de Facebook da Ong Ecosurfi: “entre nessa onda: surf pela cultura de paz”

fonte: <https://www.facebook.com/ecosurfoficial/photos/a.209649595732336.58186.209308629099766/504640946233198/?type=1&theater>. Acesso em: 14 mar. 2014.

Nesse cartum se condensam as condições de produção da fórmula, materializadas na imagem do tanque de guerra; seu espraiamento semântico, que perpassa a prática de esporte (o “surf”); a ideia de que mudanças desejadas só acontecem por meio da ação dos indivíduos, correntemente atrelada a “cultura de paz” (ilustrada nas pessoas que se “manifestam”); e os símbolos que historicamente são associados a “paz” (as

⁴⁶ Esse uso da fórmula nos chamou a atenção também devido a outros fatos relacionados à Polícia Militar amplamente divulgados no decorrer do ano de 2011, como desapropriações e reintegrações de posse violentas na Região Metropolitana de São Paulo e inúmeras denúncias de abusos de autoridade.

pombas brancas, que guiam a “crista da onda”, e o símbolo adotado pelo movimento *hippie* na década de 1960).

Por fim, como uma indicação bastante contundente de sua condição de referente social, “cultura de paz” apareceu efetivamente como “remédio” para os males da (falta de) segurança e da relação entre as pessoas, remetendo-nos a Krieg-Planque (2010, p. 26) nos termos que utilizamos como epígrafe da Introdução:

Impulsionada por um evento, uma palavra se impõe. E se impõe a todos como um remédio [...]. Ela simboliza uma solução. Mas, paralelamente a essa retomada massiva na superfície dos enunciados, a palavra vê seu sentido se dispersar (Krieg-Planque, 2010, p. 26).



figura 18. “Cultura da paz é o remédio”, notícia sobre a influência da amizade entre vizinhos na segurança pública (Gazeta do Povo)

fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1204490>. Acesso em: 02 jul. 2014.

A possibilidade de outra realidade é projetada nas crianças vestidas de “flores” multicoloridas, que dialoga com a ação de “cultivar a paz”, que também constatamos em outras ocorrências (cf. contextos imagéticos da fórmula no capítulo 5).

3.4. o caráter polêmico

Os dados coletados e analisados até aqui nos levam ao *caráter polêmico* da fórmula, que está intimamente ligado à propriedade anterior (e também às demais)

pelo fato de a expressão constituir “um suposto denominador comum”, mas comportar diversos sentidos, reivindicados por institucionalidades distintas. É a “generalização do termo” acompanhada de “uma semantização bastante heterogênea”, nas palavras de Bonnafous (*apud* Krieg-Planque, 2010, p. 25).

A leitura de nosso *cópus*, como já adiantamos em outro momento, nos levou a perceber que a relação estabelecida entre os diferentes usos de “cultura de paz” era, em sua grande maioria, de aliança e polissemia, e não de disputa direta e polêmica. As diversas interpretações de “cultura de paz” mostraram uma regularidade em torno do sema central da “convivência”, que se materializava nos diferentes *campos discursivos* de formas variadas: convivência entre as pessoas (programas locais de desenvolvimento social / “segurança” / “direitos humanos” / “perdão”), convivência com a natureza (“sustentabilidade”, direitos animais), convivência com você mesmo (autoajuda, horóscopos), convivência entre as religiões (“tolerância religiosa”), convivência entre os países (“segurança internacional”), e mesmo convivência entre parceiros sexuais (“sexo seguro” / “cultura da paz e do amor”).



figura 19. materialização do sema “convivência” em campos discursivos diversos

fonte: elaboração própria.

A imagem das mãos unidas, recorrentemente convocada nos lugares em que a fórmula aparecia, materializava também esse sema, metonimizando a união das

pessoas por meio da relação de contiguidade estabelecida entre essa parte do corpo humano e o conjunto de pessoas que se propõem a “promover cultura de paz”⁴⁷.

Por vezes, o próprio substantivo “convivência” coocorria com a fórmula – sem especificá-la, no entanto, pela própria transitividade herdada do verbo de que deriva (convive-se *com* alguém ou *com* alguma coisa). Dois exemplos significativos dessa aproximação se dão, por exemplo, na cartilha *Cultura de paz: redes de convivência* (Diskin, 2009) e no Instituto Pólis, ponto de cultura que se auto-intitula “Pontão de Convivência e Cultura de Paz”.

A relação de polêmica não se estabelecia, portanto, de forma expressiva *entre* as mobilizações do sintagma, mas sim, como mostramos no capítulo 2, *nas condições de produção dos discursos “de paz”,* que se põem como necessários frente às práticas cotidianas “de guerra e de violência”.

convivência entre pessoas: cultura de paz e segurança

Desde a gênese do sintagma “cultura de paz” foi possível registrar uma conexão do discurso de “paz” com o de “segurança”, o que dá margem a interpretações diversas. Esse entrecruzamento discursivo se manifestou em diversas ocorrências da fórmula:



figura 20. eixo “Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz” do Programa Cidades Sustentáveis⁴⁸

fonte: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/apresentacao>. Acesso em: 25 maio 2013.

47 Retomamos, aqui, o mote do Manifesto 2000, já exposto na gênese do sintagma: “A paz está em nossas mãos”.

48 Segundo o *site*, “O Programa Cidades Sustentáveis oferece aos gestores públicos uma agenda completa de sustentabilidade urbana, um conjunto de indicadores associados a esta agenda e um banco de práticas com casos exemplares nacionais e internacionais como referências a serem perseguidas pelos municípios. O objetivo é sensibilizar e mobilizar as cidades brasileiras para que se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável”.

Plano do governo lançará ofensiva ao tráfico

Texto assume 16 compromissos com ações e aumento de gastos para reduzir violência

ARIOSTO TEIXEIRA

BRASÍLIA – O governo federal espera identificar e punir, até 2003, os principais narcotraficantes que atuam no Brasil. Esse seria o resultado da primeira medida de impacto a ser proposta pelo programa “Brasil diz não à violência – Plano Nacional de Segurança Pública”, a ser lançado ainda em junho pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. O texto

ligência denominado Sistema de Informações de Conflitos Agrários (Sica). De acordo com o documento, o Sica será criado a fim de “coletar dados sobre conflitos agrários” e assim facilitar o planejamento de ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e dos órgãos de segurança pública. O novo organismo será encarregado, ainda, do “mapeamento das áreas de tensão social; da identificação dos autores envolvidos e das causas dos conflitos”.

O sistema de inteligência para a área rural deverá ser criado no âmbito do Incra, sem vínculo formal com o

Subsistema de Inteligência em Segurança Pública proposto como o primeiro dos seis compromissos com as medidas de suporte estratégico e tático previstas no capítulo n.º 2 do programa. Esse subsistema será, por sua vez, parte do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), que funciona-

(Abin).

O subsistema de inteligência será integrado por órgãos das esferas federal, estadual e muni-

cipal, tendo por objetivo “identificar ameaças à segurança pública” e subsidiar com conhecimentos antecipados “a adoção de providências para a manutenção da segurança pública”.

Conceitualmente, o subsistema de inteligência “permitirá sistematizar um fluxo de informações, disponibilizando cenários para a atuação das instituições envolvidas, favorecendo, em nível nacional, as ações de repressão e repressão”. Trata-se de papel seme-

lhante àquele atribuído no regime militar ao Serviço Nacional de Informações (SNI), extinto no governo Collor.

Paz – Os capítulos n.º 3 e 4 do programa “Brasil Diz Não à Violência” definem mais três compromissos com adoção de medidas para “apoiar uma cultura de paz e de respeito aos direitos humanos” e com a criação de uma comissão técnica, na esfera federal, de execução e acompanhamento do plano nacional de segurança. Os autores do documento explicam, na conclusão do trabalho, que o programa “procura recuperar e reunir as principais idéias e

sugestões” já debatidas nos encontros promovidos pelo Ministério da Justiça com os secretários estaduais de segurança, especialistas e organizações não-governamentais e por movimentos da sociedade civil tais como o fórum “São Paulo Sem medo”, “Rio Contra o Crime”, e o grupo “Sou da Paz”.

“A novidade”, sublinha o documento, “é o foco da ação integrada, capaz de coordenar, avaliar e redirecionar ações e metas” de modo a dotar o País de um sistema de segurança “que ofereça alcance amplo e eficaz na solução do complexo problema da violência”. (Agência Estado)

COMBATE NA
ÁREA RURAL
PROMETE
POLÊMICA

figura 21. matéria sobre o programa federal “Brasil diz não à violência – Plano Nacional de Segurança Pública”, realizado entre os anos 2000 e 2003 (ESP)

fonte: TEIXEIRA, Ariosto. Plano do governo lançará ofensiva ao tráfico. *O Estado de S. Paulo*, 1 de junho de 2000. Política, Segurança, A5.

No primeiro caso, vemos, pelo título, que “cultura de paz” se dissocia dos pilares de sua definição inicial, sendo colocado também como um “valor”, tal como “equidade” e “justiça social”, a ser seguido nos eixos do Programa Cidades Sustentáveis (não os englobando, portanto, como na definição proposta por Adams, 2005). Enquanto “equidade” e “justiça social” se manifestam nas ações de outros tópicos, “cultura de paz” é vinculada à “segurança da comunidade”.

No segundo caso, “cultura de paz” é citada pela matéria de *O Estado de S. Paulo* como parte dos capítulos 3 e 4 do programa “Brasil diz não à violência – Plano Nacional de Segurança Pública”, que propõe, dentre outras medidas, “a capacitação, o aperfeiçoamento e o reaparelhamento das polícias federal e estaduais”, “a melhoria do sistema penitenciário e a criação de 46.219 novas vagas no sistema prisional com a construção de penitenciárias [...]” e a “criação de um sistema de inteligência denominado Sistema de Informações de Conflitos Agrários (Sica)”⁴⁹.

Ambos são materializações das condições de produção da fórmula, conjuntamente relacionada às questões de “violência” e, conseqüentemente, de “segurança”.

convivência com a natureza: cultura de paz, desenvolvimento sustentável e direitos animais

A fórmula “cultura de paz” também foi mobilizada no campo dos direitos animais como argumento de autoridade no discurso em oposição à violência das indústrias de alimentos, de lazer e de roupas, como podemos ver em diversas manifestações de entidades protetoras dos animais:

49 TEIXEIRA, Ariosto. Plano do governo lançará ofensiva ao tráfico. *O Estado de S. Paulo*, 1 de junho de 2000. Política, Segurança, A5.

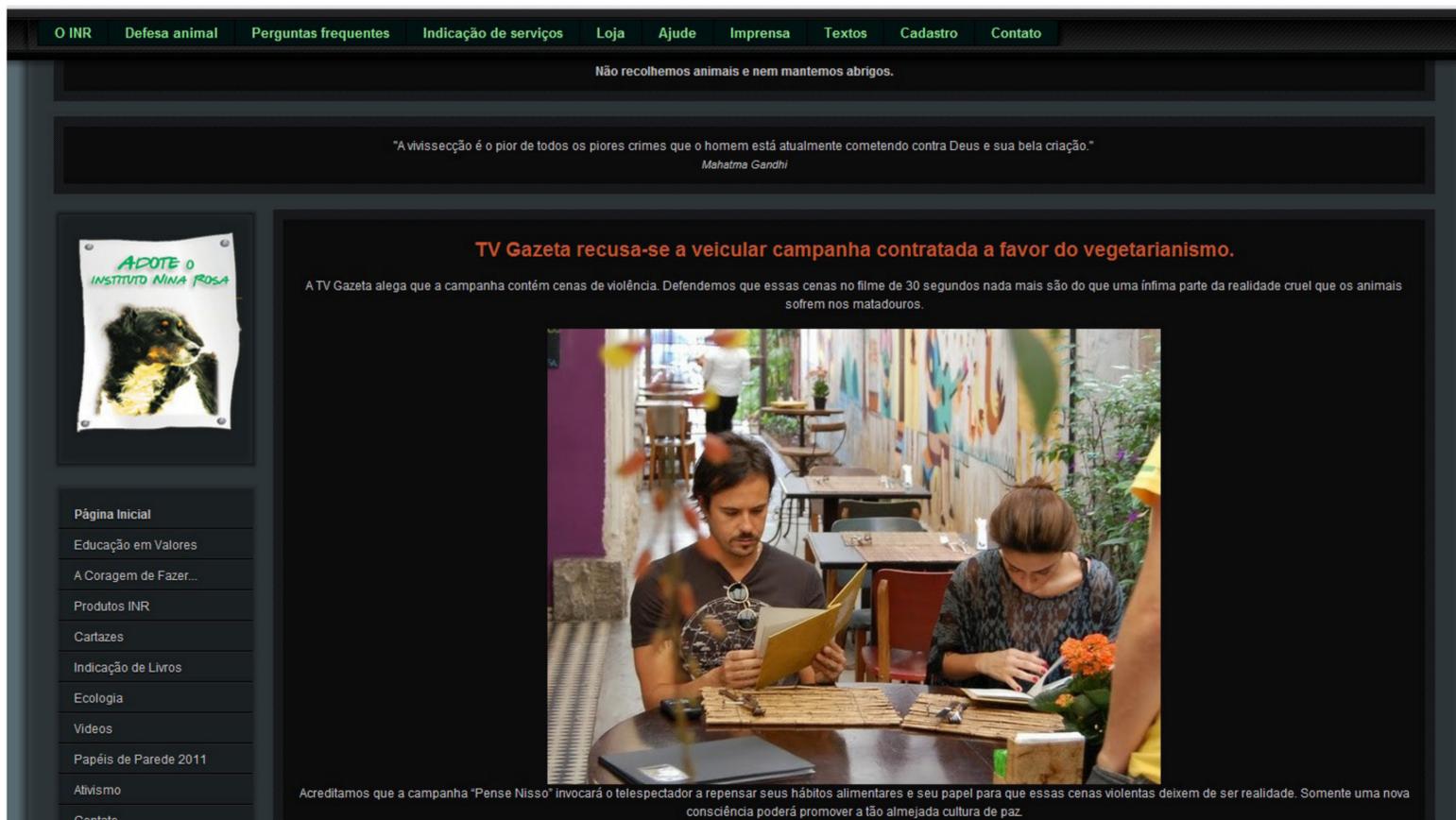


figura 22. página do *site* do Instituto Nina Rosa (INR)

fonte: <http://www.institutoninarosa.org.br/component/content/article/424>. Acesso em: 20 mar. 2012.

O dado acima é de uma notícia do *site* do Instituto Nina Rosa sobre o indeferimento do pedido de veiculação da campanha “Pense nisso” na TV Gazeta devido à presença de cenas de violência. No enunciado que destacamos em vermelho, o instituto se justifica:

Acreditamos que a campanha “Pense Nisso” invocará o telespectador a repensar seus hábitos alimentares e seu papel para que essas cenas violentas deixem de ser realidade. Somente uma nova consciência poderá promover **a tão almejada cultura de paz.** (grifo nosso).

Esse uso também se manifesta em carta de repúdio do instituto enviada aos “patrocinadores e artistas que participaram do Rodeio de Barretos”⁵⁰:

Senhores,
 Concordamos que empresas devem incentivar eventos culturais, porém de **uma cultura de paz.** Se ainda alguém duvidava que os rodeios com animais são espetáculos recheados de crueldade, esta edição de Barretos comprovou os maus-tratos, que há anos vêm sendo apontados por pessoas mais bem informadas.

⁵⁰ Texto integral disponível em: <http://germinar-loja.blogspot.com.br/2011/09/instituto-nina-rosa-cultura-de-paz.html>. Grifo nosso. Acesso em: 16 jun. 2012.

[...] O mundo clama por paz. Para podermos ser responsáveis socialmente, não devemos caminhar na direção oposta.

Além do Instituto Nina Rosa, outras entidades também citavam “cultura de paz” como parte de sua “missão” naquele momento, como se via, por exemplo, na página do Facebook da União Libertária Animal (Ula), que se propunha a “elaborar material e ações educativas que promovam os Direitos Animais e a cultura de paz”.

The image shows a screenshot of the Facebook profile page for 'União Libertária Animal - ULA'. The page is in Portuguese and contains the following information:

- Sobre:** Grupo Abolicionista de Educação em Direitos Animais da Zona Oeste do RJ. www.uniaoliberaliaanimal.com
- Missão:** Elaborar material e ações educativas que promovam os Direitos Animais e a cultura de paz.
- Informações gerais:** Grupo Abolicionista de Educação em Direitos Animais da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Desde 2008, criando e inspirando. Planejamos e promovemos ações e materiais que promovam os Direitos Animais para uma mudança social para a cultura de paz. Visite: www.uniaoliberaliaanimal.com
- Descrição:** A União Libertária Animal (Ula) é um grupo independente de trabalho voluntário da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Teve suas atividades iniciadas em Março de 2008 e está em constante ação, aprendizado e mudança. Segue uma linha abolicionista, compondo o Movimento de Libertação Animal, portanto, é contra qualquer forma de exploração e opressão. Atua principalmente nos bairros Campo Grande e Guaratib... Ver mais
- Informações básicas:**
 - Fundada em: março de 2008
 - Localização: Rio de Janeiro
 - Prêmios: Medalha São Francisco de Assis, 3 Milênio. <http://uniaoliberaliaanimal.com/eventos/ula-recebe-medalha-sao-francisco-de-assis-em-solenidade-na-camara-do-rio-de-janeiro>
 - Produtos: Cartilha Educativa Ulinha - Direitos Animais para crianças <http://uniaoliberaliaanimal.com/projeto-ulinha/produtos-ulinha>
- Informações de contato:**
 - E-mail: contato@uniaoliberaliaanimal.com
 - Website: <http://www.uniaoliberaliaanimal.com>
- Histórico por ano:**
 - 2012
 - Atividade do Projeto Ulinha no Cine Veg Kids
 - Apoio ULA ao Domingo Animal
 - Recebimento da Medalha São Francisco de Assis
 - Colóquio ULA "Cães e gatos sob um viés abolicionista"
 - 2011
 - Outdoor Animal ULA

figura 23. direitos animais e “cultura de paz”: Facebook da União Libertária Animal (ULA)

fonte: <http://www.facebook.com/GrupoUla/info>. Acesso em: 15 fev. 2013.

convivência consigo mesmo: cultura de paz, autoajuda e horóscopos

Em um campo discursivo bastante diferente, encontramos a seguinte ocorrência da variante “cultura da paz”:



figura 24. página inicial do site “Omnisci ncia: livraria da cultura da paz”

fonte: <http://www.omnisciencia.com.br/>. Acesso em: 3 jun. 2013.

Neste caso, “cultura da paz” se vinculava ao discurso da autoajuda em suas diversas formas, como se pode ver nas áreas das publica es (destacadamente, “autoconhecimento”, “equilíbrio no trabalho”, “harmonia em família”), retomando o discurso correntemente atrelado à ideia de “paz interior”.

Esse discurso também foi encontrado em ocorrências no horóscopo do Caderno 2 do jornal *O Estado de S.Paulo*, dispostas a seguir:

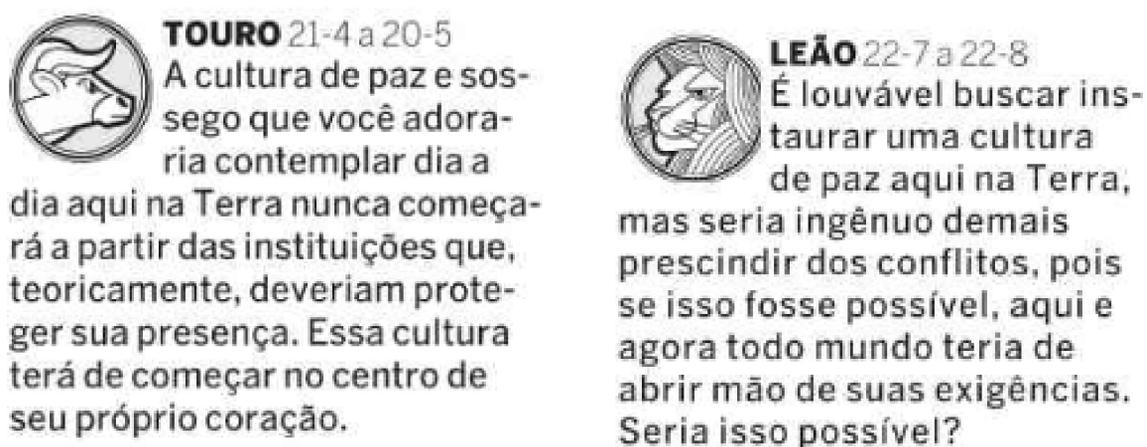


figura 25. ocorrências de “cultura de paz” em horóscopo (ESP)

fonte: Quiroga. Astral. *O Estado de S.Paulo*. Caderno 2, Quiroga, D6. As ocorrências, da esquerda para a direita, são das datas 25 de outubro de 2005 e 31 de outubro de 2005.

No entanto, duas ocorrências escaparam ao lugar-comum desse gênero textual, esbarrando em questões abordadas na definição “autorizada” de “cultura de paz”, como a não violência, a educação e as políticas governamentais, materializando o caráter transgenérico da fórmula:

QUIROGA
ASTRAL
Hora de parar o mundo

<p>GÊMEOS 21/5 a 20/6</p> <p>Você se perde no labirinto criado pelos seus próprios pensamentos, e a única maneira de sair dele é aprendendo a pensar melhor. Em pensamentos você se perde, em pensamentos você terá de se encontrar e salvar.</p>	<p><i>No céu de novembro, Marte e Urano estão em trigono e a Lua é cheia em Gêmeos. Aqui na Terra, nossa humanidade terá de tomar a drástica decisão de “parar o mundo” e instaurar uma nova cultura, a da paz. Essa cultura da paz não advirá de um estado tão fortemente armado e violento que instaure paz por ninguém superar seu poder militar. Isso não é paz, isso é a hipócrita “pax romana”. A cultura da paz não radica em defender-se da violência, mas num amplo e profundo processo de educação para que nossa humanidade reconheça quanto ela é capaz de viver e ser feliz sem depender de governos, dinheiro, guerra ou máquinas. Parece utópico demais? Contudo, a verdadeira utopia é a que hoje chamamos de cultura, onde os cidadãos vivem esperando que um governo os conduza à prosperidade como se fossem um rebanho obediente.</i></p>	<p>CÂNCER 21/6 a 21/7</p> <p>Enfrentar o turbilhão dos acontecimentos é imprescindível. Esta é a hora em que esconder a cabeça num buraco não será suficiente para se livrar da responsabilidade de enfrentar os acontecimentos. Cumpra sua parte.</p>
<p>SAGITÁRIO 22/11 a 21/12</p> <p>Temer o fim das coisas é também temer que elas mudem. Para que viver assim? Viver com medo é uma experiência comum entre os humanos, porém a normalidade não a torna boa. Enfrente o fim e transforme sua vida.</p>		<p>CAPRICÓRNIO 22/12 a 20/1</p> <p>Em sua mente você cultivou e armazenou infindáveis pensamentos sobre como transformaria sua vida, pondo fim a diversos relacionamentos e situações que incomodam. Chegou a hora de pôr em prática tudo isso.</p>

figura 26. ocorrência de “cultura da paz” em texto central de horóscopo (ESP)

fonte: Quiroga. Astral. O Estado de S.Paulo. 20 de novembro de 2002. Caderno 2, Quiroga, D6.

QUIROGA
ASTRAL
A infâmia

No céu de novembro, Vênus retoma seu movimento natural e a Lua começa a minguar em Gêmeos. Aqui na Terra, a guerra é realidade cotidiana e a paz, um espectro que ronda o coração de nossa humanidade, inundando-a de saudade de um mundo que parece impossível realizar. Chegou a hora de nossa humanidade “parar o mundo” e simplesmente assumir a coragem de enfrentar o medo das mudanças, decidindo criar a cultura de paz que ainda é mero espectro da imaginação. Utopia é pensar que a mudança se operará com um novo governo. Nossa humanidade nunca será feliz dependendo de governos, dinheiro, guerras ou máquinas para seu bem-estar. A infâmia travestida de verdade considera utopia a cultura da paz, fazendo com que nossa humanidade engula sem questionar outra utopia do tamanho do mundo que, violento, se gaba de moderno e sofisticado.

figura 27. ocorrência de “cultura de paz” em texto central de horóscopo (ESP)

fonte: Quiroga. Astral. O Estado de S.Paulo. 21 de novembro de 2002. Caderno 2, Quiroga, D6.

convivência com/entre religiões: cultura de paz, inter-religiosidade e liberdade de crença

No campo religioso, “cultura de paz” parece ter predominância no contexto de nomes de eventos, e o sema “convivência” se traduz muitas vezes pelos sintagmas “liberdade de crença” e “inter-religiosidade”:



figura 28. capa do livro resultante do 2º Fórum inter-religioso: por uma cultura de paz e liberdade de crença; a imagem é a mesma divulgada em cartazes do evento

fonte: <http://www.justica.sp.gov.br/downloads/livro.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2013.

Nesse cartaz, as mãos, uma negra e outra branca, representam metonimicamente a união entre os povos especificamente no campo religioso, em que crenças de origem africana ainda são alvo de grande estigma social⁵¹.

Também é possível encontrar ocorrências em *sites* de grupos religiosos diversos, que registram “cultura de paz” como um objetivo ou modelo a ser seguido:

⁵¹ A esse respeito, ver, por exemplo, “Religiões africanas são principal alvo da intolerância religiosa no Brasil”. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/religioes-africanas-sao-principal-alvo-da-intolerancia-religiosa-no-brasil/>. Acesso em: 16 jul. 2014.

figura 29. Associação das Famílias para a Unificação e Paz Mundial

fonte: <http://www.unificacionista.com/index.php>. Acesso em: 22 maio 2013.

No exemplo acima, uma comunidade religiosa conservadora traduz a busca pela “cultura de paz” como o apoio à “cooperação interreligiosa e internacional com respeito aos temas universais da família, do amor e do viver para o benefício dos outros. A palavra Unificação se refere ao ideal de unidade entre mente e corpo, entre esposo e esposa e entre céu e terra”⁵².

52 Disponível em: <http://www.unificacionista.com/index.php>. Acesso em: 22 maio 2013.

convivência entre parceiros sexuais: cultura da paz e do amor e sexo seguro

Foi possível encontrar, ainda, em menor número, mobilizações de “cultura de paz” no âmbito da sexualidade, em discursos bastante institucionalizados.

A prefeitura de Olinda, por exemplo, divulgou em sua página em fevereiro de 2010 que equipes de um projeto denominado “Por uma Cultura de Paz” estava atuando no carnaval da cidade com a função de “distribuir adesivos e preservativos” e lembrar os foliões de “brincar o carnaval em paz e combater a violência”:



figura 30. olinda carnaval 2013: atuação do grupo “por uma cultura de paz”

fonte: www.carnaval.olinda.pe.gov.br/noticias/prefeitura-de-olinda-reforca-a-importancia-da-cultura-de-paz. Acesso em: 10 maio 2013.

Em outra ocorrência, em cartilha do Grupo Gay da Bahia (GGB) que “dá dicas a homossexuais” para evitar a violência no relacionamento, “cultura de paz” se aglutina com o sintagma “paz e amor”, já cristalizado no interdiscurso, resultando no sintagma “cultura da paz e do amor, não da guerra”, que recupera a oposição inicial que originou a fórmula e pressupõe a existência de “cultura da guerra”, elipsada no sintagma:

Violência entre casal gay é tema de manual

AURELIANO BIANCARELLI
DA REPORTAGEM LOCAL

Clumento, violento, "sarado", o vigilante Cleber jogou álcool no corpo de Oseas e ameaçou tocar fogo. Se fossem à polícia, seria uma "tentativa de homicídio", mas o caso ficou entre as quatro paredes. Cleber e Oseas formavam um casal e viviam juntos há dois anos. Sem registro, a agressão de Cleber transformou-se em mais um caso ignorado e não registrado de "violência sexual entre casais homossexuais".

No mês passado, um manual lançado sobre o assunto pelo GGB, Grupo Gay da Bahia, fez lembrar que entre casais de homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais também podem ocorrer ameaças, humilhações, tapas e até mortes — nada diferente do que ocorre entre alguns casais heterossexuais. A diferença, quando ela existe, é que nos casais heterossexuais, é o homem que costuma bater; nos outros, geralmente, é o mais fraco que agredia.

Números não oficiais divulgados pelo GGB estimam que mais de uma centena de gays, lésbicas e travestis (GLT) são assassinados por ano, no Brasil. Segundo Luiz Mott, professor da Universidade Federal da Bahia e fiador desses números, entre cinco e dez desses casos seriam de amantes que mataram parceiros.

Pode parecer chute. Nos EUA, no entanto, o NCAVP, um programa que documenta violência doméstica entre casais gays registrou 3.327 casos em 1997. A área coberta representa 20% do território americano, o que significa que o total de casos naquele país passaria dos 16 mil. Esses seriam só os casos registrados em delegacias e pelas ONGs, um número infinitamente menor que o real.

Segundo dados do NCAVP, os estudos de prevalência nos EUA mostram que entre 25% e 33% dos membros da comunidade gay relatam ter sofrido algum abuso por parte de seus parceiros. O número, segundo a instituição, seria comparável ao da violência doméstica ocorrida entre casais heterossexuais naquele país.

No Brasil, uma pesquisa feita pela Fundação Perseu Abramo divulgada neste ano diz que 43% das mulheres heterossexuais já foram vítimas de violência psicológica, física ou sexual. A pesquisa, "A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado", ouviu 2.502 mulheres em 187 cidades do país.

O QUE DIZ A CARTILHA

Evite pessoas violentas
Quem com poucos se mistura, leve como, diz um ditado. Se você sabe que futuro é violento, que gosta de dar porrada, não seja idiota de querer um carasco como seu companheiro

Não permita a escalada da violência
O que começa com um tapa pode acabar com uma facada ou tiro. No primeiro empurrão ou tapa, discuta a situação. A última tem que ser corajosa e acabar a relação, se for necessário

Discuta as causas do descontrole
Converse com seu parceiro sobre os motivos da violência. Se preciso, procure ajuda profissional, mas tenha certeza de que entende de violência e não tenha preconceito contra pessoas GLT

Ameace denunciar se a violência se repetir
Só ameace quando estiver certo de que conseguirá cumprir a ameaça, pois ameaças não cumpridas só reforçam a violência do agressor. Se for o caso, esteja pronto para ir a uma delegacia

Fortaleça seu poder e respeito
Agressores costumam alimentar sua violência na insegurança do outro. Quando ameaçar ir embora ou denunciar, faça isso, do contrário perderá sua moral e respeito

Fonte: GGB - Grupo Gay da Bahia, "Machismo Doméstico Entre Casais Homossexuais"

No primeiro semestre deste ano, as 125 delegacias da mulher do Estado de São Paulo registraram 42.852 casos de ameaça e 44.695 agressões.

Não existem pesquisas com dados sobre violência envolvendo homossexuais.

A maioria dos líderes da comunidade homossexual diz que a violência contra eles — especialmente a institucional — é muito maior e mais preocupante que a violência entre eles, dentro do casal. Muitos são humilhados pela

família, pela igreja, pela escola, e espanham da polícia. Também acreditam que a violência doméstica entre eles seja menor que entre casais heterossexuais.

Entre eles, por exemplo, não há a pressão da pressão dos filhos nem a necessidade de se ocupar o mesmo teto. "Há um número menor de gays vivendo maritalmente", diz Luiz Mott.

A advogada Maria Stella Moreira Flores, 56, membro do colegiado da Amem (Associação de Mulheres que Amam Mulheres), diz que entre as lésbicas o machismo e a disputa de poder é muito menor. "As duas não são supermercado, cuidam da casa, dividem as tarefas e se ajudam quando uma perde o emprego." Funcionária da liderança do PT na Assembleia Legislativa, Maria Stella diz que em 40 anos nunca viu uma agressão séria entre duas lésbicas.

Rosângela Castro, do grupo de mulheres Felipa de Souza, do Rio, diz que a violência doméstica entre lésbicas existe, "mas é muito velada". "A mulher não pode expor sua sexualidade para a família e para a sociedade, como vai aparecer numa delegacia dizendo que apunhou da companheira", pergunta. "Nem as delegacias da mulher têm profissionais preparados para nos receber."

A cartilha do GGB chama a atenção para as várias situações que levam à violência entre os casais gays e sugere medidas para se "evitar e superar este mal que faz de nós, não seres humanos, mas lobos e demônios."

"Infelizmente, o machismo impregna a todos nós, inclusive os gays, lésbicas, transexuais e travestis, e todos juntos, devemos batalhar pela construção de uma sociedade marcada pela cultura da paz e do amor, não da guerra". A cartilha lembra São Sebastião, "anfitrião e patrono gay", morto a flechadas a mando do imperador Diocleciano por, supostamente, ter sido abandonado por ele.

Beto de Jesus, 39, militante gay educador, diz que a violência institucionalizada é muito maior mas aquela entre os homossexuais deve ser combatida da mesma forma. "A violência tem uma mesma matriz, a baixa auto-estima. Só vai diminuir quando você conseguir ir ao Ministério Público e denunciá-la, quando deixarmos de entrar numa delegacia pela porta dos fundos."

Mais informações sobre a cartilha do GGB pelo telefone 030711322-2552 ou no site www.ggb.org.br



O professor de teatro Lucinéio Felix, 33, que já ajudou a apartar muitas brigas de casais homossexuais

Para educador, desemprego influi

DA REPORTAGEM LOCAL

O educador social Oseas Santana, 31, vivia com Cleber, 29, um "rapagão bonito" que trabalhava como vigia de construção em Salvador. "Ele era ciumento demais, era olhar do lado e ele achava que eu estava querendo outro. Era ciumento, possessivo, um comportamento machista dentro de um relacionamento homossexual", relata o namorado.

Um ano atrás, quando a relação já, beirava dois anos, Cleber discutiu e jogou no companheiro um litro de álcool. Na outra mão, acendeu um fósforo.

"Da me vi queimado, morto", diz Oseas. "Fui tentando acalmá-lo, perguntando por que queria me queimar se gostava de mim, lembrando as coisas boas que tínhamos vividas." Um descuido e Oseas agarrou-se ao companheiro,

apagando o fósforo. Um mês depois, Cleber foi embora.

Oseas é o coordenador do Grupo Gay da Bahia. "Foi culpa minha. Ele não sabia lidar com a emoção, tinha outro nível, eu devia ter compreendido isso."

Em São Paulo, o ator e professor de teatro Lucinéio Felix, 33, é um dos líderes consultados gays de Vila Dalva, no Butantã (zona oeste). É também representante no Conselho Tutelar no bairro.

Miséria

Por suas funções, e especialmente pelo respeito que ganhou na comunidade, Felix diz que resolve muitas brigas de casais homossexuais. Uma delas foi de um casal, "ela" uma travesti desempregada que precisava viver de programas, ele, também desempregado, cheio de ciúmes e muitas vezes alcoolizado. Outro casal

também passou a se agredir depois que um perdeu o emprego.

"O que tenho vindo aqui é que a condição econômica, especialmente o desemprego, está por trás da violência", diz Felix. "Como nos casais heterossexuais, a miséria e o machismo provocam as brigas."

Ninguém vai à polícia, pois teme ser ainda mais humilhado. "O GGB defende há anos que gays e travestis vítimas de machismo sejam atendidos nas delegacias de mulheres", afirma Luiz Mott.

A proposta não encontra apoio no movimento gay e provoca a ira dos grupos de lésbicas. "Seria um desrespeito a uma conquista das mulheres", diz Luiza Granado, do grupo Um Outro Olhar.

"Os homossexuais são homens que se relacionam com homens, devem ser atendidos como qualquer outro homem", completa Luiza Granado.

figura 31. "cultura da paz e do amor" em cartilha destinada a casais homossexuais
fonte: BIANCARELLI, Aureliano. Violência entre casal gay é tema de manual. Folha de S. Paulo, 3 de novembro de 2002. Cotidiano, Comportamento, C7. Destaque nosso.

"Infelizmente, o machismo impregna a todos nós, inclusive os gays, lésbicas, transexuais e travestis, e todos juntos devemos batalhar pela construção de uma sociedade marcada pela cultura da paz e do amor, não da guerra". Beto de Jesus, 39, militante gay e educador, diz que a violência institucionalizada é muito maior, mas aquela entre os homossexuais deve ser combatida da mesma forma. "A violência tem uma mesma matriz, a baixa auto-estima. Só vai diminuir quando você conseguir ir ao Ministério Público e denunciá-la, quando deixarmos de entrar numa delegacia pela porta dos fundos". As condições de produção da fórmula manifestam-se novamente em seus usos, que atuam como contradiscurso da violência radicalizada nas práticas cotidianas (institucionais, familiares, íntimas).

cultura de paz e comunicação

Algumas ocorrências, no entanto, escapam um pouco a essa categorização, mas continuam dentro das oito premissas de “cultura de paz”. Dentre essas, a única com baixa produtividade de discursos se deu no âmbito da comunicação.

Além da Cartilha *Cultura de Paz: redes de convivência*, que aborda superficialmente a democratização da comunicação e o surgimento de novas tecnologias como ferramentas de disseminação de “cultura de paz” – aspecto que analisaremos brevemente no capítulo 4 –, encontramos somente duas ocorrências.

No jornal *Brasil de Fato*, em uma crônica da edição de 18 a 24 de maio de 2006 (trata-se de um periódico semanal), um monge beneditino aborda esse tema devido ao estabelecimento do dia 5 de maio como o “Dia Mundial das Comunicações” pela Onu⁵³. Para ele, “a atuação dos meios de comunicação social é decisiva para fomentar uma cultura de paz [...]”, sendo necessário, portanto, democratizar o acesso à informação e combater o monopólio das mídias⁵⁴:

CRÔNICA

Nova comunicação para uma humanidade

Marcelo Barros

A ONU consagra o 5 de maio como Dia Mundial das Comunicações porque sabe que a atuação dos meios de comunicação social é decisiva para fomentar uma cultura de paz ou, ao contrário, situações que favorecem a violência. A imprensa, a rádio e a televisão tanto podem contribuir com a paz e a justiça no mundo, como legitimar discriminações socioeconômicas, raciais e de gênero.

Infelizmente, no cotidiano, muitos dos meios de comunicação prestigiados de cada país estão atados a grandes grupos econômicos. Países como os Estados Unidos privatizaram não muitos, mas todos os meios de comunicação. Isso gerou uma concentração das empresas de comunicação. A Televisa mexicana criou um império. O grande grupo de mídia venezuelano, pertencente a Gustavo Cisneros, controla hoje mais de 70 empresas de comunicação. A Venevisión, principal emissora de televisão da Venezuela, entra em toda a América Latina e produz programas para a televisão espanhola.

No Brasil, os grandes meios de comunicação continuam em mãos de poucas famílias que condicionam o que o povo deve pensar e sentir. Em vez de o mundo se tornar a aldeia global, multicultural e planetária proposta por Mashall Mac Luhan, a concentração das comunicações transforma o mundo em uma aldeia provinciana, à mercê dos poucos poderosos que dominam o mercado das comunicações. É o que se constata quando o grupo Cisneros encabeça uma campanha violenta e permanente contra o presidente venezuelano Hugo Chávez, não por seus defeitos, mas justamente por este pretender acabar com as desigualdades sociais no país. O mesmo tipo de interesse mais econômico que político faz com que, no Brasil, erros e desvios de políticos ligados ao governo atual recebam uma condenação extremamente mais rígida do que todos os casos de corrupção e roubalheira comprovados no governo anterior.

figura 32. excerto da crônica “Nova comunicação para uma humanidade” (BF)

fonte: BARROS, Marcelo. Nova comunicação para uma humanidade. *Brasil de Fato*, 18 a 24 de maio de 2006, ed. 120, p. 2.

53 BARROS, Marcelo. Nova comunicação para uma humanidade. *Brasil de Fato*, 18 a 24 de maio de 2006, ed. 120, p. 2.

54 Dado que aproxima “cultura de paz” à circulação do sintagma “liberdade de expressão” como fórmula discursiva no âmbito das discussões sobre a regulação da mídia, como estudado por Ribas (2014), reforçando, também, a hipótese que faremos do funcionamento de “cultura de paz” como uma *hiperfórmula* (cf. tópico 6.2).

A outra ocorrência foi publicada no jornal *O Estado de S.Paulo* durante os meses de março e abril de 2007 para a divulgação do 10º Prêmio de Mídia Estadão:



figura 33. divulgação do 10º Prêmio de Mídia Estadão
fonte: *O Estado de S.Paulo*, 16 de abril de 2007, Economia, B5.

O balão está colocado em cima de um texto que se torna praticamente ilegível devido aos recortes da figura, mas que se inicia, no canto esquerdo, na direção da leitura, com a frase “Tem compromisso com a construção de uma cultura de paz”:



figura 34. zoom da figura anterior
fonte: *O Estado de S.Paulo*, 16 de abril de 2007, Economia, B5.

Fazendo buscas na rede com base nesse excerto inicial, encontramos o texto-fonte, de autoria de Hiran Castello Branco, coordenador do Movimento Mídia da Paz e presidente do Conselho Nacional de Propaganda (CNP), na Revista-e do Sesc⁵⁵. Observamos que o jornal omitiu trechos significativos, assinalados aqui em negrito, e acrescentou trechos próprios, marcados entre colchetes:

Vivemos, inegavelmente, em uma sociedade midiática. As coisas parecem tornar-se relevantes se, e quando, aparecem na mídia. O mesmo se dá com as pessoas. Se nunca ouvimos falar de alguém é porque ele não é relevante. Nada tem a dizer. Quem não está exposto na mídia é um cidadão de segunda classe. À medida que essa percepção se consolida, as pessoas julgam que devem fazer qualquer coisa pelos “15 minutos de glória”. Vulgarizar-se, falar de assuntos sobre os quais não se tem conhecimento com a desenvoltura de estudiosos do tema, expor o corpo, namorar em público, revelar intimidades, transformar em espetáculo o grotesco e a miséria humana. Potencializando esse vetor, descontrolado, de necessidade de ser alguém por meio da aparição na mídia, até mesmo mentir, roubar e matar podem ser um recurso. Estamos em um contexto social em que ter e aparentar são valores que se sobrepõem ao ser. Somos o que a mídia disser que somos, e a simples exposição já é um passo rumo à glória. Aqueles que operam a mídia, empresários de comunicação e produtores de conteúdo, publicitários, jornalistas, roteiristas e todos os que estão por trás dos conteúdos de informação e lazer, na indústria da comunicação, trabalham a partir de pesquisas feitas com os consumidores de mídia, que somos todos nós, incluindo aqueles que a operam. Que tipo de conteúdo garante maior circulação às publicações impressas? O que dá maior audiência à televisão e ao rádio? O que assegura maior número de visitantes únicos na Internet? Esse é o conteúdo informativo e de lazer que iremos ofertar. Se olharmos para o mundo como uma oportunidade de negócios, sempre pegaremos o caminho que parecer o mais direto para a consecução de nossos objetivos comerciais. Atingir objetivos comerciais é importante e legítimo. Produzir riquezas materiais que propiciem conforto físico e atendam às necessidades básicas, fisiológicas e de segurança dos seres humanos é importante. Buscar atender às necessidades sociais e mesmo às de ego, **como dispostas na pirâmide de Maslow (psicólogo que classificou, de acordo com a pirâmide que leva seu nome, as necessidades humanas que são exploradas pelos profissionais de marketing no desenvolvimento de estratégias básicas, sociais e de ego)**, não tem, absolutamente, nada de errado.

55 O texto integral está disponível em: https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/compartilhar/1944_EM+PAUTACULTURA+DA+PAZ. Acesso em: 30 jan. 2023.

Mas, se não formos capazes de preencher nossas necessidades espirituais que estão um passo acima dessa pirâmide, teremos fracassado como seres humanos e como civilização. Há, portanto, valores perenes a perseguir que não autorizam que se tome atalhos para a consecução de objetivos materiais, sob nenhum pretexto.

A violência e o tumulto foram os produtos mais promovidos desde o pós-guerra nos meios de comunicação em geral. É hora de descartarmos de vez o falacioso argumento de que “não se pode culpar a janela por mostrar a paisagem”. Não se trata, de forma alguma, de abrir mão de retratar os fatos como ocorrem, **bons ou maus, violentos ou não.** Trata-se de focar histórias e fatos, por todos os seus ângulos, dando-lhes sempre a verdadeira dimensão humana e buscando potencializar a essência do ser humano **que está em ligação com Deus.** Na essência do ser humano estão o divino, o amor, a compaixão, a compreensão, a solidariedade. **Por trás de cada crime que a mídia retrata, há uma história de solidariedade. Por trás de cada ato violento e degradante, há uma lição de compreensão e de acolhimento.** Por trás de cada história **macabra** há uma lição de **[compreensão e de acolhimento, uma história de]** vida. Cultivar e construir a cultura de paz na mídia é mostrar também a parte submersa do “iceberg”, menos visível, mas maior do que sua ponta.

A fórmula “cultura de paz” é associada à função de “educador para a paz”, atribuída ao periódico, que, recuperando a oitava premissa do momento inicial do surgimento da fórmula, promoveria o “compartilhamento e [o] livre fluxo de informações” (Unesco, 1995; Adams, 2005). Segundo o texto recortado pelo jornal, ela estaria relacionada a uma veiculação transparente e “por todos os ângulos” dos fatos, que não se deixaria corromper pelos “atalhos para a consecução de objetivos materiais”, ideia correntemente associada ao discurso jornalístico que se põe como “neutro” – e justamente o que é criticado na primeira parte do texto original, omitida pelo *Estado de S.Paulo*. Sem aquela introdução, “cultura de paz” funciona aqui novamente como um índice positivo perante a sociedade, com o qual o jornal busca se identificar quando inicia a propaganda com a frase “Tem compromisso com a cultura de paz”.

uma cultura de paz “verdadeira”

A dispersão dos sentidos intrínseca à polêmica discursiva instaurada pelas fórmulas, potencializada no caso de “cultura de paz”, fez com que alguns grupos que disputavam a mobilização do termo no espaço público começassem a reivindicar um suposto

significado “original” do sintagma, como podemos ver em ocorrência num período ainda anterior à Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo (o que evidencia a potencial condição de fórmula do sintagma desde a sua gênese, como já dissemos):

Século 21, educação para todos

ARNALDO NISKIER

Há uma preliminar relevante na discussão em torno dos documentos finais da Conferência Mundial sobre Ensino Superior da Unesco, em Paris. Estiveram lá 4.000 educadores de todas as partes, menos dos EUA, país que continua brigado com a organização em virtude de alguns equívocos cometidos pelo antigo secretário-geral. Resultado: os norte-americanos não pagam suas contribuições, e seus especialistas deixam de colaborar, com sua experiência, para aperfeiçoar os documentos produzidos na praça de Fontenoy. Pensar na educação do futuro excluindo o que se passa ou se projeta nos EUA é um exercício, no mínimo, capenga.

Com essa ressalva, vejamos os elementos nucleares da Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século 21. O acesso deve ser caracterizado pela ausência de discriminação —ou seja, para todos e para toda a vida, marcando de vez o conceito de educação continuada. Defenderam-se a plena liberdade acadêmica e a preservação da autonomia universitária. A qualidade da educação superior é um conceito pluridimensional, que envolve atenção especial à pesquisa, responsável pelo progresso dos conhecimentos. Estes se ligarão cada vez mais aos conceitos de inovação, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, sem esquecer a necessidade básica de avaliação interna e externa, que valorizará a diversidade.

A renovação esperada do ensino superior se fará com o emprego progressivo de novas tecnologias da informação, ensejando o esperado entendimento internacional no inexorável processo de mundialização. Aqui, naturalmente, se coloca o receio de nações emergentes: que a posse do conhecimento, hoje quase um privilégio das nações pós-industrializadas, aprofunde o abismo que as separa dos países desenvolvidos, número que tende a crescer, não é justo que sirvam eles de instrumento para a ampliação da injusta desigualdade hoje assinalada.

Defende-se uma política clara de preparação e remuneração do corpo docente superior, além de objetivos mais

modernos e diversificados na educação secundária. Esta não pode se limitar a ser um corredor de acesso ao ensino superior; deve preparar também para o mundo do trabalho. Registra-se, em todo o mundo, grande ampliação da demanda por esse tipo de ensino.

Dentre as ações prioritárias, sugere-se ênfase no conhecimento das questões sociais fundamentais, em particular as que guardam relação com a pobreza, o desenvolvimento sustentável, o diálogo intercultural e a construção de uma cultura da paz.

Aqui, vale um pequeno parêntese para registrar o aparte feito por um líder árabe na última sessão, logo seguido, com aplausos, pelo representante de Israel: queriam ambos que se proclamasse, no texto, a necessidade de expressar “uma cultura de paz verdadeira”. Pode-se hoje dizer que essa pequena intervenção representou uma premonição do acordo de paz assinado por árabes e judeus nos EUA, com muita esperança de que agora seja para valer.

Outro item digno de louvor na reunião refere-se à eliminação de disparidades entre homens e mulheres nos programas de estudo e de pesquisas, além da ênfase (pela primeira vez colocada de forma objetiva) no acesso de educandos adultos aos estabelecimentos de ensino superior, “com formas criativas, flexíveis e abertas”. Houve toda uma preocupação de fortalecer o acesso das mulheres, antes nitidamente discriminadas, e se inferiu que “os estudantes são os principais protagonistas da educação superior”.

Num encontro assim rico (embora com uma quantidade excessiva de pessoas, o que lhe deu nítida coloração política), enfatizamos as missões selecionadas para a educação superior em nível mundial: 1) educar, formar e realizar pesquisas; 2) formar diplomados altamente qualificados; 3) constituir um espaço aberto para a formação superior, que propicie a aprendizagem permanente; 4) promover, gerar e difundir

conhecimentos por meio de pesquisas; 5) contribuir para compreender, interpretar, preservar, reforçar, fomentar e difundir as culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, num contexto de pluralismo e diversidade cultural; 6) contribuir para proteger e consolidar os valores da sociedade; 7) contribuir para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da educação em todos os níveis, em particular mediante a capacitação do pessoal docente.

O consenso demonstrou uma clara propensão a que se alcance uma nova e revolucionária visão de educação superior, com a valorização da diversificação (para reforçar a igualdade de oportunidades) e o uso de métodos educacionais inovadores, permitindo o pensamento crítico e a expansão da criatividade. Isso envolve os projetos de escolas virtuais, em fase crescente, e a ampliação de oportunidades via educação à distância, modalidade que vive período de franca e definitiva expansão.

Os desafios da tecnologia não poderão jamais servir de instrumento de prevalência dos mais fortes, devendo ser usados de forma equânime. E, no caso do assinalado “êxodo de competências”, coloca-se uma nova postura, para favorecer o retorno de cérebros privilegiados a seus países de origem.

No caso do Brasil, houve muito interesse no projeto “Cátedras da Unesco”, para a valorização das capacidades endógenas. Para citar um exemplo, por iniciativa de Eduardo Portella, presidente da Conferência Geral da Unesco, fincaram-se em Paris os alicerces da Cátedra Unesco Machado de Assis de Língua Portuguesa, com a associação de instituições como a Academia Brasileira de Letras e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É uma forma de pensar estrategicamente o nosso país, sabendo-se que a língua de Machado é falada hoje por 210 milhões de pessoas em diversas partes do mundo.

Arnaldo Niskier, 62, jornalista, escritor e professor, é presidente da Academia Brasileira de Letras. Foi secretário estadual de Cultura e Tecnologia do Rio (1968 a 1971).

Os desafios da tecnologia não poderão jamais ser instrumento de prevalência dos mais fortes

figura 35. ocorrência da sequência “uma cultura de paz verdadeira” (FSP)

fonte: NISKIER, Arnaldo. Século 21, educação para todos. *Folha de S. Paulo*, 29 de outubro de 1998. Primeiro Caderno, Opinião, página 3.

Esse uso parece consistir em uma “prevenção das resistências”, tal como notado por Krieg-Planque (2012) em construções similares de ocorrências da fórmula “desenvolvimento sustentável”, apontando uma suposta dicotomia entre uma “cultura de paz verdadeira” e uma presumida “cultura de paz falsa”.

O questionamento do sintagma presente na ocorrência anterior foi levado ao extremo no cartum *Por uma cultura de paz* de Latuff, de agosto de 2013, que ressignificou a fórmula ao associá-la escancaradamente à legitimação da violência policial contra a população majoritariamente negra (representada pelo “Jesus” que não ostenta os traços europeus tradicionais) nas periferias das cidades⁵⁶, uma das materializações dos “discursos de guerra e de violência” nas práticas cotidianas.

⁵⁶ “A ideologia da segurança nacional, enquanto última lógica punitiva do neoliberalismo, abre os caminhos para a ideologia da *segurança cidadã*, primeira etapa do poder no mundo globalizado. A remilitarização da segurança pública é tão somente um efeito imediato do novo modelo de controle social, entendendo-se como agências policiais militarizadas não somente a Polícia Militar, bem como as Polícias Civis (estaduais e federal), por tratar-se da militarização de um modelo e não somente de uma farda. Como resultado desse processo em marcha, temos o uso rotineiro da violência letal pelas polícias, transformando em técnica de governabilidade a eliminação de inimigos” (Serra; Zaccone, 2012, p. 29-30).

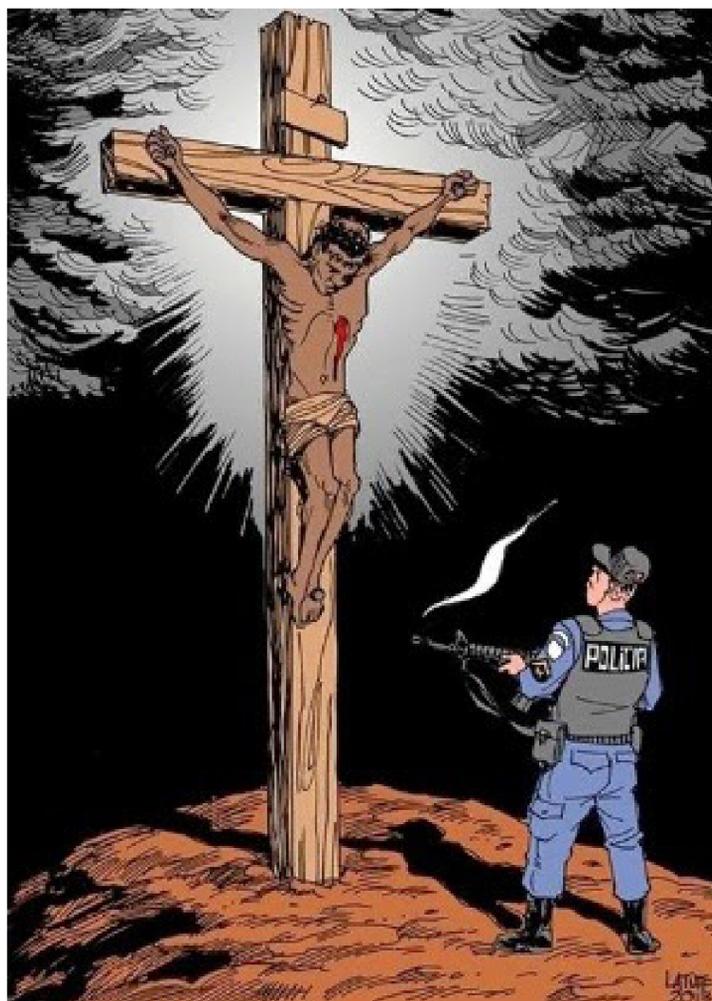


figura 36. charge “Por uma cultura de paz”, de Carlos Latuff, agosto de 2013

fonte: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/rejeitada-por-15-a-6-representacao-contra-juiz-que-pendurou-quadro-que-retrata-violencia-do-estado.html>. Acesso em: 6 maio 2014.

Essa ilustração causou polêmica por ter sido pendurada no gabinete de um juiz, atitude que foi objeto de representação judicial por parte de policiais militares com o incentivo do deputado estadual Flávio Bolsonaro (Partido Progressista), naquele momento já conhecido pelo posicionamento conservador em relação a temas variados debatidos no espaço público brasileiro.

4

A consagração da fórmula via mercado editorial

4.1. mercado editorial e espaço público

Neste capítulo, analisamos discursivamente o funcionamento do mercado editorial no que diz respeito a publicações diversas publicadas entre 2003 e 2011 que tinham “cultura de paz” como objeto principal. Elas foram coletadas em 2013 a partir de buscas em editoras e indicações bibliográficas dos materiais reunidos até então. Postas em circulação como objetos técnicos específicos – cartilhas, livros teóricos, coletâneas etc. –, essas obras certamente colaboraram para a instauração e a difusão dessa fórmula nos discursos institucionais, com sua inclusão na esfera do poder público. Investigamos a constituição desses objetos técnicos editoriais por entender que, como objetos discursivos que são, suas especificidades se assentam nas relações que mantêm com a circulação e a produção dos sentidos da fórmula.

Em se tratando de uma *fórmula discursiva*, a necessidade de abranger diferentes lugares discursivos adquire especial importância na medida em que permite verificar o modo como se dá sua dispersão e, ao mesmo tempo, sua intervenção na sociedade. Como elemento de linguagem de funcionamento discursivo, a *fórmula* permeia os mais diferentes “terrenos e objetos”, estando “no coração da vida política e social”⁵⁷ (Krieg-Planque, 2012, p. 14).

Por isso, consideramos o mercado editorial como um lugar importante de observação em estudos que analisam a circulação de discursos no espaço público, tido como arena fundamentalmente midiática, ambiente de projeção dos diversos aspectos da sociedade,

[...] por meio do qual os atores compartilham seus pontos de vista, expõem suas opiniões em praça pública, tornando-as, desse modo, visíveis a quaisquer outras pessoas, alimentando, assim, a possibilidade de um debate público e contraditório de suas opiniões (Krieg-Planque, 2010, p. 114).

Essa proposta vai ao encontro da reflexão de Chartier (1998, p. 9) acerca da *ordem dos livros*, segundo a qual “[...] toda obra está ancorada nas práticas e nas instituições sociais”, e

57 Conforme introdução da autora acerca dos “jogos e métodos” do discurso, “Qualquer pessoa que queira apreender o discurso para estudá-lo encontra ao seu redor uma multidão de terrenos e objetos que se prestam a essa investigação: o discurso está no coração da vida política e social”. No original, “Quiconque souhaite s’emparer du discours pour en mener l’étude trouve autour de lui une multitude de terrains et d’objets qui se prêtent à une telle investigation : le discours est au coeur de la vie politique et sociale” (Krieg-Planque, 2012, p. 14, tradução nossa).

Compreender os princípios que governam “a ordem do discurso” pressupõe decifrar, com todo o rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros (e de outros objetos que veiculem o escrito) (Chartier, 1998, p. 8).

Nossa hipótese ao abordar o mercado editorial era de que, enquanto nos jornais e nas ocorrências na rede a fórmula se publicizaria massivamente, outros objetos editoriais teriam o papel de documentar e possivelmente de estabilizar os sentidos dessa fórmula discursiva, que servia, inclusive – dentre outros usos –, como referência para a destinação de verba pública a projetos culturais e educacionais. Isso porque, retomando Chartier (1998, p. 8), “o livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu sua publicação”.

No entanto, pudemos confirmar nesse cópulo complementar que as publicações acerca da “cultura de paz” eram também associadas a discursos institucionais diversos, passando pelo campo discursivo dos “direitos humanos”, de forma mais ampla, e chegando à escola, ao esporte, à política, à filosofia, ao autoconhecimento e à religião, os quais se materializam em índices de reconhecimento extralinguísticos presentes já no exterior das obras: editoras associadas a uma dada comunidade discursiva (como, por exemplo, a Salesiana e a Loyola, de vertente católica) e símbolos (dentre os quais, o mais representativo parece ser a “pomba branca” da paz, ligada também ao Espírito Santo da religião católica):



figura 37. capas dos livros *Cultura da Paz & prevenção da violência* (Moscoso, 2003), *Cultura de Paz: o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo* (Von, 2003), *Abrindo espaços: educação e cultura para a paz* (Noletto, 2004) e *Previna o bullying: jogos para uma cultura de paz* (Miranda; Dusi, 2011)

fonte: fotos e *printscreens* das capas das obras feitos pela autora.

As obras coletadas tinham um perfil diferente daquelas destinadas a uma leitura de fruição; se referiam a institucionalidades, à inauguração de práticas em espaços diversos, uma vez que foram produzidas para serem citadas, retomadas, registradas em documentos como bibliografia de referência, circulando assim em várias esferas da organização social.

Decidimos separá-las em dois grupos que se inscreviam em dois posicionamentos distintos. De um lado e majoritariamente, obras que relatavam experiências e/ou propunham ações locais, muitas vezes baseadas nas assertivas “Seja você mesmo a mudança que quer ver no mundo”, de Gandhi, e “paz é a gente que faz”, que circula sem autoria definida no interdiscurso, recorrentemente retomadas nos manuais de “cultura de paz” (Diskin, 2009; Von, 2003; Conic, 2005), e que de maneira geral reforçavam o entendimento de cada sujeito é individualmente responsável por mudar a realidade ao seu redor. De outro, obras que concebiam a “cultura de paz” como decorrência de uma necessária mudança de paradigmas socioeconômicos, contrapondo-a à “cultura de violência” consequente de heranças históricas e políticas públicas neoliberais características do sistema capitalista.

Consideramos como principais representantes do primeiro grupo dois manuais de “cultura de paz” a que tivemos acesso: *Cultura de paz: redes de convivência* (Diskin, 2009) e *Cultura de paz: o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo* (Von, 2003). A primeira delas foi objeto de um estudo (Salgado; Silva, 2014) que mostrou como a fórmula “cultura de paz” era reveladora do trabalho de produção de um consenso em meio às mais variadas ações institucionais, demandando então, inescapavelmente, esforços coletivos permanentes para administração do dissenso – talvez algo previsto na referência a *redes de convivência*.

4.2. falando “de paz”: um código linguageiro

A repetição e a co-ocorrência de fórmulas como “respeito pela vida”, “desenvolvimento sustentável”, “liberdade de expressão”, “tolerância”, “solidariedade”, “diversidade cultural”, “direitos humanos” etc. tornava as obras desse primeiro grupo um tanto previsíveis, reprodutoras do “código linguageiro” que pudemos associar a “cultura de paz”. Esse fato linguístico ilustra bem a proposta de Krieg-Planque e Oger (2010, p. 94) quando afirmam que

[...] o “falar neutro” ocupa um espaço expressivo no “estilo formulaico”: encontramos aqui as cristalizações que tornam as produções institucionais também amplamente previsíveis. As duas dinâmicas de formação dos discursos autorizados, estabilização dos enunciados e apagamentos da conflitualidade, aparecem como complementares. Pelo efeito de evidência e de reconhecimento do pré-construído, a fórmula convida à aceitação, incita à adesão e desencoraja a contradição. Desse modo, ela inibe os contradiscursos possíveis e tende a escamotear as ocasiões de enfrentamento. Simetricamente, a minoração dos desacordos e dos conflitos, a valorização do consenso, se realizam com mais facilidade por intermédio de formulações estereotipadas, de contornos convenientes.⁵⁸

Nos contextos das ocorrências mapeadas, esse falar neutro era associado ao uso expressivo de verbos de fazer (*restabelecer, adotar, divulgar, promover*) que tinham “cultura de paz” como objeto, como já havíamos observado, combinados com atos de linguagem exercitativos (*devemos, não devemos*), e, por vezes, promissivos⁵⁹ (*comprometer-se*), que criavam a imagem de um outro mundo necessário e possível, como podemos ver nos excertos a seguir:

“Porém, no meio desta sociedade há muitos que estão tentando **restabelecer a cultura da paz**” (CARUSO Jr., *Mestres da Cultura da Paz*, p. XIV).

“Não vislumbro outra saída para as graves questões de intolerância que não seja **a adoção de uma cultura de paz e convivência no sentido amplo**, que vai desde a rejeição a todas as formas de violência, como também o respeito à vida e à diversidade inerente” (Antonio CAMPOS, *Diálogos no mundo contemporâneo: por uma cultura de paz*, p. 75).

“**Adotar e divulgar** os valores da cultura de paz passa a ser o ponto de partida para as mudanças fundamentais do mundo, buscando-se construir um novo paradigma de desenvolvimento” (*ibidem*, p. 75).

“A Escola Paróquia da Paz **promove, através das aulas de artes, a cultura de paz**, utilizando, como indicação do VIVE, um valor a cada mês. A partir da escolha dos valores são realizadas atividades lúdicas com os alunos do ensino fundamental. No ensino médio, esses valores são trabalhados também nas disciplinas de sociologia e filosofia” (Kelma S. A. L. MATOS em *Cultura de Paz, ética e espiritualidade*, p. 23).

58 No original: “[...] le ‘parler neutre’ fait une large place au ‘ style formulaire’ : nous retrouvons ici les figements qui rendent les productions institutionnelles aussi largement prévisibles. Les deux dynamiques de formation des discours autorisés, stabilisation des énoncés et effacement de la conflitualité, apparaissent comme complémentaires. Par l’effet d’évidence et de reconnaissance du préconstruit, la formule appelle l’assentiment, engage à l’adhésion, décourage la contradiction. Par là, elle inhibe les contre-discours possibles et tend à escamoter les occasions d’affrontement. Symétriquement, la minoration des désaccords et des conflits, la valorisation du consensus, s’accomplissent plus aisément par le truchement de formulations stéréotypées, de tournures convenues” (Krieg-Planque ; Oger, 2010, p. 94, tradução nossa).

59 A teoria dos atos de linguagem foi proposta inicialmente por J. L. Austin na obra *How to do things with words* publicada em 1962 (na tradução francesa, *Quand dire, c’est faire*, 1970). Segundo ele, todos os enunciados têm uma “força ilocutória”, ou seja, um valor de ação, que pode ser classificada em cinco grandes classes: veridictivos ou judiciais (“condenar”, “decretar”), exercitativos (“ordenar”, “exortar”, “perdoar”), promissivos (“prometer”, “garantir”), comportamentivos (“se desculpar”, “agradecer”, “criticar”) e expositivos (“afirmar”, “negar”, “explicar”) (Kerbrat-Orecchioni, 2010 [2008], p. 15).

“Mais de que em qualquer outro momento da História, as pessoas compreendem que **devemos avançar de uma cultura de guerra e violência para uma cultura de paz e não violência**. De fato, durante o Ano Internacional para a Cultura de Paz, do qual fui o diretor, na UNESCO, mais de um por cento da população mundial assinou o Manifesto 2000, **comprometendo-se a cultivar uma cultura de paz** ‘em minha vida diária, em minha família, meu trabalho, minha comunidade, meu país e minha região’. No Brasil, o Manifesto 2000 já foi assinado por mais de 15 milhões de pessoas” (David Adams em *Cultura de Paz: estratégias, mapas e bússolas*, p. 13).

“Para haver cultura de paz, **não devemos** separar cor de pele, por deficiência, por local onde nasceu, por escolaridade. Se separamos ou excluimos, formam-se grupos, e uns se colocam contra os outros. A cultura de paz se baseia na capacidade de ver o outro, de ouvir o outro, de compreender o outro e buscar meios de se transformar” (Monja Coen em CARUSO Jr., *Mestres da Cultura da Paz*, p. 24).

Os julgamentos sobre a necessidade de “promover a cultura de paz” se concretizavam, nessas obras, principalmente por ações como a educação de crianças e jovens (dinâmicas em grupo e atividades de convivência, reconhecimento da violência e prática da tolerância) (Conic, 2005; Von, 2003; Matos; Nascimento; Nonato Jr., 2008; Noletto, 2004), abertura das escolas para atividades de formação e esportivas-culturais nos finais de semana (Noletto, 2004), participação dos jovens em atividades esportivas regulares (Tubino; Silva, 2006), prática da mediação⁶⁰ como base para a resolução dos conflitos “de um modo menos traumatizante e aceitável pelas partes” (Egger, 2008, p. 38; também presente em Machado, 2008, por exemplo), prática da “justiça restaurativa” nas escolas⁶¹ (Machado, 2008).

Os livros tornaram-se, assim, o meio de divulgação das ações de instituições variadas, como universidades (dentre as quais se destacam a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC)), prefeituras (Machado, 2008; Diskin, 2009), o Ministério de Educação e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (Programa Nacional Paz nas Escolas (Milani; Jesus, 2003) e mesmo a própria Unesco (Noletto, 2004).

60 O autor (Egger, 2008) expõe as diversas vertentes da prática da mediação, que passa desde o campo jurídico (a prática do acordo nos processos judiciais, por exemplo) até o psicanalítico (“capacidade de treinamento das pessoas para poder superar suas situações conflitivas ou traumáticas” (p. 51), empresarial (prática de *coaching* (treinamento), trabalhista e outros).

61 Segundo a autora, a justiça restaurativa muda o foco dos “culpados” para os “prejudicados”, buscando uma reconciliação entre as partes envolvidas por meio do diálogo: “Ao contrário da Justiça Tradicional, que se ocupa predominantemente da violação da norma de conduta em si, a Justiça Restaurativa ocupa-se das consequências e danos produzidos pelo dano. Esta forma de justiça valoriza a autonomia dos sujeitos e o diálogo entre eles, criando espaços protegidos pra a auto-expressão e o protagonismo de cada um dos envolvidos e interessados – autor do fato, receptor do fato, familiares e comunidade” (Brancher; Machado *in* Machado, 2008, p. 63).

Como havíamos proposto, as publicações institucionais, assim como os documentos institucionais produzidos e destinados a circular, funcionavam como meio de legitimar a entidade e torná-la visível no espaço público:

“Trata-se de um programa que visa ao **aproveitamento das habilidades e experiência acumulada pela instituição nas suas grandes áreas de atuação**. Ao mesmo tempo em que focaliza a educação, combate-se a exclusão social, incentiva-se a participação cultural, conscientiza-se sobre a prevenção de DST-AIDS, o cuidado com o meio ambiente, para citar apenas algumas áreas, contribuindo tanto para a diminuição da violência e da vulnerabilidade socioeconômica, como para **a promoção da cultura de paz e do desenvolvimento social, dois grandes objetivos da UNESCO**” (Noletto, 2004, p. 47).

O prestígio da publicação de um livro e o reconhecimento de se trabalhar em prol desse “movimento” também ficava claro, por exemplo, em passagens como as que destacamos a seguir:

“O convite para apresentar esta obra é, além de oportuno, motivo de alegria e orgulho para mim, na qualidade de cidadão pernambucano e atual Reitor da UFPE, ao expressar para a Comunidade Acadêmica e para a sociedade em geral a **nossa esperança de ver a UFPE como referência em protagonizar a Cultura de Paz**” (reitor Amaro Pessoa Lins em *Cultura de paz: a alteridade em jogo*, p. 11, grifo nosso).

“Vitor Caruso Jr., com este terceiro livro, nos demonstra que também é um dos Mestres da Cultura da Paz” (Paulo M. Piá de Andrade em *Mestres da Cultura da Paz*, orelha do livro).

Os exemplos acima e a heterogeneidade de práticas sob a unicidade da etiqueta “cultura de paz” ilustravam claramente a propriedade da fórmula de se tornar um referente social, tendo um funcionamento expressivo como índice positivo de reconhecimento no espaço público (Krieg-Planque, 2010, p. 74). Tal como propusemos na análise da cartilha *Cultura de paz: redes de convivência* (Diskin, 2009), trata-se de mostrar “[...] a necessidade de que certas práticas, aludidas por exemplos bastante variados, se multipliquem e avolumem um dado discurso, correspondente a um mundo desejável, porque supostamente melhor” (Salgado; Silva, 2014, p. 136).

Os atores sociais envolvidos nesse movimento eram representantes de uma nova forma de estar no mundo, e se punham por vezes na condição de conselheiros ou guias para se atingir “a cultura de paz”:

“Aqui estão as sugestões para um caminho feliz, uma vida tranquila, plena e útil para a humanidade. O mérito de maneira alguma é meu, mas destes

Mestres da Cultura de Paz com quem tive a sorte de cruzar. O que fazer agora? Qual a melhor ação a tomar? Penso que tudo o que está escrito aqui deve ser passado para a frente, para que possa beneficiar muitas pessoas, **para que possa orientar a vida de outros**, como ocorreu comigo” (Caruso Jr., *Mestres da Cultura da Paz*, p. 99, grifo nosso).

“O tema da intolerância e a necessidade de se estabelecer um diálogo profícuo entre as culturas têm despertado o meu interesse enquanto cidadão do mundo, escritor, advogado e acadêmico. É inevitável que ele nos provoque uma reflexão sobre o papel que temos a cumprir nessa realidade” (Campos, *Diálogos no mundo contemporâneo: por uma cultura de paz*, p. 11-12).

Em um dos casos, a oportunidade de publicação de um livro foi utilizada também para a promoção da categoria dos atores sociais envolvidos e a defesa de seus interesses:

[...] ao longo do ano nos deparamos com inúmeras e diversas iniciativas de difusão da prática do Esporte, fazendo alusão ao Ano Internacional instituído pela ONU e mesmo em propostas de órgãos governamentais citava-se Ano da Educação Física e do Esporte. Entendemos que tal fato é gerador pela defesa da sociedade que o Sistema vem encetando e demonstração da assertiva brasileira quanto a **instituir a obrigatoriedade da prática de atividade física por Profissional de Educação Física**” (Tubino; Silva, *Esporte e cultura de paz*, 2006, p. 16, grifo nosso).

O segundo grupo de obras se diferenciou do primeiro principalmente por se opor diretamente ao discurso da Onu e da Unesco (Almeida, 2010) ou por ignorá-lo como “origem” da fórmula “cultura de paz” (Cunha, 2007; Cadernos Adenauer VI, 2005).

Na apresentação da obra *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz* (Almeida, 2010), a polêmica discursiva entre os dois posicionamentos que destacamos inicialmente se manifestava em uma acusação direta à Unesco e “à mídia em geral”:

“Pensar em desenvolver uma cultura de Paz, na atualidade, não significa apenas superar emergências locais, mas se posicionar dentro da realidade do mundo hodierno, visando romper com o atual paradigma em vigor e imposto pelos países desenvolvidos da Europa, da América e da Ásia. O sistema neoliberal excludente, consumista e individualista, já se revelou ecologicamente insustentável e profundamente antiético, pois, para se perpetuar, saqueia os recursos limitados do nosso planeta e, concentrando a riqueza nas mãos de poucos, condena a maioria a uma vida subumana. [...] Os autores partem do pressuposto de que a educação é fundamentalmente um ato político e ideológico, por isso, é capaz de ser tanto revolucionário quanto domesticador, dependendo do que se pretende com o ato de educador. Nessa perspectiva, todos os capítulos compreendem a paz de maneira

crítica, **diferentemente do que prega a UNESCO e a mídia de maneira geral**” (Dom Adriano Ciocca Vasino, Bispo da Diocese de Floresta em Almeida, 2010, p. 12, grifo nosso).

Como pode se notar já no título da obra, houve a inclusão de um adjetivo na fórmula “cultura de paz”, que se tornou “cultura ética de paz”, de forma a especificá-la e diferenciá-la de uma pressuposta “cultura *não ética* de paz”. Nos artigos seguintes do livro, a especificação de uma determinada “cultura de paz” em detrimento de outra era recorrente:

“É importante refletir sobre **a cultura de paz que os meios de comunicação se encarregam de estabelecer como concepção oficial da paz** porque, na verdade, o que eles promovem é uma ideologia da paz. [...] **A paz do sistema capitalista não serve** porque, verdadeiramente, não é paz; é propaganda subliminar da classe dominante em manter o *status quo* vigente. [...] Os mesmos grupos que patrocinam a paz ‘da pombinha da paz’ são os que legitimam explicitamente a morte-matada, a não-visibilidade, o não-lugar de milhões de brasileiros excluídos de tudo o que o país produz” (Jorge Miranda de Almeida em *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz*, p. 24, grifos nossos).

No entanto, cabe notar que não se tratava de um posicionamento homogêneo ao longo de todo o conjunto de textos. No artigo “Os pressupostos da comunicação da educação para uma cultura de paz” (Ana Claudia Pacheco de Andrade *in* Almeida, 2010, p. 97), por exemplo, a definição da fórmula foi recuperada do programa da Onu, e a obra de Noletto (2003) foi referenciada sobre as atividades de lazer e formação nas escolas do Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz.

Já os livros *Desarmamento, segurança pública e cultura de paz* (Cadernos Adenauer, 2005) e *Tecendo a cidadania e construindo a cultura de paz: juventude geração da paz* (Cunha, 2007), diferentemente, não citavam em nenhum momento documentos da Onu ou da Unesco relativos a “cultura de paz”, não parecendo reconhecê-las, portanto, como fontes dotadas de autoridade.

O primeiro deles continha uma coletânea de artigos que defendiam a necessidade do monopólio legítimo do uso de armas pelo Estado ou o desarmamento total à época do Referendo pelo Desarmamento. Os autores se dividiam entre uma maioria de professores universitários de áreas diversas das Ciências Humanas (Filosofia, Ciências Sociais e Teologia) e porta-vozes de instituições como Polícia Militar, Iansa (International Action Network on Small Arms), Fundação para a Reconciliação (Bogotá, Colômbia) e Economistas Aliados pela Redução das Armas (filial da África do Sul).

O segundo fazia uma série de reflexões a respeito do projeto de mesmo nome que o livro, “Tecendo a cidadania e construindo a cultura de paz: juventude gerAção da paz”, proposto pelo Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba (Sejap). A proposta do livro já mostrava um posicionamento diferente das obras do primeiro grupo ao propor “articular a discussão da construção de uma cultura de paz à luta pelas políticas públicas para as juventudes” (Cunha, 2007, p. 12). A conjuntura histórica apresentada ali reconhecia a violência como resultado de injunções sociopolíticas, e as ações propostas pelo livro – que significativamente inseria a palavra “ação” em “gerAção” por meio do uso da vogal maiúscula – iam na direção de mobilizar os jovens de uma rede ecumênica de igrejas a se articular e pressionar os poderes executivo, legislativo e judiciário por mudanças.

No artigo inicial “Juventudes: cultura da violência e cultura de paz” (Delaini *in* Cunha, 2007, p. 30, grifo nosso), enfatizava-se que

“A **cultura da desigualdade e da indiferença** encontra como uma das causas e consequência principais a situação econômica do país, que é um dos campeões mundiais em má e injusta distribuição da renda e da riqueza, e que o atual modelo neoliberal com suas ‘leis de mercado’, continua acentuando e fortalecendo, aumentando assim a violência estrutural”.

E o conceito de paz era também questionado, na busca pela circunscrição do sentido atribuído a “paz”: “Todo mundo fala de paz, defende, busca a paz: mas qual conceito de paz, ligado a qual visão de mundo e, mais ainda, qual prática de construção da paz é vivenciada?” (Delaini *in* Cunha, 2007, p. 36).

A estratégia discursiva adotada nesses livros de forma geral era, assim, inversa àquela do primeiro grupo: pretendia-se uma *desopacificação* da linguagem por meio da ressignificação das expressões utilizadas, numa clara disputa pelo preenchimento semântico das fórmulas que circulavam na arena do espaço público.

Os questionamentos sobre a validade do sintagma “cultura de paz” pareciam se restringir, portanto, a espaços acadêmicos, como na obra *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz* (Almeida, 2010), proposta pela Pós-Graduação em Educação e Ética para uma Cultura de Paz, ou a espaços com um grau menor de institucionalização, como a vertente mais radical da Igreja Católica representada na obra *Tecendo a cidadania e construindo a cultura de paz* (Cunha, 2007).

De maneira resumida, pudemos delinear as características dos discursos “de paz” no meio editorial (o qual, claramente, instituía sentidos atribuíveis à fórmula e, ao mesmo tempo, era construído pelos usos que materializavam possibilidades de interpretação produzidas no interdiscurso) como pertencentes aos posicionamentos de *conciliação* ou de *rompimento*, da seguinte forma:

Características dos discursos “de paz”	
<u>apaziguamento / conciliação</u>	<u>questionamento / rompimento</u>
coocorrência com outras fórmulas	desopacificação da linguagem: ausência de fórmulas
citação de documentos de autoridade: Onu, Unesco	oposição à / apagamento da Onu e da Unesco
aforizações: Gandhi, Diskin, Monja Coen	(desautorização)
uso de paráfrases: “Paz é a gente que faz”, “A paz está em nossas mãos”	“cultura de paz” como decorrência de uma necessária mudança de paradigmas socioeconômicos
imagens que redizem o sintagma (mãos unidas, pomba branca), cores alegres, fortes	uso menor de imagens e de cores
legitimação da entidade (e de suas práticas) no espaço público	
sobreposição da apresentação sobre a significação	sobreposição da significação sobre a apresentação

tabela 2. características do código linguageiro “de paz” segundo posicionamentos de conciliação ou rompimento

fonte: elaboração própria

Estudar o mercado editorial considerando-o como instituição discursiva, isto é, que produz discursividades que ao mesmo tempo o sustentam (Salgado, 2011, p. 43), permitiu verificar as implicações da circulação da fórmula num ambiente de trocas que legitima e empodera a palavra escrita e os atores que por ela respondem.

Ao inserir a problemática dos livros na “ordem do discurso”, Chartier trouxe à tona uma questão que subjaz ao senso comum da edição e publicação de obras como meio “neutro” de disseminação do conhecimento nos diversos campos do saber. Afinal, o mercado editorial pode ser pensado na figura do editor que é, também, “[...] aquele que restringe o debate público ao regular a mediação entre produtores de mensagens e os sujeitos aos quais essas mensagens se destinam”, e que “acaba por

determinar, ao menos provisoriamente, quais textos circularão na sociedade” (Muniz Jr., 2010, p. 4).

Se pensarmos na lógica de funcionamento em que se inserem os mercados na lógica atual capitalista, a contraditoriedade existente nessa função dicotômica de disseminação/preservação e restrição/exclusão da produção editorial (Muniz Jr., 2010, p. 5) se explica pelo condicionamento da cultura à economia. Essa submissão decorre, portanto, da “dupla tirania” do dinheiro e da informação, que, para Milton Santos (2011, p. 27), “fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo *ethos* as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas”.

Os livros sobre “cultura de paz”, nessa conjuntura, tornaram-se objetos de desejo por serem objetos belos e de valor moral, produzindo posicionamentos políticos e participando da construção do *ethos* das instituições que ali apareciam e das que potencialmente “vestiriam a camisa” do movimento. Eles atuaram significativamente, por seu poder altamente institucionalizador, no estabelecimento de crenças e práticas nos espaços em que circularam – ainda que essas práticas fossem tão variadas como as que vimos acima –, irrigando e materializando o território semântico pelo qual a fórmula trafegava.

5

Contextos discursivos da fórmula

Analisar a constituição de uma fórmula no espaço público implica observar as redes de memória que a sustentam, acionadas pelos atores sociais como mecanismo de legitimação – seja pela ancoragem em dados do “real” (datas e documentos estabelecidos por instituições internacionais reconhecidas como fontes de autoridade) ou, por exemplo, pelo apoio de verdades incontestáveis porque ditas por seres iluminados (aforizações de líderes políticos/religiosos) – e, ao mesmo tempo, construídas pelas práticas discursivas daqueles que a fazem circular (por exemplo, seu uso como *tag* em *posts* de plataformas diversas, sua associação a símbolos imagéticos, a construção linguística de que seus utilizadores fazem uso etc.). Nesse sentido, os *contextos discursivos* são reveladores de seu funcionamento, pertencendo “[...] à ordem do real discursivo e simbólico que a própria fórmula revela” (Krieg-Planque, 2012).

Neste capítulo, destacamos brevemente, reconhecendo que a análise de cada um dos pontos se constituiria como objeto de pesquisa interessante para desdobramentos futuros, alguns dos *contextos* de maior interesse para a compreensão da fórmula “cultura de paz”.

nomes próprios

Como já constatado nos dados apresentados, o sintagma “cultura de paz” foi frequentemente mobilizado em nomes de eventos, de entidades, de órgãos governamentais (secretarias, ministérios) e de documentos jurídicos (leis, projetos de lei) ao longo da Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo. A fim de dar uma dimensão de seus usos, listamos a seguir algumas ocorrências que ilustram sua diversidade:

- Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz;
- Superintendência de Cultura de Paz (órgão da Secretaria de Estado da Promoção da Paz de Alagoas)⁶²;
- Secretaria de Direitos Humanos e Cultura de Paz da Prefeitura de Santo André (SP)⁶³;
- Fundação Lama Gangchen para a *Cultura de Paz*;
- Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais / Pontão de Convivência e Cultura de Paz;

62 Disponível em: <http://www.paz.al.gov.br/institucional/superintendencia-de-cultura-de-paz>. Acesso em: 1 jul. 2014.

63 Disponível em: <http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/2013-03-20-17-29-08/2013-03-20-17-30-14/direitos-humanos-e-cultura-de-paz>. Acesso em: 1 jul. 2014.

- Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz - Umapaz;
- Universidade Internacional da Paz (Unipaz);
- Fórum Internacional Cultura de Paz e Pedagogia da Convivência (Diskin; Noletto, 2010, p. 45);
- Festival Cultura de Paz – Encontros da Cultura Ecológica⁶⁴;
- Conviver em Paz nas Cidades – Encontro Nacional de Cultura de Paz, Políticas Públicas e o Direito à Cidade (SP)⁶⁵;
- Encontro Internacional En Pie de Paz – Cultura de paz, políticas públicas e desenvolvimento cultural (SP);
- III Seminário Nacional sobre Cultura de Paz: fortalecendo as práticas de justiça restaurativa (RS)⁶⁶;
- I Fórum de Educação, Cultura de Paz e Convivência Religiosa do Hospital Geral Roberto Santos (BA)⁶⁷;
- Mesa redonda “A mulher na cultura de paz” (Senac – SP)⁶⁸;
- I Encontro Regional de Políticas Públicas Culturais de Convivência e Paz (BA)⁶⁹.

Cabe registrar ainda que, em 2002, foi criado em São Paulo o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz (ConPaz). Seus membros foram nomeados em 2003 (“titulares e respectivos substitutos, representantes de organizações e movimentos culturais”, estando Lia Diskin entre eles), e, em 2006, eles escreveram o documento Carta Aberta aos Candidatos às Eleições 2006, que buscava “a formulação de Políticas Públicas com base nos princípios de Cultura de Paz” (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2006). Em buscas recentes no portal da Alesp, não encontramos informações sobre a atuação do conselho nos últimos anos, tampouco sobre sua extinção; a última notícia registrada pelo *site* (conforme busca realizada em 10 de fevereiro de 2023 por “ConPaz” na ferramenta da plataforma) é de fevereiro de 2014.

64 Disponível em: <https://www.facebook.com/FestivalCulturaDePaz>. Acesso em: 1 jul. 2014.

65 Disponível em: http://www.polis.org.br/convivenciaepaz/?page_id=1841. Acesso em: 1 jul. 2014.

66 Disponível em: <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/noticia/iii-seminario-nacional-sobre-cultura-de-paz>. Acesso em: 1 jul. 2014.

67 Disponível em: https://www.sympla.com.br/i-forum-de-educacao-cultura-de-paz-e-convivencia-religiosa-do-hospital-geral-roberto-santos__19065. Acesso em: 1 jul. 2014.

68 Disponível em: <http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=DYNAMIC,oracle.br.dataservers.ContentEventDataServer18,selectEvent&template=946.dwt&event=1599>. Acesso em: 1 jul. 2014.

69 Disponível em: <http://www.irdeb.ba.gov.br/evolucaohiphop/?p=2646>. Acesso em: 1 jul. 2014.

textos-chave

Fazem parte dos textos-chave “[...] relatos, declarações e documentos nos quais os comentadores acreditam poder identificar o sentido profundo ou as intenções inaugurais da fórmula” (Krieg-Planque, 2012). No caso de “cultura de paz”, elencamos os documentos que puseram a fórmula em circulação, registrados em compêndios como os de Adams (2005) e do Comitê Paulista para a Década de Cultura de Paz⁷⁰, que disponibilizam *on-line* o que denominam “documentos da cultura de paz”:

- Declaração sobre a Paz na Mente dos Homens (Yamoussoukro, Costa do Marfim, 1989);
- Manifesto 2000⁷¹;
- Proclamação do ano 2000 como “Ano Internacional por uma Cultura de Paz” (Resolução da ONU de 20 de novembro de 1997);
- Proclamação da década 2001-2010 como a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo” (Resolução de 10 de novembro de 1998);
- Textos e depoimentos de David Adams (2005).

citações de autoridade

Estas citações, desprovidas de contexto, foram ocorrências comuns nos dados do corpus, funcionando como aforizações (Maingueneau, 2010) que legitimavam os discursos relacionados a “cultura de paz” e conferiam autoridade àquele que as enunciava, uma vez que originadas de fontes de sabedoria socialmente reconhecidas:

“Devemos ser a mudança que queremos ver no mundo” / “Não existe um caminho para a paz. A paz é o caminho” / “O primeiro princípio da ação não violenta é a não cooperação com tudo que é humilhante” (Mahatma Gandhi).

“O que me preocupa não é o grito dos violentos, é o silêncio dos bons” / “Eu tenho um sonho” (Martin Luther King Jr.).

70 Disponível em: <http://comitepaz.org.br/hist%C3%B3rico.htm>. Acesso em: 15 jan. 2023.

71 Disponível em: http://www.comitepaz.org.br/o_manifesto.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

“Nunca duvide de que um pequeno grupo de cidadãos conscientes e engajados consiga mudar o mundo. Na verdade, essa é a única via que conseguiu produzir mudanças até agora” (Margaret Mead).

“Não importa a religião, o que importa é que amemos” (Madre Teresa de Calcutá).

dimensão temporal

Ao analisar o sintagma “desenvolvimento sustentável”, Krieg-Planque (2012) atestou a importância do acionamento da *dimensão temporal* para seu funcionamento como fórmula discursiva. Essa dimensão também se mostrou muito produtiva em enunciados diversos que projetam um futuro melhor associados a “cultura de paz”, como “O que fazemos hoje determina o que será feito amanhã” e “A paz está em nossas mãos”.

estrato gráfico e icônico

Os contextos imagéticos abaixo, reproduzidos amplamente nos trajetos sociais da fórmula, se estabeleceram como acionadores das redes de memória instituídas por ela no interdiscurso: a pomba branca da paz (e do Espírito Santo, na religião católica), a representação da ideia de convivência e interdependência pela metonímia das mãos dadas, como se vê na logomarca do Manifesto 2000, e ilustrações que figurativizam a prática do “cultivo”, derivada da construção “cultura de [paz]”, que remete ao verbo “cultivar”.



figura 38. contextos imagéticos da fórmula: a pomba branca “da paz”

fonte: disponíveis, respectivamente, da esquerda para a direita, em: <https://www.exposenewsnetwork.com/news/2014/06/17/viol%C3%A2ncia-na-escola-traz-novos-desafios-aos-educadores>; <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/noticias/5178-semana-da-paz-2013-sete-dias-dedicados-a-cidadania-e-ao-respeito-mutuo>; <http://www.londrinatur.com.br/pos-graduacao-cultura-de-paz-unopar/>. Acesso em: 1 jul. 2014.



figura 39. contextos imagéticos da fórmula: a metonímia das mãos dadas e o ato de cultivar

fonte: vide nota de rodapé⁷²

gêneros e tipos de textos

Como se pôde constatar pelo exposto até aqui, a fórmula circulou por gêneros textuais diversos – um dos motivos pelos quais o conceito de *percurso* de Maingueneau (2008 [2006]) é interessante como recurso metodológico, conforme nossa abordagem inicial. Dentre os formatos encontrados mais expressivos, podemos destacar cartilhas, cartazes e pôsteres de eventos, documentos institucionais (como relatórios e declarações), documentos jurídicos (como projetos de lei e editais), artigos e notícias.

A coleta de dados fundada nos percursos de “cultura de paz” permitiu rastrear esses materiais de gêneros extremamente variados que, aparentemente dispersos, circulam no interdiscurso, reproduzindo o modo de funcionamento da fórmula, materializado em cenografias diversas pautadas no convívio pacífico entre pessoas, nações e natureza e em um *ethos* de bondade e temperança.

tags e hashtags

Um novo contexto discursivo interessante a ser considerado em pesquisas futuras é o funcionamento de fórmulas como *tags* e *hashtags* de postagens em *sites* e *blogs* que não necessariamente tenham ocorrências do sintagma analisado em seu conteúdo. Funcionando como um dispositivo de identificação e rastreamento de informações sobre um determinado assunto, essas ferramentas podem viabilizar a observação da produção e da cristalização dos sentidos da fórmula no interdiscurso.

⁷² fonte: disponíveis, respectivamente, da esquerda para a direita, em: <http://www.olinda.pe.gov.br/saude/olinda-lanca-campanha-em-promocao-a-cultura-da-paz>; <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/noticia/iii-seminario-nacional-sobre-cultura-de-paz>; <http://bemcoletivo.wordpress.com/2011/04/12/cultura-de-paz-conceito-e-entidades/>; <http://www.irdeb.ba.gov.br/evolucaohiphop/?p=2646>. Acesso em: 1 jul. 2014. A última imagem, que, como se pode ver, circula como ilustração autônoma de “cultura de paz”, refere-se à capa da obra *Cultura de paz: guia para a transformação social* (Conic, 2005).

As *tags* operam como “etiquetas” que identificam as postagens, facilitando, assim, sua localização em buscas por meio de “palavras-chave” e organizando os conteúdos do *site* ou *blog* por temas afins. Encarnadas em fórmulas, elas se tornam uma ferramenta aglutinadora de sentidos, como pudemos constatar, por exemplo, em colunas da jornalista Adília Belotti no IG⁷³ (hoje indisponíveis), em que *posts* variados – que englobavam o movimento *Playnig for change* (músicos do mundo tocando as mesmas canções de forma diferente), uma crônica sobre o “*homo cordialis*”, um lembrete para se manifestar no “Dia Mundial da Paz” e um histórico que retomava os 50 anos do “símbolo da paz” – eram marcados pela autora com a *tag* “cultura de paz”.

As *hashtags*, por sua vez, identificadas pelo uso do símbolo “#”, se iniciaram nas redes sociais como forma de identificar *posts* para alimentar uma interação dinâmica, facilitando a localização e a organização de assuntos correlatos. No entanto, acabaram ganhando uma dimensão simbólica que extrapola a função algorítmica, atribuindo importância aos enunciados em que circulam. Podemos verificar esse uso, por exemplo, em cartaz de campanha realizada em escolas estaduais de Santa Cruz do Capibaribe (PE) para debater temas como “violência doméstica, *bullying*, homofobia, violência política, violência ambiental, exploração sexual e violência no trânsito” por meio “da exibição de filmes, palestras, debates e reflexões, pedindo a paz”:



figura 40. “#cultura de paz” em cartaz de campanha escolar

fonte: <http://www.blogdoneylima.com.br/iniciativa-12/>. Acesso em: 16 jul. 2014.

Os *contextos discursivos* da fórmula funcionam, assim, como pontos de ancoragem de sua circulação no interdiscurso, sendo estabelecidos pelos seus usos e, ao mesmo tempo, participando de sua construção simbólica no espaço público.

⁷³ Disponível em: http://colunistas.ig.com.br/toquesdealma/tag/paz/?doing_wp_cron. Acesso em: 16 jul. 2014.

6

Considerações finais

6.1. cultura de paz, consenso e fábula



figura 41. “Paz”, cartum de Jarbas

fonte: <https://www.jarbasdomingos.com/portfolio/paz/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

O interesse em estudar o funcionamento de “cultura de paz” como fórmula, para além de uma resposta final afirmativa ou negativa sobre sua adequação a essa categoria discursiva, residiu no fato de essa hipótese ter obrigado a um método: a observação de seu funcionamento no espaço público, do jogo de implicações dos posicionamentos que convocava e das identidades discursivas que, em meio às flutuações – ou deveríamos dizer, por causa delas –, colaborava para construir.

Como vimos, a imprescindibilidade de um “discurso único” (Santos, 2012 [2000]) de instauração de paz planetária só poderia ter eco em um mundo em que o “discurso da guerra” se presentificasse massivamente nos objetos, nos espaços e nas práticas cotidianas. Eram testemunhas do medo generalizado da violência, por exemplo, as formas variadas de militarização do espaço público, que atestavam a busca cada vez maior por “segurança”, tema que se mostrou recorrente nos enunciados de “cultura de paz”.

Segundo Santos (1994, p. 23),

O que, em nosso tempo, seja talvez o traço mais dramático é o papel que passaram a obter, na vida quotidiana, o medo e a fantasia. Sempre houve épocas de medo. Mas esta é uma época de medo permanente e generalizado. A fantasia sempre povoou o espírito dos homens. Mas agora, industrializada, ela invade todos os momentos e todos os recantos da existência a serviço

do mercado e do poder e constitui, juntamente com o medo, um dado essencial de nosso modelo de vida.

Nessa conjuntura, as instituições têm um papel importante no apaziguamento social. A análise dos enunciados primeiros de “cultura de paz” nos documentos da ONU e da Unesco mostraram como o *efeito de consenso* produzido por esse tipo de discurso é, conseqüentemente, projetado na fórmula, instaurando uma ideia utópica de paz mundial porque apagadora dos conflitos políticos, sociais e econômicos existentes nas relações entre os países.

Mas se o apagamento da conflitualidade constitutivo do “falar neutro” institucional permite, por um lado, seu estabelecimento como referente social no espaço público, cabe notar que essa prática discursiva não se estabelece sem reflexos na organização da sociedade, uma vez que “[...] o consenso apaziguado tem um custo social e político inerente: esforços coletivos permanentes para administração do dissenso, o que implica reconhecer a heterogeneidade de posicionamentos que configura toda atividade humana” (Salgado, 2011, p. 155).

De fato, o largo espaço de deriva semântica que constatamos nos usos da fórmula, nutrido pelos temas altamente opacos a que foi associada em sua gênese, mostra a heterogeneidade irreduzível de movimentos que se pretendem amplos e democráticos⁷⁴. Assim é que “cultura de paz” passou a funcionar como argumento legitimador de práticas diversas, que iam desde o campo da educação, por exemplo, nas propostas de “educação para a paz”, como a inserção da disciplina “cultura de paz” nos ensinos fundamental e médio, as atividades práticas de “tolerância” e “convivência” ou a substituição do recreio pela prática de meditação nas escolas, até o campo sexual, em cartilhas destinadas à prevenção da violência entre casais homossexuais que pregam a “cultura da paz e do amor, e não da guerra” e em campanhas de “sexo seguro” que distribuem camisinhas, como a promovida pela prefeitura de Olinda.

Registramos enfim que, pensando no mundo globalizado enquanto fábula, cuja “máquina ideológica [...] é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema” (Santos, 2012 [2000], p. 18), faz sentido que a maior parte dos discursos de “cultura de paz” do período estudado tivesse nas relações de *aliança* o principal mecanismo discursivo, de forma

74 O exemplo cabal da complexidade de tudo que se pretende “hegemônico” é o acontecimento que ficou conhecido como “manifestações de junho” em 2013: tendo, inicialmente, como objetivo a redução das passagens de ônibus em São Paulo, os protestos espalharam-se pelo país e tornaram-se lugar de reivindicações não só as mais diversas como, muitas vezes, opostas, culminando inclusive em atos de violência contra movimentos históricos de militância nas ruas.

que, ao preconizar um “encantamento do mundo”, permaneciam na superfície de problemas que na verdade se constituem nas bases do sistema socioeconômico vigente na maior parte do mundo.

6.2. encaminhamentos futuros

uma hiperfórmula?

Como dissemos anteriormente, os temas pelos quais “cultura de paz” circulava eram constitutivamente opacos, sujeitos a interpretações diversas que dependiam do posicionamento daqueles que os mobilizavam. Sua aglutinação sob a forma linguística única “cultura de paz” fez com que conjecturássemos a hipótese de essa fórmula funcionar como uma espécie de *hiperfórmula*, estabelecendo uma relação de *hiperonímia* entre sintagmas potencialmente formulaicos, característica decorrente, em grande medida, das condições de sua gênese.

Segundo Azeredo (2011, p. 436), “na descrição das relações lexicais, adotam-se os conceitos de conjunto e subconjunto e diz-se que o termo geral é um *hiperônimo* dos termos específicos, e que estes são *hipônimos* do termo geral”. Selecionando sintagmas que pareceram mais interessantes para exemplificar, podemos observar esse funcionamento de forma mais evidente na figura a seguir:



figura 42. relação de *hiperonímia* estabelecida por “cultura de paz” com outras fórmulas e sintagmas

fonte: elaboração própria.

Os usos atestados de “cultura de paz” mostraram que essa fórmula funcionava como um polo de atração de fórmulas também já estabelecidas no espaço público. Esse é, claramente, o caso de “desenvolvimento sustentável”, estudado por Krieg-Planque (2012) e objeto de interesse de algumas pesquisas sobre fórmula no Brasil (cf., por exemplo, Lourenço, 2012; Alcântara, 2013).

Nos perguntamos ainda em que medida “cultura de paz”, além de funcionar como um “denominador comum”, auxiliou outros sintagmas que também condensavam questões prementes a serem alçadas à condição de fórmula. Sobre esse funcionamento, tomamos como exemplo “consciência negra”, que foi objeto de uma investigação (Oliveira, 2013) como potencial fórmula discursiva:



figura 43. “Por uma cultura de paz”: celebração do dia da consciência negra

fonte: <http://www.sucessoemrevista.com.br/index.php/edicao-44/conteudo-ed-44/item/97-por-uma-cultura-de-paz.html>. Acesso em: 13 jun. 2014.

Na ocorrência que destacamos acima, a celebração do dia da “consciência negra” é divulgada em cartaz que tem como maior destaque o mote “por uma cultura de paz”, fartamente documentado nas ocorrências de “cultura de paz”, e a mão *negra*, que assim dialoga, ao mesmo tempo, com o sintagma “consciência negra” e com a memória discursiva depositada na imagem de “mãos”, metonímia de convivência, que “rediz” a fórmula “cultura de paz”.

“cultura de paz”, “de paz”, “da paz”

Para este trabalho, consideramos “cultura de paz” como a variante mais prototípica da fórmula, tendo como base não só o critério quantitativo das ocorrências em buscadores, mas também sua presença em documentos e publicações institucionais.

Posteriormente, encontramos no interdiscurso uma irradiação do complemento nominal “de paz” que nos levou a questionar, ainda que sem possibilidade de responder à pergunta, se seria essa a construção primeira da fórmula (embora sem o grau de institucionalização que “cultura de paz” alcançou) ou se se tratava de um desdobramento daquela, que teria se reduzido, então, de sintagma nominal a sintagma adjetival, multiplicando as possibilidades de aglutinação com outros sintagmas que também condensavam questões sociais da atualidade em que se originaram. Foi o caso, por exemplo, das sequências “rolezinho da paz”⁷⁵, “territórios de paz”⁷⁶ e “marca de paz” (em sua variação “paz de estilo”⁷⁷), que evidenciaram como a fórmula instaurou a possibilidade de deriva semântica de “paz” – e inclusive a mercantilização de seu significado.

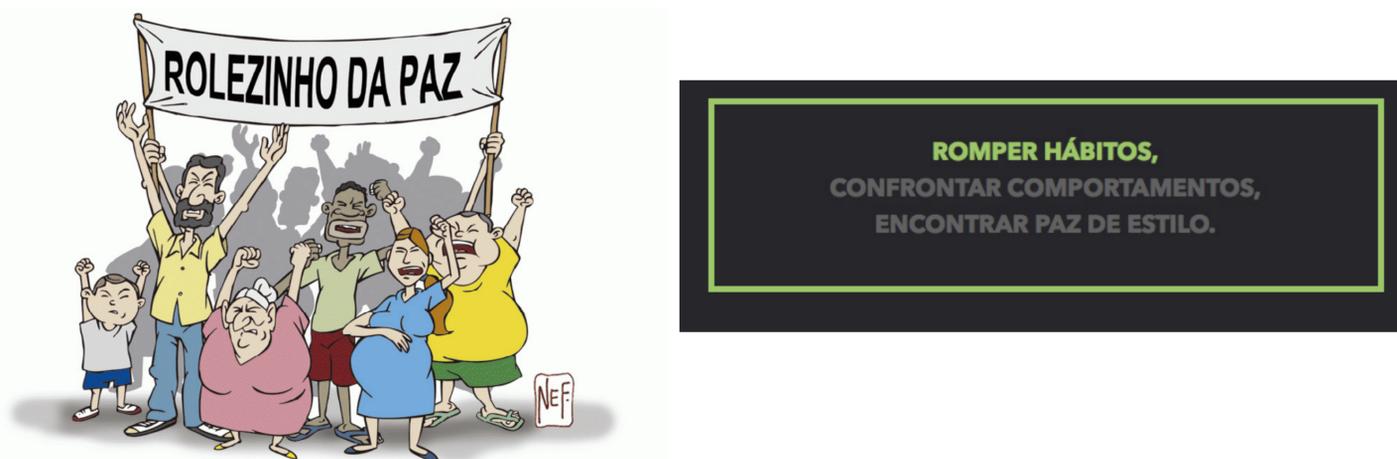


figura 44. “rolezinho da paz” e “paz de estilo”

fonte: disponíveis em <http://vigilantepaulopontes.blogspot.com.br/2014/02/rolezinho-da-paz.html> e <https://useahimsa.com>, respectivamente. Acessos em: 10 jun. 2014 e 23 maio 2014.

75 Disponível em: <http://vigilantepaulopontes.blogspot.com.br/2014/02/rolezinho-da-paz.html>. Acesso em: 10 jun. 2014.

76 Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/11/16/edital-mais-cultura-de-apoio-a-microprojetos-para-os-territorios-de-paz-2/>. Acesso em: 10 jun. 2014.

77 Disponível em: <https://useahimsa.com>. Acesso em: 23 maio 2014.

“cultura de paz”
e seus caminhos

Como estudiosa do discurso e da paz, principalmente em sua imbricação com o universo comunicacional e o educacional, sempre me chamou atenção a preferência de Mahatma Gandhi pelo termo “não-violência”, em detrimento do termo “paz”. O mesmo movimento discursivo fez Marshall Rosenberg, ao preferir denominar sua proposta de “comunicação não-violenta”, ao invés de “comunicação para paz”. Por quê?

O presente que Helena Boschi nos oferece, na forma do livro *“Cultura de paz”: a circulação de uma fórmula discursiva (2001-2010)* dá pistas importantes para essa preferência discursiva de Gandhi e Rosenberg. Afinal, ao se falar de “paz”, do que se está falando? Boschi analisa, minuciosamente, que cabe quase tudo dentro do balaio da “paz”, até a guerra (se for instaurada pelos atores sociais “certos” e pelos motivos “justos”).

Mobilizando o conceito de fórmula postulado por Alice Krieg-Planque, Boschi rastreia, registra e interpreta o percurso de “cultura de paz” desde praticamente seu surgimento. Cronologicamente, a obra acompanha as ocorrências dessa fórmula discursiva em textos publicados no Brasil durante a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo”, instaurada pela Assembleia Geral das Nações Unidas – ONU.

Helena Boschi busca, na circulação de “cultura de paz”, as quatro propriedades propostas por Krieg-Planque para a fórmula – cristalização linguística, dimensão discursiva, caráter de referente social e dimensão polêmica. Ela conclui que a quarta propriedade é a que menos aparece, pois é difícil quebrar o consenso de que “a paz” seja algo completamente desejável. A autora nos mostra que esse aspecto de aparente homogeneidade e unanimidade constitui um poderoso escudo contra a polemicidade da fórmula “cultura de paz”.

Johan Galtung, pioneiro nos estudos da paz e para a paz, acredita que essa generalidade do termo “paz” não é necessariamente ruim. Como a paz está na agenda de praticamente todos os grupos e pessoas, “querer a paz” fornece um terreno comum, para início de conversa. Partir de termos mais específicos, desde o princípio de um diálogo ou negociação, pode tornar impossível a aproximação entre grupos conflitantes. A imagem de que estão todos “querendo a mesma coisa” pode ser um importante ponto inicial, segundo esse pesquisador e ativista. Mas o livro de Boschi auxilia a ver o quão profundo pode ser o abismo entre diferentes atores sociais que

usam o termo “paz”, ou, na proposta da autora, a hiperfórmula “cultura de paz”. Saber a dimensão dessa decalagem é fundamental para buscar consensos necessários para a vida em sociedade.

Voltando a Gandhi e Rosemberg, lembrados no início desse singelo comentário que ofereço ao leitor deste livro, concluimos que o termo “paz” pareceu genérico demais a eles. Por isso, consideraram necessário que a pessoa ou a instituição que se dissesse “pela paz” se comprometesse com a não-violência ativa. Esse crivo, que parece simples, já desautoriza uma série de práticas autodenominadas pacíficas.

Para que haja avanços rumo a um mundo que rejeite a cultura da guerra e da violência, que eduque para a paz e que promova uma sociedade mais justa, é necessário falar sobre paz e encarar dissensos. *“Cultura de paz”: a circulação de uma fórmula discursiva (2001-2010)* caminha nessa direção.

Ana Raquel Motta

Campinas, 3 de abril de 2023

referências

ADAMS, David. *Global Movement for a Culture of Peace*. 2005a. Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/copoj/index.html>. Acesso em: 28 jul. 2011.

ADAMS, David. Definition of Culture of Peace, *in Global Movement for a Culture of Peace*. 2005b. Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/copoj/definition.html>. Acesso em: 28 jul. 2011.

ADAMS, David. International Peace and Security, *in Global Movement for a Culture of Peace*. 2005c. Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/copoj/security.html>. Acesso em: 28 jul. 2011.

ADAMS, David. The American Peace Movements (chapter 7), *in Global Movement for a Culture of Peace*. 2005d. Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/apm/chapter7-20.html>. Acesso em: 28 jul. 2013.

ADAMS, David. *Relatório Mundial de Cultura de Paz*. 2007. Disponível em: http://www.fund-culturadepaz.org/spa/INFORME_CULTURA_DE_PAZ/INFORME/informeFCP_por.pdf. Acesso em: 5 jul. 2011.

ADAMS, David *et al.* *Report on the Decade for a Culture of Peace: Final Civil Society Report on the United Nations International Decade for a Culture of Peace and Non-violence for the Children of the World (2001-2010)*. 2011. Disponível em: http://www.fund-culturadepaz.org/spa/DOCUMENTOS/Report_on_the_Decade_for_a_Culture_of_Peace.pdf. Acesso em: 3 jul. 2011.

ALCÂNTARA, Gleice Antonia Moraes de. Desenvolvimento sustentável: a fórmula na mídia de MT. *In: Encontro Nacional de Linguagem História e Cultura, 11ª. (ENALIH), 2013, Cáceres/MT. Anais... Cáceres/MT: Centro de Estudo e Pesquisa em Linguagem / Mestrado em Linguística, 2013. Vol. 6. Disponível em: http://siec.unemat.br/anais/enalihc/impressao-resumo_expandido.php?fxev=MA==&fxid=MjQ3Nw==&fxcod=MTIwMzI=&fxdl=I. Acesso em: 25 jun. 2014.*

Alexa. Statistics Summary for google.com. Disponível em: <http://www.alexa.com/siteinfo/google.com#>. Acesso em: 17 dez. 2012.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. ConPAZ divulga carta aberta aos candidatos. 19 jul. 2006. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=263753>. Acesso em: 1 fev. 2023.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011.

BATISTA, Donizeti. *Uma análise do funcionamento dos mecanismos de busca na rede mundial de computadores*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências em História das ciências e das técnicas e epistemologia) – Coppe, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.

BENITES, Sônia Aparecida Lopes. Fórmulas de ensinar e de aprender. *Polifonia*, Cuiabá, v. 18, n. 23, p. 31-42, 2011.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Projeto de lei e outras proposições. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/sileg/>. Acesso em: 17 abr. 2013. Resultados de pesquisa realizada com a entrada “cultura de paz”.

CASTELLS, M. *A galáxia da internet – reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Trad. Maria Luiza Borges, rev. técnica Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Editora UnB, 1998.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz. Manifesto 2000. Disponível em: http://www.comitepaz.org.br/o_manifesto.htm. Acesso em: 28 jul. 2011.

Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz. *A logomarca*. Disponível em: http://www.comitepaz.org.br/a_logomarca.htm. Acesso em: 15 jun. 2011.

Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz. *Declaração sobre a Paz na Mente dos Homens*. Disponível em: http://www.comitepaz.org.br/o_manifesto.htm. Acesso em: 28 jul. 2013.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros – passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DISKIN, Lia; NOLETO, Marlova Jovchelovitch (coord.). *Cultura de paz: da reflexão à ação – Balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo*. Unesco, 2010.

DUCHÊNE, Alexandre. “Construction institutionnelle des discours : idéologies et pratiques dans une organisation supranationale”, Tranel. *Travaux neuchâtelois de linguistique*, Université de Neuchâtel, n° 40, p. 93-115.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013 [1969].

Google. Plataforma Google Trends. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/?geo=BR>. Acesso em: 26 abr. 2013.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni (org.). *Gestos de leitura: da História no Discurso*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1994 [1986].

JOHNSON, Steven. *Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. [*Interface culture: how new technology transforms the way we and communicate*]. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (Coleção Interface).

KRIEG-PLANQUE, Alice. *Emergence et emplois de la formule “purification ethnique” dans la presse française (1980-1994)*. Une analyse de discours, thèse de doctorat en sciences du langage soutenue le 9 novembre 2000 à l’Université de Paris 13. Paris Nord, 3 vol.

KRIEG-PLANQUE, Alice. *“Purification ethnique”. Une formule et son histoire*. Paris: CNRS Editions, 2003.

KRIEG-PLANQUE, Alice. “Sciences du langage” et “Sciences de l’information et de la communication” : entre reconnaissances et ignorances, entre distanciations et appropriations. *In*: NEVEU, Franck; PETILLON, Sabine. *Sciences du langage et sciences de l’homme*. Limoges: Editions Lambert-Lucas, 2007. p. 103-119.

KRIEG-PLANQUE, Alice. Por uma análise discursiva da comunicação: a comunicação como antecipação de práticas de retomadas e de transformação dos enunciados. *Linguasagem: revista eletrônica de divulgação científica*, São Carlos: DL-UFSCar, 16. ed, 2009. Disponível em: [HTTP://www.letas.ufscar.br/linguasagem/edicao16/index.php](http://www.letas.ufscar.br/linguasagem/edicao16/index.php). Acesso em: 23 jun. 2023.

KRIEG-PLANQUE, Alice. *La notion de «formule» en analyse du discours: cadre théorique et méthodologique*. Besançon : Presses Universitaires de Franche-Comté, 2009.

KRIEG-PLANQUE, Alice. *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Trad. Luciana Salazar Salgado, Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. (Lingua[gem]; 39)

KRIEG-PLANQUE, Alice. “Fórmulas” e “lugares discursivos”: propostas para a análise do discurso político. *In*: Motta, Ana Raquel; Salgado, Luciana Salazar. *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-40.

KRIEG-PLANQUE, Alice. A fórmula “desenvolvimento sustentável”: um operador de neutralização de conflitos. Trad. Roberto Leiser Baronas, Júlia Lourenço Costa e Virginia Rubio Scola. *Linguasagem: revista eletrônica de divulgação científica*. 19. ed. São Carlos: DL-Ufscar: 2012 (versão digital).

KRIEG-PLANQUE, Alice. *Analyser les discours institutionnels*. Paris: Armand Colin, 2012.

KRIEG-PLANQUE, Alice; OGER, Claire. “Discours institutionnels : perspectives pour les sciences de la communication”, *Mots. Les langages du politique*, Lyon: ENS Editions, n. 94, p. 91-96, 2010.

KUNCOVA, Andrea; MAISONDIEU, Aude. *Manual resumido de utilização: dez primeiros passos com Léxico3*. Ed. 3.41. Trad. Dirceu Cleber Conde. Syled – Cla²t, 2003. Disponível em: <http://www.tal.univ-paris3.fr/lexico/lex3-10pas/Lexico3-10premierspas-portugais.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2012.

LOURENÇO, Julia. *A fórmula desenvolvimento sustentável na perspectiva da Semiótica*. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. Edição original: 1984.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [2006].

MAINGUENEAU, Dominique. Aforização: enunciados sem texto? *In*: MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MATTELART, Armand. *Diversidade Cultural e mundialização*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2005. (Episteme; 2)

MELGAÇO, Lucas. *Securização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MODZENSKI, Leonardo Pinheiro. A formação sócio-histórica do gênero *cartilha jurídica*. *In*: Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais. 4., 2007. *Anais*. Tubarão (SC): USSC, 2007, p. 1204-1228. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/port/68.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2012.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana Salazar. *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.

MUNIZ Jr., José de Souza. *O grito dos pequenos: independência editorial e bibliodiversidade no Brasil e na Argentina*. Originalmente apresentado no III Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura na América Latina, São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.balaoeditorial.com.br/downloadable/download/sample/sample_id/6/. Acesso em: 15 abr. 2013.

Nações Unidas Brasil. Site oficial de documentos das Nações Unidas em português. 2014. Disponível em: <http://www.onu.org.br/documentos/>. Acesso em: 1 jul. 2014.

NOBRE, Ana Luiza. Guerra e paz. *In*: BATISTA, Vera Malaguti (org.). *Paz armada*. Rio de Janeiro: Revan / ICC, 2012. p. 9-13. (Cadernos de criminologia, 1)

OLIVEIRA, Hélio. “*Educação a distância*”: uma fórmula discursiva. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

OLIVEIRA, Hélio. “Consciência negra”: a constituição de uma fórmula discursiva. *In*: *Seminário do Gel*, 61º, 2013, Programação. São Paulo (SP): Gel, 2013. Disponível em: <http://gel.org.br/detalheResumo2013.php?id=374>. Acesso em: 1 jul. 2014.

PASTI, André. *Notícias, informação e território*: as agências transnacionais de notícias e a circulação de informações no território brasileiro. 2013. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Trad. Eni Orlandi. São Paulo: Pontes, 2002 [1983].

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi, Lourenço C. J. Filho, Manoel L. G. Corrêa e Silvana M. Serrani. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

POSSENTI, Sírio. A noção de acontecimento. *In*: POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 119-126.

POSSENTI, Sírio. (Não) fazer a lição de casa: circulação e sentidos. *In*: POSSENTI, Sírio; PASSETTI, Maria Célia. *Estudos do Texto e do Discurso*: política e mídia. Maringá: EdUEM, 2010. p. 103-120.

Prefeitura de São Paulo. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/cultura_de_paz/index.php?p=8588. Acesso em: 15 fev. 2012.

Resolutions adopted by the general assembly. 1999. Disponível em: <http://cpnn-world.org/resolutions/resA-53-243A.html>. Acesso em: 28 jul. 2012.

RIBAS, Jaqueline. A fórmula “liberdade de expressão”: relações de poder e opinião no discurso midiático. Relatório parcial de iniciação científica apresentado à Fapesp. 2014. (circulação restrita)

SALGADO, Luciana Salazar. *Ritos genéticos editoriais: autoria e textualização*. Prefácio de Sírio Possenti. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

SALGADO, Luciana Salazar. A leitura como um bem: *slogans* e consenso. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. S. (org.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.

SALGADO, Luciana Salazar; ANTAS JÚNIOR, Ricardo Mendes. Criação num mundo sem fronteiras: paratopia no período técnico-científico informacional. In: *Acta Scientiarum: language and culture*, Maringá, v. 33, n. 2, p. 259-270, 2011.

SALGADO, Luciana Salazar; SILVA, Helena Maria Boschi. Gênese discursiva da fórmula ‘cultura de paz’. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 36, n. 2, p. 131-137, abr./jun. 2014.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo – globalização e meio técnico-científico informacional*. 5. ed. EdUSP: São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2012 [2000].

SERRA, Carlos Aguiar; ZACCONE, Orlando. Guerra é paz: os paradoxos da política de segurança de confronto humanitário. In: BATISTA, Vera Malaguti (org.). *Paz armada*. Rio de Janeiro: Revan / ICC, 2012. p. 23-46. (Cadernos de criminologia, 1)

SILVA, Helena Maria Boschi da. *A constituição da fórmula discursiva “cultura de paz”*: circulação e produção dos sentidos. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/5793/6283.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 jan. 2023.

Syled-Cla2t Lexico3, Version 3.45: textometric toolbox. Centre de Lexicométrie et d’Analyse Automatique des Textes, 2001. Disponível em: <http://www.tal.univ-paris3.fr/lexico/lexico3.htm>. Acesso em: 26 ago. 2012.

Tele.síntese. Ibope Media indica que 94,2 milhões de pessoas têm acesso a internet. Disponível em: <http://www.telesintese.com.br/index.php/plantao/21559-ibope-media-indica-que-94-2-milhoes-de-pessoas-tem-acesso-a-internet>. Acesso em: 17 dez. 2012.

Unesco. Unesco and a Culture of Peace: promoting a global movement (Unesco Culture of Peace Programme). 1995. Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/monograph/page1.html>. Acesso em: 24 jul. 2011.

Unesco. Manifesto 2000. Disponível em: <http://www3.unesco.org/manifesto2000/>. Acesso em: 28 jun. 2012.

United Nations. 1998 UN resolution on the culture of peace. *United Nations Documentation*. 1998. Disponível em: <http://www.un.org/depts/dhl/resguide/r53.htm>. Acesso em: 28 jul. 2011.

United Nations. Programme of Actions. *The Culture Of Peace News Network*. 1999. Disponível em: <http://cpnn-world.org/resolutions/resA-53-243B.html>. Acesso em: 28 jul. 2011.

VOSS, Jefferson. A propósito das noções de fórmula e de percurso para a análise de discurso. *Revista ProLíngua*, v. 6, n. 1, p. 15-25, 2011. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/prolingua/article/view/13546/7699>. Acesso em: 10 dez. 2012.

WU, Tim. *Impérios da comunicação: do telefone à internet, da AT&T ao Google*. Trad. Claudio Carina. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

livros sobre “cultura de paz”

ALMEIDA, Jorge Miranda de (org.). *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2010.

Cadernos Adenauer IV (2005), n. 3. *Desarmamento, segurança pública e cultura de paz*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, outubro 2005.

CAMPOS, Antônio. *Diálogos no mundo contemporâneo: por uma cultura de paz = Dialogues in the contemporary world: for a culture of peace*. Trad. Linda Mandel. Recife: Carpe Diem – Edições e Produções, 2011.

Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil). *Cultura de Paz: guia para a transformação social*. 2. ed. São Paulo: Editora Salesiana, 2005.

CUNHA, Paulo Anchieta Florentinho da (org.). *Juventude GerAção da Paz*. João Pessoa: Idéia, 2007.

DISKIN, Lia. *Cultura de paz: redes de convivência*. SENAC São Paulo. 2009. Versão digital disponível em: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/gd4/culturadepaz/>. Acesso em: 24 jun. 2011.

EGGER, Ildemar. *Cultura da Paz e Mediação: uma experiência com adolescentes*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

MACHADO, Cláudia. *Cultura de paz e justiça restaurativa nas escolas municipais de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Educação, 2008.

MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro; NONATO JUNIOR, Raimundo (org.). *Cultura de paz: do conhecimento à sabedoria*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes; NONATO JUNIOR, Raimundo (org.). *Cultura de Paz, Ética e Espiritualidade*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MILANI, Feizi Masrour; JESUS, Rita de Cássia Dias P. (org.). *Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas*. Salvador: INPAZ, 2003.

MIRANDA, Simão de; DUSI, Miriam. *Previna o bullying: jogos para uma cultura de paz*. Campinas: Papirus, 2011.

MOSCOSO, Davina. *Cultura da Paz & prevenção da violência*. São Paulo: Loyola, 2003.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch. *Abrindo espaços: educação e cultura para a paz*. Brasília: Unesco, 2004.

PELIZZOLI, Marcelo (org.). *Cultura de Paz: a alteridade em jogo*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

TUBINO, Manoel José Gomes; SILVA, Kenia Maynard. *Esporte e Cultura de Paz*. Rio de Janeiro: Shape, 2006.

VON, Cristina. *Cultura de Paz: o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo*. São Paulo: Peirópolis, 2003.

sobre a premiação

Pois na hora da morte a pessoa se torna brilhante estrela de cinema, é o instante de glória de cada um e é quando como no canto coral se ouvem agudos sibilantes.

Clarice Lispector em *A Hora da Estrela*

Alhures já dizia o bom e velho Aristóteles que *a arte imita a vida*. Todavia, não raramente *a vida [com requintes de crueldade] imita a arte*. Este prefácio dialoga com a segunda parte da asserção, derivada do pensamento aristotélico. Dizemos isso pelo fato de que a inspiração dessa obra é um trágico acontecimento. Muito similar ao vivido pela principal personagem do romance *A Hora da Estrela* de Clarice Lispector. Macabéa sai da cartomante cheia de “saudades do futuro”, pronta para começar a sua nova vida. Porém, ao atravessar a rua, é atropelada. Neste romance de Clarice, num dos raros momentos de hesitação do narrador, engendrado pela genialidade da autora, cabe ao leitor definir o futuro de Macabéa: morrer ou vomitar uma estrela de mil pontas.

Kelly Cristina Bognar Sacoman não teve a mesma sorte de Macabéa, pois, no dia 10/06/2013, ao retornar de São Carlos à sua casa, depois de retirar o seu diploma de Mestrado no Programa, “cheia de saudades do futuro”, sofreu um trágico acidente automobilístico e faleceu. Porém, um acontecimento, nos diria o bom e velho Michel Pêcheux, possui ainda muitos outros elementos a serem colocados dentro e fora do logicamente estabilizado. O acidente foi causado por uma caminhonete que, em sentido contrário, na Rodovia Luís Augusto de Oliveira (SP-215), na altura da cidade de Ribeirão Bonito-SP, por volta das 19h30, colidiu com o carro de Kelly, que estava acompanhada de sua amiga Lilian Gaiotto de Moraes – a qual, felizmente, sofreu apenas ferimentos leves –, causando o grave acidente que resultou na morte de nossa ex-aluna. Testemunhas disseram, à época, que o motorista da caminhonete estaria supostamente embriagado (de não parar em pé!!!!) e, pior, evadiu-se covardemente do local, com ajuda de terceiros, especula-se, sem sequer prestar socorro à nossa ex-companheira de UFSCar.

Kelly buscara seu diploma naquele dia, uma vez que havia passado em um concurso e utilizaria a certificação para a posse em seu novo trabalho. Kelly também iria de Bauru, sua cidade natal, na qual foi enterrada, a Campinas, visitar seu namorado, já que estávamos às voltas do dia dos namorados daquele ano⁷⁸. Este prêmio é uma homenagem póstuma à nossa estrela *Kelly Cristina Bognar Sacoman*.

78 Os leitores e as leitoras podem acompanhar esses e outros detalhes nesta reportagem: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2357775/geral/2013/06/acidente-em-rodovia-mata-bauruense>

Mas, recuperando forças na comoção, ao reviver essa história pela escritura deste prefácio, devemos também falar daquilo que não é trágico, daquilo que deriva, se possível, como algo bom, isto é, os trabalhos que aqui temos à mão. Os trabalhos de pesquisa ora reunidos e publicados derivam do Edital do *Prêmio Kelly Cristina Bognar Sacoman de Teses e Dissertações*, de 2017, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL, da Universidade Federal de São Carlos, *campus* São Carlos-SP. Fruto de um longo processo de formação crítica em relação aos saberes sobre linguagem, discurso, ensino-aprendizagem, entre outros temas, através de diversas dissertações e teses, produzidas por alunos e professores do PPGL/UFSCar, entre 2005 e 2016, há nessas pesquisas selecionadas reflexões, apontamentos e compreensões absolutamente instigadoras e de muita qualidade.

Com efeito, podemos asseverar o dito alhures com absoluta certeza diante de trabalhos, tais como:

i) *A constituição da fórmula discursiva “cultura de paz”: circulação e produção dos sentidos*, de Helena Maria Boschi da Silva, feito sob a orientação da professora Luciana Salgado Salazar, na qual a pesquisadora discute o conceito de fórmula discursiva, principalmente a partir das perspectivas teóricas de Alice Krieg-Planque, mas também da própria professora Luciana Salazar e de outros autores de renome. Dito de outro modo, a pesquisadora Helena Maria mobiliza o enunciado “cultura de paz” e o observa como fórmula que mantém características de polêmica, cristalização, referente social, entre outros, na circulação de sentidos históricos e ideológicos nos espaços de embate discursivo do Brasil;

ii) *Da repressão à abertura política: processos de espetacularização do discurso político*, de Israel de Sá, cuja orientação esteve a cargo da professora Vanice Maria Oliveira Sargentini, propõe, por sua vez, uma análise de discursos produzidos no período da última (e tomara que última) ditadura militar brasileira (1964-1985); parte de discursos mais repressivos até mais midiáticos (e espetacularizados) acerca do tema e do período, perscrutados em distintos gêneros discursivos (doutrinário, memorialista, jornalístico), sob autoria de sujeitos, quer políticos, quer do campo da mídia. Assim, Israel de Sá compreende que esse movimento discursivo faz emergir à superfície uma certa passagem de uma sociedade repressiva para uma sociedade midiática. Fundamentado em perspectivas teóricas discursivas, ancorado em autores incontornáveis, como Michel Pêcheux e Jean-Jacques Courtine, bem como nos diálogos teóricos entre Michel Foucault e a Nova História, temos um excelente trabalho que

parecia falar de um passado, de uma memória quase distante da sociedade brasileira, todavia que os últimos anos, como bem sabemos, não nos deixam tantas certezas assim;

iii) *Formação de professores a distância e o acesso de crianças de seis anos à linguagem escrita através de projetos de letramento*, Ariane Ranzani, orientada pela professora Maria Sílvia Cintra Martins, fez e publica aqui um trabalho de pesquisa em que se tem uma excelente proposta de aperfeiçoamento qualificativo para a formação de professores e professoras de ensino fundamental, principalmente em relação ao ensino de produção escrita de crianças de seis anos. Propõe, para tanto, um projeto integrado de letramento, em que a coleta de dados, em observação pela pesquisa, em diferentes gêneros discursivos, se fez em ambiente virtual, por atividades de processo de escrita dado aos jovens alunos(as). Utiliza uma fundamentação teórica bastante pertinente, tal como a Teoria da atividade, de Leontiev, portanto, a linguagem vista sob o prisma de uma atividade sócio-histórica. Acresce, ainda, o papel da psicologia cultural-histórica, de Vigotski, no processo de ensino-aprendizagem do letramento e da escrita, o que nos dá, portanto, pelo todo do trabalho, diversos e consistentes caminhos e apontamentos na dimensão histórica entre linguagem, ensino e escrita;

iv) *Descrição, classificação e processamento automático das construções com o verbo dar em português brasileiro*, de Amanda Rassi, orientada por Oto Araújo Vale, nos traz à luz uma robusta descrição formal do verbo “dar”, do português brasileiro, para interessantes aplicações computacionais. Analisou, dessa forma, diversas tipologias e ocorrências do verbo “dar”, em exemplos categorizados em, sobretudo, quatro formas de aparição no português brasileiro, a saber, como verbo pleno, operador causativo, verbo-suporte e constituinte de frase fixa. Assim, é uma pesquisa de muita qualidade no entrecruzamento da Linguística e do Processamento de Língua Natural (PLN), pesquisa essa em que temos uma grata contribuição científica ao nosso alcance;

v) *O paradoxo a partir da teoria dos blocos semânticos: língua, dicionário e história*, de Júlio César Machado, com orientação de Soeli Maria Schreiber da Silva, pesquisa, e nos apresenta, um estudo sólido e denso sobre o conceito de paradoxo semântico, demonstrando o funcionamento da interdependência entre significâncias opostas. A análise desse funcionamento se propõe a compreender aspectos orgânicos da língua e, na mesma medida, trabalhar aspectos argumentativos da enunciação em língua. Pode-se dizer, ainda, que a análise da significação está ancorada no cubo argumentativo, que se imbuí, por seu turno, de um desenvolvimento do quadrado argumentativo, ou

seja, das identidades analíticas do modelo de blocos semânticos, concebido por Carel/ Ducrot no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Portanto, temos um instigante avanço teórico, à brasileira, sobre consagradas teorias linguísticas de terras francesas;

vi) *A estética da cultura popular na folia de momo do Recife: questões de alteridade, corporeidade e transgressão*, de Hélio Pajeú, de orientação amparada no professor Valdemir Miotello, faz uma compreensão e análise da cultura popular como o espaço de alteridades nas construções de identidades, à luz das clássicas teorias de Mikhail Bakhtin acerca de cultura popular. Pensando a esfera de atividade do Frevo, sobretudo em relação a outras manifestações e expressões festivas, principalmente da cena pernambucana, tais como, Boi de Carnaval, Maracatu, Urso de Carnaval e Galo da Madrugada, Pajeú reflete questões estéticas na construção do outro, através das principais personagens que se encenam e encenam (n)essas festividades.

Dessa forma, é desse longo e diversificado conjunto de atividades de pesquisas que buscamos o chamado algo de bom, dito antes. Este algo que se iniciou, como dissemos, de uma história trágica, mas que nos brinda, agora, com a publicação desses excelentes trabalhos, pesquisas na mais justa e precisa definição do termo, de jovens pesquisadores do campo da linguístico e que passaram pelo PPGL/UFSCar.

Temos certeza de que todos os autores e as autoras aqui mencionados(as) e publicados(as) sentem-se honrados e orgulhosos de fazer parte dessa justa e merecida homenagem à Kelly. Temos certeza de que Kelly se sentiria honrada e homenageada com este livro, cercada de bons companheiros e boas companheiras de PPGL e de bons trabalhos.

Resta ainda mais um gesto de afeto, desta vez um Agradecimento muito especial aos/às pareceristas que foram determinantes para a escolha da Tese e Dissertação, agraciadas com o *Prêmio Kelly Cristina Bognar Sacoman de Teses e Dissertações*, de 2017.

Pareceristas das dissertações

Diana Vasconcelos Lopes – Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Maria Inês Pagliarini Cox – UFMT

João Kogawa – Universidade Federal de São Paulo – Unifesp

Solange Aranha – UNESP/Ibilce – *Campus* – São José do Rio Preto-SP

Pareceristas das teses

Claudia Zavaglia – UNESP/Ibilce – *Campus* São José do Rio Preto-SP

Marcelo Concário – UNESP – *Campus* Bauru

Anderson Salvaterra Magalhães – UNIFESP

Luiz Francisco Dias – FALE/ UFMG

Aline Fernandes de Azevedo Bocchi – UNIFRAN

São Carlos, primavera, nos estertores do turbulento, complexo, ameaçador..., mas com aparente alívio e respiro, ano de 2022.

Por Samuel Ponsoni⁷⁹ e Roberto Leiser Baronas⁸⁰

79 Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade de Passos e à época da institucionalização do Prêmio Kelly Sacoman, enquanto pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar – PPGL, coordenou todos os trabalhos atinentes ao concurso. E-mail: samuel.ponsoni@uemg.br

80 Professor no Departamento de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar e à época da institucionalização do Prêmio Kelly Sacoman, era o coordenador do PPGL. E-mail: baronas@ufscar.br

 Letraria[®]